



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO  
CURSO DE MESTRADO**

**SEVERINA MADALENA DA SILVA**

**DO CONVENTO A UM BARRACO NA “PLANETA DOS MACACOS”:  
A PARTICIPAÇÃO DAS IRMÃS BENEDITINAS DA VIRGEM MARIA  
NO MOVIMENTO POLÍTICO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FAVELAS NO  
RECIFE (1970-1980)**

**RECIFE – 2017**

S586d

Silva, Severina Madalena

Do convento a um barraco na "Planeta dos Macacos" : a participação das irmãs Beneditinas da Virgem Maria no movimento político de organização social das favelas do Recife (1970-1980) / Severina Madalena Silva ; orientador Luiz Carlos Luz Marques, 2017.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2017.

1. Obras da igreja junto aos pobres. 2. Comunidade - organização - Região Metropolitana do Recife, 1970-1980. 3. Estrutura social. 4. Igreja e problemas sociais - Igreja Católica. 5. Congregação das Beneditinas da Virgem Maria. I. Título.

CDU 261.6

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO  
CURSO DE MESTRADO**

**SEVERINA MADALENA DA SILVA**

**DO CONVENTO A UM BARRACO NA “PLANETA DOS MACACOS”:  
A PARTICIPAÇÃO DAS IRMÃS BENEDITINAS DA VIRGEM MARIA  
NO MOVIMENTO POLÍTICO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FAVELAS NO  
RECIFE (1970-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco

Área do Conhecimento: Ciências Humanas:  
Ciências da Religião e Teologia

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques

RECIFE/2017

**SEVERINA MADALENA DA SILVA**

**DO CONVENTO A UM BARRACO NA “PLANETA DOS MACACOS”:  
A PARTICIPAÇÃO DAS IRMÃS BENEDITINAS DA VIRGEM MARIA  
NO MOVIMENTO POLÍTICO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FAVELAS NO  
RECIFE (1970-1980)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, discutida e aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

**Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques**  
Orientador

**Profa. Dra. Nainora Maria Barbosa de Freitas**  
Centro Universitário Barão de Mauá

**Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral**  
Universidade Católica de Pernambuco

## DEDICATÓRIA

Aos meus exemplos de vida:

Meus pais, **Ambrozino Marcionilo** (*in memoriam*) e **Maria Madalena**, que tanto me incentivou e dedicou suas vidas para que eu pudesse chegar aqui, mas mas sempre buscando novos caminhos.

Meus avós, **Manoel** (*in memoriam*) e **Francisca** (*in memoriam*), que, ao lado dos meus pais, lutaram e exemplificavam a vida de uma forma lúdica com suas histórias e contos: sou-lhes grata por ter tido a chance de ter pessoas tão especiais na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

### Primeiro a **Deus**

Depois, aos **orixás**, aos **espíritos de luz**, a todos os **santos e santas**, aos **seres encantaods** e a todos os pertencentes ao **sagrado**.

Agradecer nunca é demais. Como dediquei esta produção aos **meus pais e aos meus avós**, também agradeço-lhes por terem despertado em mim a observância para o sagrado na vida.

Em especial ao **meu avô**, um homem de múltiplas fés, que impressionava e me inquietava, despertando a vontade de conhecer sobre - a ciência - das religiões.

Agradeço a **minha família**, a todos os que foram e fazem parte da minha constituição como pessoa e que me ajudaram a observar o mundo sob diversas óticas. Em particular, a minha irmã, **Cirlene**, por ter sido companheira em muitas descobertas, a minha prima **Kilma**, pela sua disponibilidade nas leituras e contribuições acertivas e ao meu sobrinho querido, **Thiago**, um companheiro do dia a dia.

A **todos os professores** do Programa Pós-graduação em Ciências da Religião, do Curso de Mestrado em Ciências da Religião da UNICAP, que tanto contribuíram e me mostraram na práxis pedagógica como o saber pode ser uma comunhão coletiva.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques**, pelos momentos de tranquilidade, quando me parecia que não aguentaria de tanta ansiedade e angústia na construção deste trabalho.

Ao coordenador do PPG-CR, **Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral**, que me acolheu no momento das dúvidas para participar da seleção do curso e um dos responsáveis por ter chegado aqui, com seu incentivo e contribuições generosas ao compartilhar seu conhecimento.

Aos **moradores** da comunidade **Planeta dos Macacos**, com destaque para **D. Moça** e **Ronaldo**, que contribuíram com informações para realização deste trabalho.

Às **irmãs, noviças e postulantes** da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, que atuaram na comunidade Planeta dos Macacos, em especial a irmã **Zefinha**, que sempre esteve à disposição com suas contribuições e cedência de documentos sobre a história e a trajetória delas pela comunidade.

Aos meus **colegas de curso**, meus amigos de construção do conhecimento, a todos com quem dividi dúvidas, aprendi muito nas trocas em sala de aula e na hora do intervalo, no café.

Aos meus **colegas e companheiros** da prefeitura do Recife, companheiros de trocas de conhecimentos e confidências em sala de aula e fora dela e das escolas que sempre foram parceiros e construtores de conhecimento.

Aos meus amigos, **Eron, Ricardo e Edson**, que tanto me ajudaram nos momentos difíceis dessa trajetória. Amigos que construí neste curso e desejo levá-los para vida.

A **Secretaria de Educação do Recife**, na pessoa da **Profª Kátia Marcelino** (*in memoriam*) grande incentivadora no convênio com a Universidade Católica de Pernambuco.

A todos **os amigos** que me ajudaram na trajetória para chegar aqui, compartilhando com generosidade seus saberes, em especial **Alexsandra e Carmen Antunes**.

E, por fim, mas não menos importante, **a Mel**, minha companhia em todo o processo de escrita.

## RESUMO

O foco dessa pesquisa foi a investigação da participação da Igreja Católica, através do engajamento de um grupo de irmãs e postulantes da Congregação das Beneditinas da Virgem Maria, no Movimento de Favelas ativo em meados das décadas de 70 e 80 do século XX, na região metropolitana do Recife, tendo como foco a comunidade hoje conhecida como Planeta dos Macacos, situada no bairro de Jardim São Paulo. Buscou-se discernir a relação dialógica entre os desafios sociais daquele momento e os conteúdos simbólicos da religião católica, tais como interpretados e vividos durante o episcopado de Dom Helder Pessoa Camara (1964-1985). A pergunta a que se buscou responder foi como a Congregação das Irmãs Beneditinas da Virgem Maria envolveu-se, através de ações sociais não assistencialistas, na transformação de uma ocupação em uma comunidade, no conturbado cenário político em que se encontrava nosso país. Para isso, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, com autores representantes da Teologia da Libertação, e à exploração de registros documentais e imagéticos depositados, ao longo desses anos, nos arquivos do Centro Comunitário da Comunidade Planeta dos Macacos.

**Palavras chave:** Estado; Igreja; Poder; Movimentos de Resistência; Ocupação urbana

## **ABSTRACT**

The focus of this research was the investigation of the participation of the Catholic Church through the engagement of a group of sisters and postulants of the Congregation of the Benedictines of the Virgin Mary in the Slum Movement active in the mid-70s and 80s of the 20th century in the region Metropolitan of Recife, focusing on the community now known as Planet of the Apes, located in the neighborhood of Jardim São Paulo. It sought to discern the dialogical relationship between the social challenges of that moment and the symbolic contents of the Catholic religion, as interpreted and lived during the episcopate of Dom Helder Pessoa Camara (1964-1985). The question that was asked was how the Congregation of the Benedictine Sisters of the Virgin Mary was involved, through non-assistential social actions, in the transformation of an occupation into a community, in the troubled political scenario that was our country. For this, bibliographical research was used, with authors representing Liberation Theology, and the exploitation of documentary and imagery records deposited over the years in the archives of the Community Center of the Planet of the Apes Community.

**Key-words:** State; Church; Power; Resistance Movements; Urban Occupation

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AC** – Ação Católica

**AP** - Ação Popular

**CEASA** – Central Estadual de Abastecimento

**CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base

**CELAM** – Conselho Episcopal Latino-Americana

**CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

**COHAB** – Companhia de Habitação Popular

**CONDEPE** - Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

**FIDEM** – Fundação de Desenvolvimento Municipal

**JEC** - Juventude Estudantil Católica

**JOC** – Juventude Operária Católica

**JUC** - Juventude Universitária Católica

**MEB** – Movimento de Educação de Base

**PCIs** - Pequenas Comunidades Inseridas

**RMR** – Região Metropolitana do Recife

**TdL** – Teologia da Libertação

**VR** – Vida Religiosa

**VRF** – Vida Religiosa Feminina

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** - Área da Comunidade Planeta dos Macacos em 1974

**Figura 2** - Área da Comunidade Planeta dos Macacos em 1997

**Figura 3** - Passeata no centro da cidade -1980

**Figura 4** - Convento de Santa Clara do Desterro

**Figura 5** - Membros da Diretoria do Centro Comunitário

**Figura 6** - Cruzeiro da Praça 4 de setembro

**Figura 7** - Irmã Zefinha e D. Moça

**Figura 8** - Encontro com Dom Helder Câmara

## LISTA DE ANEXOS

**Anexo I:** Capa do Jornal Diário de Pernambuco da época da vazante do rio Capibaribe

**Anexo II:** Cartaz para educação da água potável

**Anexo III:** Exemplar da 1ª edição do jornal da comunidade

**Anexo IV:** Reportagem sobre ameaça de ação de despejo

**Anexo V:** Ordem de despejo da CEASA

**Anexo VI:** Construção posto de saúde e centro comunitário em 1985

**Anexo VII:** Reportagem Diário de Pernambuco que confirma a presença das religiosas na luta pela posse da terra

**Anexo VIII:** Homenagem dos 10 anos de luta na assembleia legislativa

**Anexo IX:** Reportagem sobre a constituição do planeta e a realidade local dois anos após as primeiras famílias chegarem à comunidade

**Anexo X:** Reunião com moradores e médicos que trabalhavam voluntariamente na comunidade

**Anexo XI:** Escritura de compra e venda do terreno da comunidade

**Anexo XII:** Convite para missa realizada por Dom Helder

**Anexo XIII:** Reportagem sobre a escola comunitária administrada pelas irmãs Beneditinas da Virgem Maria

**Anexo XIV:** Convite para posse de coordenadores com missa realizada por Dom Helder

**Anexo XV:** Reportagem no jornal do bairro sobre os 13 anos de existência da comunidade e registro da presença da Igreja

**Anexo XVI:** Registro da campanha de prevenção contra a cárie

**Anexo XVII – a:** Registro de reunião

**Anexo XVII – b:** Registro de reunião

**Anexo XVII – c:** Registro de reunião

**Anexo XVIII:** Registro de curso bíblico oferecido aos moradores da comunidade planeta dos macacos

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO I: O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO NA ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA ATÉ O SURGIMENTO DAS COMUNIDADES .....	18
1. Os blocos históricos das classes hegemônicas para uma Igreja Popular.....	26
1.1 A Igreja e o novo olhar para os empobrecidos.....	28
1.2 A Igreja assumindo seu papel de popular .....	29
1.3 A nova estrutura social da Igreja .....	31
2. Teologia da Libertação: teoria e prática nas comunidades.....	32
2.1 Breve História da Libertação .....	35
2.2 Comunidades Eclesiais de Base: a Teologia da Libertação na práxis .....	36
CAPÍTULO II: A VIDA RELIGIOSA NAS COMUNIDADES .....	39
1. Enfoques históricos da Vida Religiosa Feminina no Brasil .....	41
2. A chegada da Ordem Beneditina no Brasil .....	44
3. A transformação da Vida Religiosa Feminina .....	47
4. A práxis da vida Religiosa Feminina no Brasil.....	50
4.1 A ressignificação da Vida Religiosa Feminina no Brasil.....	50
4.2 Enfrentamentos com a Igreja tradicional .....	51
5. Compreendendo a TdL “na libertação” da Vida Religiosa .....	52
6. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): um exemplo de Vida Religiosa Inserida nas Pequenas Comunidades (PICs) .....	55
7. A Vida Religiosa e o compromisso com os pobres.....	58
CAPÍTULO III: O DOM DE SER CAPAZ DE DEDICAR A VIDA POR UM IRMÃO ...	60
1. Identidade do lócus da pesquisa .....	60
2. A Igreja nas bases .....	66
3. O Dom presente de corpo e alma.....	72

4. O Deserto Fertil das Pequenas Comunidades para mudança na relação da Igreja com os Leigos.....	76
REFLEXÕES CONCLUSIVAS .....	80
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS.....	90

## INTRODUÇÃO

*Se eu pudesse...  
Contrataria barcos que deslizassem suavemente, na hora  
Em que a Cidade volta em disparada para casa...  
Se eu pudesse, à noite, no caminho de pessoas desanimadas,  
Pessimistas, amargas, revoltadas contra tudo e contra todos,  
arranjaria rodas de crianças brincando e cantando.  
CAMARA, Dom Helder (1976, p. 9)*

Esta dissertação tem por objetivo investigar o trabalho desenvolvido pelas Irmãs Beneditinas da Virgem Maria nos movimentos de ações sociais que contribuíram na organização do surgimento das favelas na Região Metropolitana do Recife (RMR), no período das décadas de 1970-1980. Buscar-se-á discernir a relação dialógica entre os desafios sociais daquele momento e os conteúdos simbólicos da religião católica.

Outrossim, o objeto central da pesquisa – a comunidade Planeta dos Macacos – foi despertado, primeiramente, por interesse pessoal, por eu ter relação com pessoas próximas envolvidas no processo de luta e organização das favelas na área urbana de nossa cidade e, posteriormente, mas não menos importante, pela busca de uma construção epistemológica sobre o processo de ocupação e organização da comunidade Planeta dos Macacos com a intervenção da Igreja nesse processo de organização social. Localidade que, até hoje, após longo período de mobilização e organização dos moradores, através do trabalho de ação social pedagógica<sup>1</sup> das irmãs Beneditinas da Virgem Maria<sup>2</sup>, foi o espaço de atuação das ações exitosas e não assistencialistas para uma educação cidadã.

Esse recorte nos atém a um período considerado como uma época inóspita politicamente. Desse modo, a atuação nas áreas sociais ou na realização de um trabalho que oportunizava a aproximação nas comunidades carentes e/ou do

---

<sup>1</sup> Consideraremos a expressão “pedagógica” a partir da ideia de Leonardo Boff (1998): A Igreja tem sido uma grande pedagoga na formação de uma democracia participativa e popular. (p. 77) Por compreender que a atuação das postulantes, representantes da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, não se restringiam a uma relação assistencialista no processo de desenvolvimento da comunidade Planeta dos Macacos.

<sup>2</sup> As irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, eram ao todo cinco: Carla, Rita, Margarida, Terezinha, Aparecida e mais cinco postulantes ao noviciado.

povo menos favorecido, era no mínimo arriscado e audacioso para quem proferisse, mesmo que silenciosamente, contra o que era proposto pelo governo da época.

Indubitavelmente, em nome de uma ideologia política ditatorial, as pessoas, em sua maioria, assistiam à degradação de outros indivíduos sem nenhuma reação contrária ao que era imposto por medo das reações de um regime de governo pautado na perseguição e tortura daqueles que se posicionassem contrários às suas “ideologias”.

Contudo, alguns poucos representantes, mesmo nesse contexto social de risco, levantaram-se contra aquele sistema, às vezes publicamente, outras vezes em trabalhos silenciosos, mas tão importante quanto para a busca de uma transformação social. Preocupação que, aos poucos, foi tomando força nos movimentos de organização das comunidades, nos quais alguns representantes da população começavam a perceber o cenário político da época como injusto e insatisfatório para uma construção cidadã. Pois, só quem era privado de uma condição de vida inadequada, na época, era a maioria da população pobre e carente.

Enquanto isso, alguns movimentos iniciados naquele cenário eram oriundos da igreja – a pesquisa focará a Igreja Católica - e seus representantes, mesmo constituídos de uma filosofia conservadora da instituição que iniciavam, após o despertar dos novos rumos pós-Concílio Vaticano II, a aproximação da igreja com o povo. A partir daí, foram surgindo pequenos grupos, representantes de congregações religiosas, comunidades eclesiais, entre outros, que iniciaram um trabalho de mobilização nas comunidades originárias da ocupação urbana, que começava a alterar a geografia e os espaços da nossa cidade.

Apresentamos, na pesquisa, uma das congregações que esteve presente no cenário político do nosso recorte temporal e que desenvolveu um processo de consolidação de uma das comunidades originárias naquela época.

Optamos por uma pesquisa qualitativa que permitiu, por meio da utilização de elementos documentais como textos e imagens sobre a história da comunidade e a contribuição da Igreja através das Irmãs Beneditinas da Virgem Maria e do arcebispo de Olinda-Recife, Dom Helder Camara, uma análise do

contexto sociopolítico da época e as interferências e intervenções na relação Igreja-povo.

A metodologia utilizada neste trabalho, baseou-se em uma estratégia de caráter exploratória bibliográfica e documental; destacamos os documentos porque eles possibilitam o conhecimento do passado da história da comunidade. Durante a pesquisa foram coletados materiais – registros simbólicos que narram a história da comunidade através de textos e imagens adquiridos junto aos moradores<sup>3</sup>. É uma proposta para o tratamento dos textos e imagens coletados a utilização da *análise de conteúdo*, do material disponibilizado, pois trata-se de um método empírico e por um conjunto de técnicas de análise de comunicações (BARDIN, 2016, p. 36-38).

Para abordarmos o tema proposto – a historiografia da Igreja Católica no processo de construção da cidadania em pequenas comunidades – elegemos alguns autores que abordam a Teologia da Libertação, Vida Religiosa Feminina e o cenário político do recorte temporal do estudo: Leonardo Boff (1998), Clodovis Boff (1982), Gustavo Gutiérrez (2000), Eduardo Hoornaert (1979), Ronaldo Costa Couto (1998), Paulo José Krischke (1979), Antônio Gouvêa Mendonça (2008), Riolando Azzi (1983 e 2008), Maria José F. Rosado Nunes (1984 e 1985), Maria Valéria Rezende (2002), entre outros que se debruçam sobre o conhecimento epistemológico da Igreja Católica. Esse arcabouço teórico serve como investigação para a construção desta pesquisa dissertativa, que é parte dos requisitos regimentais do Curso de Mestrado em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco.

Antes mesmo de iniciar o processo de escrita, ainda no período de estudos das disciplinas, realizamos uma visita *in loco* – na comunidade Planeta dos Macacos – na casa da Irmã Zefinha, com o professor orientador da dissertação, para observação de nosso objeto de estudo, reflexão e reconhecimento como objeto e espaço fértil de pesquisa.

A dissertação está dividida em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, intitulado: O contexto sociopolítico na atuação da Igreja católica até o surgimento das comunidades, apresentamos o

---

<sup>3</sup> Documentação coletada com a contribuição de moradores da comunidade e organizada cronologicamente para ser utilizada como referência e na análise de conteúdo.

cenário histórico em que se configuraram as mudanças da Igreja e sua inserção nas pequenas comunidades, como a Planeta dos Macacos. A mudança na relação da Igreja com os leigos, a partir do terceiro marco fundamental da Igreja para transformação da Igreja Popular<sup>4</sup>, lança um novo olhar para os empobrecidos e assume um novo papel na reestruturação social. A abordagem teórica pautada na Teologia da Libertação<sup>5</sup> oferece uma visão panorâmica pela história e a prática nas comunidades carentes, através das Comunidades Eclesiais de Base. Em suma, este capítulo traz o panorama político do governo no regime militar que comandava nosso país, à época, além da abordagem do debate sobre o processo do contexto sociopolítico na atuação da Igreja Católica com o surgimento das pequenas comunidades carentes.

No segundo capítulo, cujo título: A vida religiosa nas comunidades, passamos a ter como foco a Vida Religiosa nas comunidades, dando um enfoque histórico à Vida Religiosa Feminina no Brasil, bem como à chegada dos Beneditinos ao país. Nesse percurso, delineamos a práxis, a ressignificação e o enfrentamento da Vida Religiosa Feminina no processo de transformação da Igreja. Buscamos compreender a Teologia da Libertação no exercício da vida religiosa, assim como as Comunidades Eclesiais de Base quando inseridas nas pequenas comunidades carentes da Região Metropolitana do Recife. Concluimos com a abordagem na mudança do modo de vida religioso e do compromisso com os pobres.

No terceiro capítulo, com o título: O dom de ser capaz de dedicar a vida por um irmão, expomos o surgimento da comunidade Planeta dos Macacos com a contribuição das Irmãs Beneditinas da Virgem Maria e Dom Helder presente. Há uma preocupação em discorrer sobre a presença da Igreja nas bases, na figura das Irmãs da Congregação Beneditina da Virgem Maria e de Dom Helder Câmara, como a comunidade Planeta dos Macacos, nosso espaço geográfico de pesquisa. Esquadrinhar como os espaços das pequenas comunidades carentes que estiveram presente à Igreja foi fértil para fortalecer a transformação e efetivar a relação Igreja/povo empobrecido, como proposição do Concílio Vaticano II.

---

<sup>4</sup> L. Boff (1998)

<sup>5</sup> L. Boff (1998); C. Boff (1982); Gutiérrez (2000)

Finalmente, nas considerações finais, abordamos a relação Igreja/povo empobrecido e a modesta pretensão em contribuir, através de uma experiência pessoal e bastante significativa sobre a inserção da Igreja em uma comunidade carente da região metropolitana do Recife, que surge através de uma tragédia – a cheia de 1975 – que assolou a cidade e desabrigou diversas famílias que encontraram refúgio em um terreno fértil de macaxeiras e esperança social.

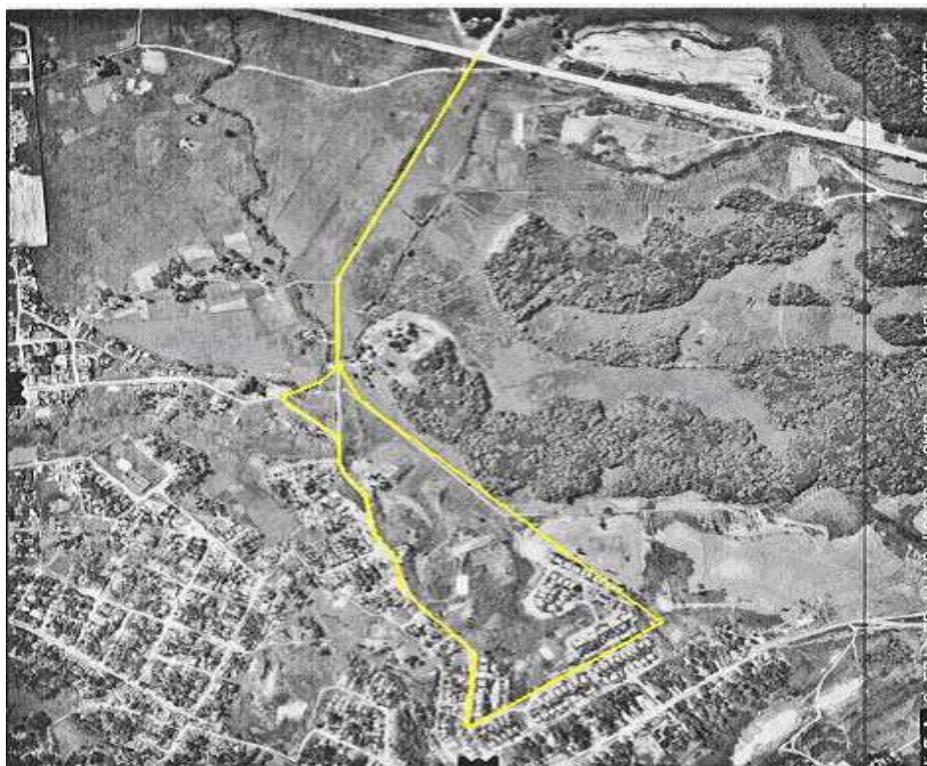
## CAPÍTULO I: O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO NA ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA ATÉ O SURGIMENTO DAS COMUNIDADES

*Nós brasileiros surgimos de um empreendimento colonial  
Que não tinha nenhum propósito de fundar um povo.  
Queria tão-somente gerar lucros empresariais exportáveis,  
Com pródigo desgaste de gentes  
(BOFF, 1998, p. 13).*

O período histórico da pesquisa é um recorte no século passado: entre meados da década de 70 e 80, período em que surge a Comunidade Planeta dos Macacos, à esquerda da PE 232, direção Caruaru, próxima à mata do Curado<sup>6</sup>, cidade do Recife/PE. Vejam fotos da área da comunidade um ano antes da invasão e atualmente.

**Figura 1**

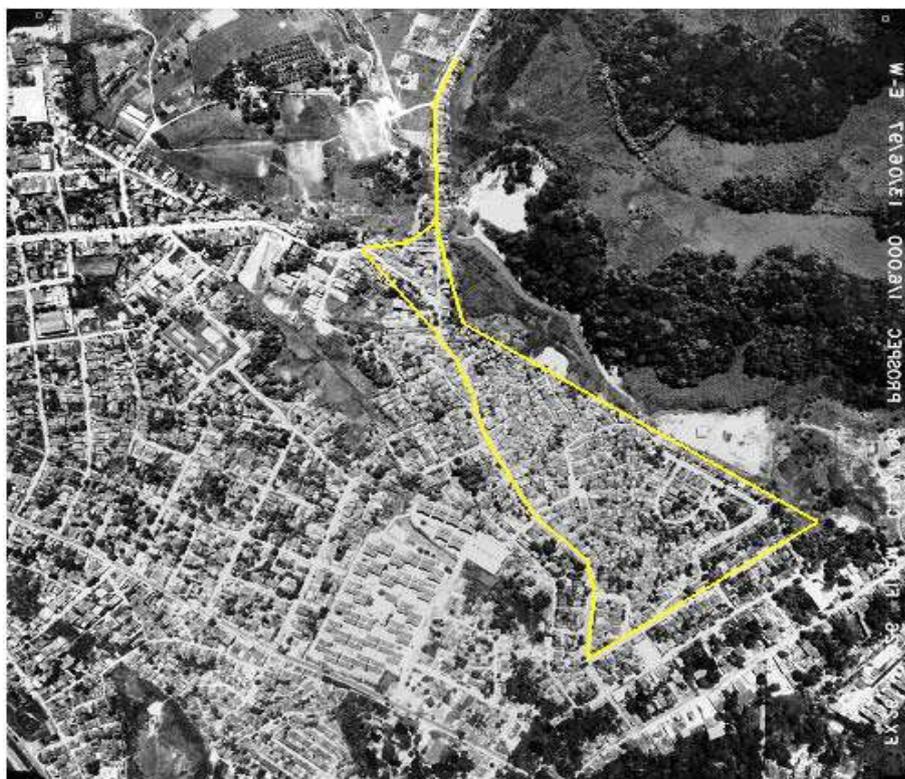
### **Área da Comunidade Planeta dos Macacos em 1974**



**Fonte:** Agência CONDEPE / FIDEM

<sup>6</sup> Era, toda, área militar. Uma parte dela é, hoje, o Jardim Botânico da Cidade do Recife.

**Figura 2**  
**Área da Comunidade Planeta dos Macacos em 1997**



**Fonte:** Agência CONDEPE / FIDEM

Cenário de atuação das Irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, parece tão distante quando se usa a palavra “século”, mas se pensarmos a partir de um país que vivia sob o regime de um sistema de governo que era ditatorial, comandado por militares. Debruçar-se sobre esse período da história é reviver um período que representou, para muitos brasileiros, escassez de condições mínimas para sobreviver, subtração de direitos básicos como a escola, negação de poder escolher seus representantes de governo, entre tantas outras privações, mas também um momento de possibilidade de chance para lutar pelas conquistas pessoais e coletivas. Nessa realidade, viviam os moradores da Planeta dos Macacos, e ela serviu de motivação para o trabalho das irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, que começaram a mobilizar os moradores da comunidade para reflexão e luta dos seus direitos, além da garantia deles.

Contudo, antes é preciso conhecer um pouco da história da Igreja e seu percurso na constituição de nosso país. Afinal, as irmãs Beneditinas da Virgem

Maria representam uma instituição religiosa – a Igreja – entre tantas que participou, desde a colonização, influenciando nas decisões políticas e sociais do Brasil.

Hoornaert (1979) apresenta concepções acerca da ação da igreja que ajudam a perceber mudanças muito antes do período que pretendemos explorar neste trabalho, mas que fundamenta as transformações que a igreja se propôs para aproximar-se do povo. O autor afirma que:

o projeto missionário não combina com o projeto colonial, pois ele tem uma originalidade que vem de Deus e os homens só chegam a compreendê-la após a sua conversão a uma maneira totalmente nova de entender a vida. O projeto evangelizador não pode aceitar este estado de coisas, ele não se identifica nem com a totalidade colonizadora, e não pode aceitar aliança com ela, nem com a colonizadora, pois esta significa a aceitação da não-fraternidade entre os homens. Por isso mesmo o projeto evangelizador é eminentemente pedagógico, quer levar o homem a superar seus pontos de vista a partir de uma “totalidade”, a totalidade do “mesmo”, e a encontrar-se com a totalidade do outro para daí constituir uma nova humanidade, baseada na descoberta de Deus no outro e por conseguinte num valor novo: o valor do outro como outro (p. 125).

O que nos faz crer que as ações do projeto missionário representava um desejo de agir em favor do próximo, na tentativa de contribuir com sua dignificação mesmo em condições limitadas, mesmo de mãos amarradas pela opressão exercida pela coroa portuguesa<sup>7</sup>, na contextualização de Hoornaert (1979).

Hugo Fragoso (1985) apresenta que, no governo imperial, a receptividade da continuidade da vinda da presença de sacerdotes europeus para o Brasil era estimulada. Naquele período, a Igreja se preocupou com a formação sacerdotal através dos seminários e centros de formação da Igreja, com a preocupação da formação espiritual dos alunos que, normalmente, ficavam entre 10 e 15 anos,

---

<sup>7</sup> A Igreja representará um organismo a serviço da política, legitimando as pretensões e o comportamento do Estado que neste período era *regalista* na política eclesiástica, mercantilista na economia instrumentalizada pelo absolutismo, monopolizador sempre vigilante sobre tudo quanto pudesse estorvar ou prejudicar a sua expansão colonial, sobretudo atento à defesa e à salvaguardar dos valores da cultura portuguesa e cristã, imposta aos gentios... A religião católica é uma das forças poderosas na sustentação do desenvolvimento do sistema colonial. Prelados e clérigos terão oportunidade de substituir governadores e de participar de juntas governativas.... Em semelhante realidade concretamente construída com apoio total do governo, A Igreja colabora em uma opção normal da *consciência* de seus representantes, com os que ocupam o ápice da pirâmide, sem contudo, negarmos que grupos ou indivíduos da Igreja se preocupem com os outros, até lutem pelos seus direitos... Para uma avaliação, a validade do catolicismo, tendo como referência o exercício e o teor da missão evangelizadora – tarefa específica da comunidade eclesial. Praticamente é a pastoral em seus variados aspectos que nos fornecerá os instrumentos de apreciação da qualidade e intensidade da vida e da ação da Igreja (LUSTOSA, 1977, p. 11-15).

dedicados ao estudo de diversas disciplinas no currículo, como exemplo: português, latim, grego, francês, história sagrada, entre outras.

Com um olhar mais generoso é fácil perceber que os seminários poderiam ser um local de acolhimento, mesmo que discreto em sua atuação, com uma representação de uma parcela pequena dos meninos da sociedade desfavorecida. Um espaço que possibilitaria uma possível chance de ingresso na sociedade através da conquista de um status religioso e com apreensão de um conhecimento que eles teriam pouca chance de adquirir fora dos seminários pela falta de instituições de ensino para a população mais pobre.

No entanto, com o passar do tempo, foi-se apresentando uma configuração menos expressiva da Igreja junto ao comando imperial, uma relação hostil por parte do governo deixava os religiosos em uma situação jurídica inferior nas relações sociais da época. Os religiosos começaram a ser descartados e já não pareciam tão importantes, como no período colonial, para o governo. Suas missões evangelizadoras com os povos indígenas e negros não possuíam mais a mesma importância do início das missões religiosas, pois o contexto político já era outro. De acordo com Fragoso (1985), no texto sobre a decadência dos religiosos, ele concluiu com a seguinte afirmação: “o que se acentuava mais e mais era a mentalidade referente à vida religiosa, no sentido de sua ‘inutilidade’ para o momento nacional. Os religiosos tinham desempenhado uma missão histórica na catequese dos índios, mas agora eram considerados ‘peças de museu’” (p. 203).

Do Império para a República, Riolando Azzi (1979) apresenta como a Igreja precisava do Estado para pôr em prática seu projeto de sacralização da sociedade brasileira, tendo como elementos de atuação a família e a educação. A meta mais específica era orientar a sociedade, à base dos princípios católicos, mas, para isso, o Estado teria que unir-se com a Igreja para formarem uma única entidade. Uma união importante para a Igreja, pois a colaboração do poder público para o projeto de cristandade era fundante no “projeto de cristianização da sociedade brasileira” (p. 195-196).

Havia interesses mútuos de se manter no poder, no qual as ideologias tanto do Estado quanto da Igreja deveriam predominar, mas era necessária a união que esteve presente em tempos anteriores na história do nosso país e que, mesmo

com alguns aparentes abalos na relação entre os dois poderes, parece que ainda seria útil para ambos, pelo menos do ponto de vista dos representantes da Igreja, mas, do outro lado, os representantes do governo, não tinham a mesma visão. Por isso, era necessário renovar essa nova fase dos poderes - Igreja e Estado -, o que veio com certas restrições para a Igreja em relação a sua atuação nos problemas políticos do país, mas ela soube manter “um delicado jogo político de entendimento e ao mesmo tempo de resguardo da autonomia dos respectivos poderes” (AZZI, 1979, p. 222).

Márcio Moreira Alves (1979) já nos situa em uma república moderna e a relação Igreja-Estado parece não ter ficado tão distante do período da colonização. “A relações entre Igreja e o Estado não foram alteradas depois da proclamação do Estado Novo, 1937, quando Vargas assumiu poderes ditatoriais “ (ALVES, 1979, p. 37). Segundo ele, a Proclamação da República só aconteceu devido à ação do Exército, e identifica que a formação dos oficiais era realizada por professores positivistas<sup>8</sup>, apesar de não ser vista com bons olhos. Isso porque a relação Igreja e Estado já começava a ter um regulamento, seja uma separação por razões filosóficas ou aproximação por questões políticas, era uma relação - informal –, com dias contados, que já começava a ganhar uma ordem constitucional para melhor convivência entre civis/Estado/Igreja<sup>9</sup>.

A estratégia política da Igreja desenvolveu-se mais lentamente que as suas formulações teóricas e medidas administrativas. Os resultados foram menos visíveis, mas mais duráveis. Determinarão eles comportamentos que se fazem sentir ainda hoje, quando as estruturas administrativas ameaçam ruína e o edifício teórico desmoronou. Fundamentalmente, esta estratégia baseava-se na verificação – implícita ao princípio, explícita mais tarde – da fraca influência da Igreja nas classes dirigentes e no povo brasileiro. Reconhecer este fato significou para a hierarquia a necessidade de procurar apoios no Governo, portanto de aliar-se a ele e à estrutura social que representa e defende. Uma vez passada a crise da proclamação da República, os interesses civis retomam o Poder. Os seus representantes, ligados à economia do café e aos proprietários

---

<sup>8</sup> O positivismo era um fenômeno urbano da classe média e praticamente limitado ao Exército (ALVES, 1979, p. 35)

<sup>9</sup> No Brasil, nos outros países da América Latina, em todas as regiões do velho mundo “ocidental e cristão”, a Igreja Católica tem sempre atuado como se toda a população ainda fosse fiel. A consequência administrativa desta atitude é que a sua implantação de cobrir a totalidade do território, porque da mesma maneira que não se podem conceber espaços vazios num país, que não dependam de uma subdivisão político-administrativa, não se poderia conceber um território espiritualmente abandonado, não dependente de uma paróquia ou que não estivesse ligado a uma diocese. (ALVES, 1979, p. 57)

funditários, são os antigos conselheiros do Império. Estão habituados a encarar unitariamente a condução dos negócios de Estado e da Igreja. O seu conservantismo, o seu apego às tradições e as honrarias, cria uma boa predisposição para um acordo e mesmo para uma nova unificação Igreja-Estado, em bases mais favoráveis ao catolicismo que o antigo patronato (ALVES, 1979, p. 35-36).

Outro aspecto a considerar, voltando ao período anterior à república, é a presença da Igreja Católica no processo de colonização que parece marcar também a entrada de um status religioso para a Igreja, onde as regiões colonizadas passavam a ser nações católicas, ganhando assim territórios pelo mundo a fora.

No Brasil, a Igreja tentou manter-se, durante muito tempo, junto com o poder do Estado que aqui dominava. Apesar das inúmeras constatações de declínio de adeptos da Igreja Católica no Brasil, ela sempre manteve um status de poder e predominância de representação religiosa em nosso país<sup>10</sup>.

A importância que os diversos grupos étnico-religiosos tinham e ainda têm como influência na configuração cultural e sociorreligiosa da nação foi, muitas vezes, ignorado na construção do nosso país. “A Igreja Católica a única instituição a se colocar no mesmo nível do governo da nação, dividindo com ele o espaço de influência sobre o povo brasileiro” (AZZI, 1979, p. 196).

Contudo, um novo período para a Igreja começava a apresentar um sentido que iria além da catequese, exigência das demandas que a “nova” sociedade impusera pelas suas necessidades de ampliar o olhar para o “outro” de um novo ângulo.

Paulatinamente a Igreja foi abandonando sua postura mais conservadora de defesa da ordem tradicional, implantada pelas oligarquias rurais, e começou a apoiar os projetos de desenvolvimento social e econômico promovidos pelo governo e pela burguesia urbana (AZZI, 1979, p. 219).

---

<sup>10</sup> Durante o período das décadas de 20 e 40, em que a instituição católica esteve sob o comando organizador do arcebispo Dom Sebastião Leme, pode-se afirmar que o projeto de presença da Igreja na sociedade brasileira era pautado por dois parâmetros complementares. Em primeiro lugar, o maior esforço era direcionado no sentido do fortalecimento da própria instituição católica... O segundo aspecto a ser destacado era a preocupação em impor à sociedade brasileira, mediante a colaboração do poder político, os valores éticos e religiosos que tradicionalmente haviam pautado a atuação católica dentro do regime de cristandade. Em outras palavras, a Igreja volta-se mais diretamente sobre si mesma, procurando a partir daí recuperar sua influência sobre a sociedade, mediante um processo de volta à sacralização do Estado (AZZI, 2008, p. 124-125).

A nova forma de olhar e até mesmo de se relacionar com o leigo<sup>11</sup> foi um processo de aprofundamento maior do que se esperava que iria acontecer e foi acontecendo aos poucos com todos os participantes da Igreja que buscava sua libertação e maior participação na sociedade que se configurava. Para melhor ilustrar, vamos lembrar uma “antiga tradição, a Igreja também é chamada de *Sociedade*, quer dizer, associação moral e segura de muitas pessoas, para realizarem uma finalidade pela ação comum” (ARNS, 1985, p. 14). Outro aspecto relevante, de acordo com Azzi (2008), são as mudanças eclesiais que começam a sinalizar a partir da fundação da Conferência dos Bispos do Brasil<sup>12</sup>, que a partir daí

Em primeiro lugar, a Igreja passa a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar melhor os problemas sociais, detectando suas causas e consequências. Em segundo lugar, realiza um esforço significativo para adequar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de continuar a exercer a influência sobre a mesma sociedade. Simultaneamente, dispõe-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar melhor bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados. Em síntese, a instituição católica mostra-se mais sensível às transformações sociais que estão ocorrendo no país, procurando paulatinamente assumir uma atitude de serviço em favor do próprio povo (AZZI, 2008, p. 125).

Também, é necessário lembrar um trecho da história do Brasil que marcou, a ferro, a sociedade do nosso país: a implantação do regime militar. Momento sociopolítico de privações para a expressão de ideias que pudessem caracterizar como subversivas, questões ligadas à liberdade e à justiça social. No entanto, “apesar de dividida politicamente – inclusive a Confederação Nacional dos

---

<sup>11</sup> “Leigo” é um termo polissêmico... a) No sentido estritamente teológico: 1. Leigo – de Láos de Deus. Corresponde a “bastimal”. É a “laicidade constitutiva dos membros da Igreja, clérigos ou não”. 2. Leigo – de cristão da base em face do Pastor. É a “laicidade eclesial”, constitucional à estrutura jurídica da Igreja. 3. Leigo – de cristão secular, relacionado direta e imediatamente com o mundo enquanto tal. É a “laicidade secular”. 4. Leigo – de laicidade transversal a toda a Igreja, enquanto toda ela, pastores e leigos, é “para-o-mundo”, possui uma responsabilidade orgânica no campo sócio-político, na linha da ChI I5 e da GS em geral. b) No sentido da secularidade pura e simples: 5. Leigo – de “estar-no-mundo”, em oposição à segregação do mundo. 6. Leigo – da laicidade ou autonomia do mundo, de sua “criaturalidade” (GS 36). Isso leva ao respeito, à escuta e ao diálogo crítico da parte da Igreja. 7. Leigo – dos direitos da laicidade no interior da Igreja: os direitos humanos e as “liberdades civis”, que devem também ser sua vigência dentro da instituição eclesial. 8. Leigo – no sentido laico, independente da religião. 9. Leigo – no sentido laicista, contrário a religião. 10. Leigo – no sentido figurado ordinário: estranho, ignorante (C. BOFF, 1994, p. 22)

<sup>12</sup> Durante o primeiro decênio, a liderança da organização eclesial coube ao secretário executivo Dom Helder Câmara (AZZI, 2008, p. 125)

Bispos do Brasil (CNBB)<sup>13</sup>, com suas correntes progressivas e conservadoras -, a Igreja se envolve na luta contra os excessos das forças de segurança e por justiça social e liberdade” (COUTO, 1998, p. 119).

Ronaldo Costa Couto (1998) reconhece que a Igreja foi a principal oposição institucional capaz de atuar com certa independência na época da ditadura militar, apesar de temerem o perigo da independência “relativa” que lhe atribuíam (p. 118). A presença dos grupos católicos de esquerda, como Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Ação Popular (AP), em sua maioria formados por estudantes, aterrorizavam. Aquela era uma juventude que lutou para libertação e justiça social, sem temor das represálias.

Couto (1998) traz em seus escritos uma declaração de Dom Luciano Mendes de Almeida que ilustra bem como foi a atuação da Igreja na intervenção das ações do regime militar:

Creio que em dois momentos. Primeiro, na solidariedade com aqueles que sofriam os efeitos: as famílias, os presos, os excluídos. Em segundo lugar, uma conscientização de que o recurso à violência e à repressão não condiz com a dignidade da pessoa humana. Quer dizer, na linha da conscientização da dignidade da pessoa humana, e, por isso, a exclusão da violência...Eu acho que houve um amadurecimento lento da cidadania, não exclusivamente, também por parte da Igreja. E em terceiro aspecto, é que eu acho que essa solidariedade da Igreja não foi só no nível da consolação, mas foi também no nível da presença junto às áreas rurais, às áreas da indústria, das universidades (p. 119-120).

Helena Salem (1981) acrescenta,

Vimos que a vanguarda leiga avançou rapidamente em termos políticos. O mesmo não ocorreu com o episcopado, mesmo com aquela sua minoria mais consciente. Logo a hierarquia começa a exercer suas pressões sobre a JUC.... Em outubro de 1962, a Comissão Central da CNBB decide cercear a liberdade de ação dos militantes da JUC. O episcopado progressista (minoria, mas na vanguarda da CNBB) tem condições apenas de aceitar um programa de reformas, com o governo, para a resolução dos problemas sociais

---

<sup>13</sup> A CNBB foi uma das primeiras entre as 84 conferências episcopais que existem atualmente no Mundo. Fundada em 17 de outubro de 1952, é obra de dois homens que, apesar de seus caracteres diametralmente opostos, se identificaram sempre na lealdade que denotavam à mesma instituição: o antigo auxiliar do arcebispo do Rio de Janeiro, Helder Camara, e o antigo secretário de estado de Pio XII, Giovanni Battista Montini, Paulo VI. (ALVES, 1979, p. 63)

mais graves.... Ou seja, a Igreja continua direcionada preferencialmente para o poder (p. 25).

É a conquista ao direito de cidadania que se faz aos poucos; acredito que, ainda hoje, a passos lentos, caminhamos para conquista e garantia de direitos básicos sociais.

### *1. Os blocos históricos das classes hegemônicas para uma Igreja Popular*

L. Boff (1998) apresenta a função da Igreja na América Latina em blocos de classes hegemônicas e com três marcos fundamentais, demarcados por períodos em que a cristandade teve ações pontuais na relação Igreja sociedade. O primeiro período, indicado pelo autor, é de 1492 a 1808, e foi definido como a cristandade colonial latino-americana; o segundo marco vai de 1808 a 1960, demarcado pela nova cristandade, mas é o terceiro marco que será foco desta pesquisa e está situado no período de 1960 a 1980, prefácio da crise da nova cristandade e ocasião em que emerge a Igreja Popular<sup>14</sup> como alternativa de mudança.

Seguramente é a partir da década de 60 que se instaura uma crise estrutural na Igreja, mas não por um acaso, pois é no mesmo período que ocorre o Concílio Vaticano II (L. BOFF, 1998; CABRAL, 2008). É possível que, ao falar sobre o processo do Concílio Vaticano II, ocorram algumas repetições de leituras anteriores realizadas, todavia, é quase impossível falar de mudança social no íntimo da Igreja católica, sem citar as transformações ocorridas após esse evento. Alves (1979) ajuda a entender também esse processo de mudança de concepção que o Concílio propôs:

Ao longo do Concílio Vaticano II obrigaram a Hierarquia brasileira a aperceber-se dos problemas sociais e econômicos do país e a abrir-se às novas correntes teológicas. Por outro lado, a crescente consciência política das massas oprimidas e a resposta ditatorial que provocou por parte das classes dominantes colocariam a Igreja face a uma opção que já não podia ser passiva... A Igreja foi, em consequência, forçada a enfrentar a crise modificando a sua organização, o seu discurso ideológico e, finalmente, o seu comportamento político (p. 40).

---

<sup>14</sup> Quando falamos em Igreja Popular assinalamos este fenômeno: o “povo” está aí presente, não como mero “freguês” anônimo que recebe o sacramento ou assimila a lição catequética, mas como membro participante, junto com o padre, o bispo e, por vezes, o próprio cardeal que entram nesta caminhada eclesial (L. BOFF, 1986, p. 45-46).

O movimento de mudança dentro da Igreja católica já se configurava, naquele período, bem como o surgimento de uma nova ótica social, que dava ênfase ao pobre como centro de atenção e necessidade na reviravolta que marcou o período.

Na América Latina, a realização da Conferência de Medellín, em 1968, para adaptar as decisões conciliares à realidade do continente, fez surgir uma nova elaboração teológica, que colocava o pobre como centro da reflexão e alvo primeiro da atuação pastoral. Tal elaboração recebeu o nome de Teologia da Libertação (CABRAL, 2008, p. 17-18).

É interessante perceber como a atuação da Igreja começa a ser revista e já mostrava tendências de mudanças internas para as necessidades apresentadas pelo povo carente de condições mínimas para a sobrevivência. Como exemplo das irmãs Beneditinas da Virgem Maria, uma prática e um discurso político em verbo e também com a práxis humanizada na disposição de servir aos que, de fato, necessitavam da misericórdia e ação para mudança de sua condição de vida, e eram muitos que sobreviviam, na época, em condições subumanas. As religiosas tiveram a chance de exercer uma nova forma de VR de forma coesa com a teoria da TdL.

Para os irmãos Boff (1985) – Leonardo e Clodovis – para a TdL, a mística é o encontro com o Senhor no pobre. Eles ainda definem o pobre como sendo “uma classe marginalizada e explorada de nossa sociedade, caracterizada por um capitalismo dependente, associado e excludente (p. 11-12). Ainda segundo os autores, a TdL pode ser considerada de dois pontos: 1) a articulação sacramental da TdL e a 2) a articulação socioanalítica da teologia da libertação. Na primeira, observa-se:

- a) Percepção da miséria da realidade (sentir) A realidade miserável revela duas faces: a das angustias por causa da ‘fome, enfermidades, analfabetismo, miséria, injustiça...’ (Puebla 26) e das esperanças por libertação, participação e comunhão (Puebla 24). Constata-se uma divisão profunda entre ricos e pobres que é tanto mais dolorosa quanto sabemos que uns e outros professam a mesma fé cristã. B) Indignação ético-religiosa face à miséria (protestar) A primeira reação daquele que se orienta pela fé cristã é de protesto: isso não pode ser! Não agrada a Deus! Dizem os bispos em Puebla: ‘À luz da fé, vemos a distância crescente entre ricos e pobres como um escândalo e uma contradição com o ser cristão. O luxo de uma minoria constitui um insulto à miséria das

grandes massas. Esta situação é contrária ao desígnio do Criador e a à honra a ele devida' (n. 28) c) Prática solidária de ajuda (fazer) A percepção da miséria e o protesto contra ela movem à ação. A Igreja sempre se preocupou com os pobres de nosso Continente; agora esta preocupação assumiu a forma de consciência coletiva, pois a persistência de tal situação se torna mais e mais tolerável (p. 12-13).

No segundo, a articulação socioanalítica da TdL

Neste nível de elaboração se trata de conhecer criticamente os mecanismos produtores de miséria. Ela não é inocente, nascida espontaneamente. Dizem-nos apropriadamente os bispos em Puebla: 'ao analisarmos mais a fundo tal situação, descobrimos que essa pobreza não é uma etapa transitória e sim *produto* de situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, que dão *origem* a este estado de miséria' (n. 30).

Para Leonardo e Clodovis Boff (1985), o principal interesse da TdL é criar uma ação da Igreja que ajude os pobres efetivamente. Nessa oportunidade, lembramos do nosso objeto de estudo, as irmãs Beneditinas da Virgem Maria, que fizeram ações comuns à proposta pela TdL, para o trabalho de ação mobilizadora que ocorria na comunidade com orientação para organização de equipes jovens que tratavam de questões sobre os problemas enfrentados por todos ali na comunidade como: água contaminada, falta de posto de saúde, falta de uma espaço para reuniões, falta de escola, falta de tudo que pudesse garantir uma vida mais digna para o povo.

### 1.1 A Igreja e o novo olhar para os empobrecidos

A Igreja passou a ter a preocupação de chegar mais próximo da população mais carente e necessitada não apenas com oração, mas com pão e projetos para a conquista da cidadania. A reformulação para uma nova Igreja foi uma convocação do "Concílio Vaticano II que apontara para uma eclesiologia do *povo de Deus*, valorizando a participação do leigo a partir da vocação recebida por cada cristão desde o batismo, o que significava o rompimento de uma Igreja restrita à hierarquia" (CABRAL, 2008, p. 43). Segundo Gutiérrez (2000), Medellín serviu como alerta para abrir os olhos sobre o endividamento da Igreja com os pobres. "Em Medellín, esboçou-se a Teologia da Libertação, aprofundou-se a noção de justiça e

paz ligadas ao problema da dependência econômica e colocou-se o pobre no centro da reflexão da Igreja na América Latina” (CABRAL, 2008, p. 46).

Helena Salem (1981) afirma que

se o Vaticano II tentou adaptar a Igreja Católica ao mundo moderno, a Conferência de Medellín procurou ajustá-la à realidade latino-americana, de capitalismo dependente, miséria, exploração. Em Medellín, o episcopado do continente assume pela primeira vez a temática da libertação e define-se (embora ainda não explicitamente) pelos oprimidos, ao estabelecer como tarefa principal a criação de comunidades eclesiais de base e demais formas de organização que incorporem o povo à Igreja (p. 39).

O compromisso que a igreja havia declarado para com os pobres<sup>15</sup> se materializava com a presença de representantes, como as irmãs Beneditinas da Virgem Maria, em pequenas comunidades que se formaram na RMR. A constituição dessas comunidades foi pela necessidade de ocupação de alguns espaços na área urbana, porque, naquele período – década de 70 e 80 –, muitos empobrecidos não tinham a garantia de um lar, ainda mais após a cheia que assolou a cidade do Recife (Anexo I), nem condições de adquirir de outra forma, senão através da ocupação de terrenos em áreas que garantissem não haver a possibilidade, caso ocorresse uma nova cheia, de inundação.

## 1.2 A Igreja assumindo seu papel de popular

Para L. Boff (1998), “a Igreja católica sempre foi, em nossa pátria, um fator decisivo na formação de nossa identidade social” (p. 69). Como sua influência abrange todo o cenário social, segundo o autor, Medellín é o ponto zero de partida para todas as transformações efetivamente postas em práticas na reestruturação da relação Igreja-povo.

---

<sup>15</sup> A categoria *pobre* citada em Medellín e que entrou com ênfase nos pronunciamentos da Igreja e no direcionamento de numerosas práticas pastorais posteriores, embora tendo como fundamentais os aspectos sociais econômicos, refere-se a situações humanas de maior amplitude, pois ela também contempla os *insignificantes*, compreendendo ‘todos aqueles que por razões econômicas, raciais, culturais ou por serem mulheres tem pouco ou nenhum peso na sociedade e vêem seus direitos violados e sua realização humana impedida’. Não obstante ser a categoria pobre portadora de uma gama de significados, o uso que dela fazemos aqui encontra sua referência na amplitude com que foi empregada em Medellín e que explicitamos no parágrafo imediatamente anterior (CABRAL, 2008, p. 46-47)

Os anos após-Medellín (1968 – 1979) significaram para a igreja um esforço gigantesco de tradução desta opção fundadora para uma nova prática eclesial. Efetivamente, de Medellín (1968) a Puebla (1979), a Igreja configurou uma nova imagem: solidária com as causas dos pobres, corajosa em face do Estado autoritário, defensora dos direitos dos humildes e encarnada muito mais nos meios populares com milhares de Comunidades Eclesiais de Base onde o povo se reúne para rezar, refletir comunitariamente e organizar práticas comunitárias de sentido libertador. Os conflitos internos persistem dentro da Igreja, pois não é fácil abandonar práticas ligadas aos privilegiados da sociedade e definir um novo lugar social (povo), a partir do qual se fala, organiza e age. Mais e mais se firma a convicção de que a opção pelo povo e sua libertação é já irreversível. Estamos assistindo ao advento de uma Igreja popular, articulada com o movimento popular de luta pela justiça, por maior participação e poder decisório (BOFF, 1998, p. 66).

Cabral (2008) nos ajuda a compreender melhor a importância de Medellín.

O que mudara do Vaticano II até Medellín? Do encerramento de uma assembleia para o início da outra havia uma distância de pouco menos de três anos. Medellín teve como tema A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio, o que colocava, a partir das ideias nucleares de que está composto o seu enunciado, balizas diretivas dos rumos que deveriam tomar as reflexões da Conferência: a temática central apontava para uma reflexão teológica acerca do papel da Igreja inserida *na* realidade latino-americana, no estágio de transformação que se vivenciava na época, tendo por parâmetros, para essa análise, as deliberações do Concílio Vaticano II (p. 47).

Percebemos que o Concílio Vaticano II apontava as diretrizes da Igreja, enquanto que Medellín delineou o campo de atuação e o objeto principal para atuar sobre ele – o pobre. Cabral (2008) continua a esclarecer que

Era impossível não partir dos indicadores sociais e esses conduziam, necessariamente, a um confronto com uma realidade de pobreza desafiadora de uma pastoral que quisesse discutir seu papel no mundo, não no mundo abstrato, mas composto de latino-americanos submetidos a condições acentuadamente adversas à garantia mínima de sobrevivência (p. 47).

Entretanto, a escolha pelo pobre não era uma bandeira defendida e aceita no regime político da ditadura militar que assolava o Brasil naquele período. As ideias ditas “comunistas” eram terminantemente proibidas e eram perseguidos aqueles que as defendessem. Como já foi dito anteriormente, a Igreja tinha um “certo” poder e buscou usar sua influência para a garantia do bem-estar daqueles

cidadãos envolvidos na luta contra o regime, fosse diretamente, junto aos presos, ou indiretamente próximos das famílias dos desaparecidos ou condenados pelo sistema do regime militar.

Essa opção exigiu um preço à Igreja: contam-se em cerca de 900 as pessoas ligadas diretamente à pastoral que nos últimos 10 anos foram perseguidas ou presas, expulsas ou torturadas ou mortas; entre elas há índios, leigos, freiras, padres e até bispos (L. BOFF, 1998, p. 67).

Apesar de tudo, L. Boff (2008) identifica que a Igreja se vai desalienando e assumindo um compromisso com a base da estrutura social, isto é, com as classes populares dominadas. Ele apresenta quatro grandes fases do caminhar da Igreja no Brasil, mas aqui serão apresentadas apenas duas das quatro fases, não por serem mais importante, mas que elas melhor preenchem o recorte temporal da pesquisa.

A primeira fase aqui delimitada, é a que vai de 1962 a 1970. Nela, Boff (1998) identifica o interesse da Igreja pelos problemas concretos que o país enfrentava sob a tutela do regime militar. É marcada com a ação dos grupos AP, JOC, JUC, JEC e outros que começam a refletir sobre o sistema imposto na época. Concomitantemente, foi gerada uma crise entre a “Igreja-grande-instituição” (L. BOFF, 1998, p. 73), ligada aos setores mais ricos e do poder dominante, com a “Igreja-na-base” (L. BOFF, 1998, p. 73) ligada ao povo pobre.

Isto implica que se faça mais voz dos sem-vez. Fazendo isso, estremece suas relações com o poder e passa a correr riscos que antes não corria. Começa a perder a segurança e a pesar sobre ela a suspeita de subversão. Ou então a Igreja-instituição tolera apenas a Igreja-na-base, criando-se um paralelismo, prejudicial a ambas as partes e à atuação do Cristianismo como possível força de transformação social (L. BOFF, 1998, p. 73).

A segunda fase é a que fica entre 1968 e 1980, que o autor chama de: “a convergência e o compromisso com os empobrecidos”; ele também identifica como sendo o período mais dinâmico e renovador para uma decidida convergência entre a “Igreja-grande-instituição com a Igreja-rede-de-comunidades” (L. BOFF, 1998, p. 74). Nesse caminhar, nem tudo parece tão ruim, afinal foi o conflito entre a cúpula governamental e a eclesial que propiciou a aproximação da Igreja com o povo mais carente e sofrido. Começam a surgir diversos movimentos no seio da Igreja-

instituição, em diversas partes do país, para chamar a atenção de que o povo era, e ainda é, o mais necessitado de oração/preces/rezas.

Exemplo é o trabalho iniciado pelas religiosas na comunidade Planeta dos Macacos, na organização do povo e da comunidade de forma geral. Veremos mais adiante o registro documental do trabalho do grupo de religiosas, representantes da Igreja e do novo modelo da relação dela com o povo.

A Igreja tinha, naquele momento, como obrigação, cuidar do outro independente de sua representação religiosa, ou mesmo que não tivesse nenhuma religião.

O Brasil é um país da religião. As religiões clássicas, letradas e eruditas, misturam-se às religiões 'rusticas' que tanto fascinaram Roger Bastide. Isto nos desafia desde logo um conhecimento prévio e mais profundo do campo religioso e depois ir verificando até que ponto nossa cultura é fruto da dinâmica interna desse campo (MENDONÇA, 2008, p. 104-105).

O espaço de acolhimento é para todos que precisassem e precisam de ajuda da Igreja, para a garantia da segurança de um bem-estar maior que apenas a catequese. Isso só é possível pela necessidade de experienciar junto ao pobre, sofrendo de perto o que ele vive. Relembrando que o tom de estudo deste trabalho, a ação das irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, constata-se que muito do que foi vivido na comunidade Planeta dos Macacos é um exemplo da Igreja Popular, talvez o que mais se aproxime como exemplo dessa forma de instituição que está e vive junto ao povo.

Marion Escorsi Valério (2012), em sua tese de doutorado, apresenta a ideia de Igreja Popular, o processo de atuação de uma religião conscientizada a partir das experiências comunitárias e populares (p. 34). Em sua pesquisa no doutorado, o alvo foi a compreensão da estrutura das relações de saber e poder presentes no discurso da TdL, surgida na América Latina, nos anos 1960, e consolidada nos anos 1970. Ele, também, discorre em sua dissertação de mestrado sobre as

virtudes essenciais para o cristão na teologia da libertação seria seu engajamento social e político com o intuito de transformar a sociedade capitalista e suas estruturas desiguais e opressivas. Isso geraria um novo perfil de cristão que afetaria o modelo de santidade.

Esse novo cristão deveria possuir o 'amor social' como virtude maior (VALÉRIO, 2007, p. 26).

Nessa perspectiva, fomos inspiradas a pesquisar e aprofundar uma vivência de trabalho em uma comunidade carente, como a Planeta dos Macacos, através da experiência do trabalho realizado pelas irmãs Beneditinas da Virgem Maria com os leigos que ali habitavam, em um período que a Igreja Católica buscava afirmar seu apoio incondicional junto aos empobrecidos habitantes de tais comunidades que se constituíram na região metropolitana das grandes cidades do nosso país.

### 1.3 A nova estrutura social da Igreja

A relação da Igreja com as questões sociais e necessidades da população foi sempre um movimento discreto presente em sua atuação. Na colonização com as missões de catequizar os índios, atendendo e acolhendo o povo que começava a formar nossa nação, parece que já eram os primeiros passos para as ações sociais aqui no Brasil. No império, mesmo perdendo o status social, não deixou de apresentar suas preocupações com as questões voltadas para o povo; já na república, com a preocupação em buscar espaço junto ao governo e suas ações solidárias em prol da sociedade confirmava, por menores que fossem seus movimentos, um declínio da ação social, o que passa a ser quase uma atribuição, para não dizer uma obrigação, em sua existência histórica. Afinal, a Igreja tem um laço com a sociedade que a faz comprometida com as causas e necessidades sociais na luta pela equidade para todos. Para Cabral (2008):

Embora deva atuar, sobretudo, em uma esfera que aponta para dimensões transcendentais, a Igreja é uma instituição cuja visibilidade, perceptível em suas numerosas organizações, já está no limiar de um terceiro milênio de existência. Tem sabido articular-se e sobreviver, tem assumido posições diferenciadas face aos conflitos das populações onde tem estado presente. A sua atuação tem sido, sempre e sem qualquer espaço, uma atuação também política (p. 35).

Atuação política, em nosso recorte temporal da pesquisa, que buscava mobilizar o povo, carente de direitos mínimos para sobrevivência, em um período de privações de políticas públicas e liberdade de expressão. É através de um trabalho "sócio-reflexivo" junto ao povo, para a percepção das necessidades das quais eram

privados e, ao mesmo tempo, a necessidade de se mobilizarem para conquista e garantia de seus direitos.

Outrossim, é ter como inspiração um conceito que se apropriava a partir da Teologia da Libertação como referência para garantia de uma prática mais humanizada e libertadora. O povo – leigo – não teria a chance de estabelecer, naquele momento de tormenta pela realidade que lhe consumia devido ao seu estado de empobrecimento, ideias ou mesmo reflexões sobre como agir. Para isso, se fez importante a presença de alguns representantes de instituições que oportunizaram os avanços das conquistas.

## *2. Teologia da Libertação: teoria e prática nas comunidades*

Gustavo Gutiérrez (2000), apresenta a Teologia da Libertação, em nova introdução para seu livro – Teologia da Libertação: Perspectivas - como centro das atenções, no contexto da Igreja Católica.

É fulcral perceber que a TdL não apenas aconteceu no espaço de debate teórico, mas também na perspectiva de experiência espiritual e prática em comunidades, ampliando, de certa forma, sua característica para além da religião cristã.

Não se pode esquecer que o assunto não se limita ao nível intelectual. Por trás dessas reflexões há comunidades cristãs, grupos religiosos, povos cada vez mais conscientes de que a opressão e a desconsideração em que vivem não são compatíveis com a sua fé em Jesus Cristo (ou, genericamente, com sua fé religiosa). São essas correntes vitais e concretas que dão caráter próprio a esta teologia, tornando impossível separar nela, vida e fé. Daí seu vigor profético e suas possibilidades (GUTIÉRREZ, 2000, p. 14).

As possibilidades de reflexão que se tornaram possíveis advindas da experiência e vivência da TdL no seio das comunidades, como a Planeta dos Macacos, no movimento de mobilização dos leigos, assim como faziam as irmãs Beneditinas da Virgem Maria, faz perceber sua importância e necessidade para um período de extrema subversão dos direitos prioritários, para o exercício de cidadania que atravessou o país e que, só a partir do Concílio Vaticano II, foi possível aproximar a Igreja do povo.

Povos dominados, classes sociais exploradas, raças desprezadas e culturas marginalizadas foi uma fórmula frequente – à qual se somou uma permanente referência à discriminação da mulher – para falar da injusta situação dos pobres no marco da teologia da libertação (GUTIÉRREZ, 2000, p. 16-17).

Levando-se em conta as características do povo que era alvo da TdL em sua premissa, ao surgir como possibilidade de libertação, o autor, citado acima, ainda enfatiza que o pobre estaria inserido em um contexto social coletivo e era necessário que fosse notado em sua realidade contextual.

Gutiérrez (2000) ainda apresenta as privações aos quais o pobre era submetido:

Carência de teto e de alimento, impossibilidade de atender devidamente a necessidade de saúde e educação, exploração do trabalho, desemprego permanente, desrespeito à dignidade humana e injustas limitações à liberdade pessoal nos campos da expressão, do político e do religioso, sofrimento diário (p. 17).

Privações essas que, ainda hoje, no século XXI, se fazem presentes. E a busca de superação e modificar essa realidade é uma luta constante para muitos em nosso país. A permanente busca de conquista de direitos mobiliza novas perspectivas e, acredito, por viver ainda hoje na comunidade Planeta dos Macacos e ter experienciado momentos de luta para garantia de políticas públicas, maior participação democrática para as decisões.

Para Gutiérrez (2000), a TdL teve como marco primordial de seu sucesso a análise estrutural. Segundo o autor, seria historicamente a evidência da responsabilidade pessoal. Tudo isso para entender que a TdL foi uma mola propulsora de mudança social não apenas em países em crise sociopolítica como o Brasil, mas em toda a América Latina.

## 2.1 Breve História da Libertação

De acordo com L. Boff (2014), para melhor compreensão da TdL, é necessário um deslocamento à década de 1960, bem como considerar o contexto sociopolítico-econômico que a América Latina atravessava sob a influência da conjuntura global. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação (BOFF, 2014, p. 11).

Regidor (1996) acrescenta que a TdL nasceu e se desenvolveu na América Latina a partir de duas realidades históricas: 1) a realidade sociopolítica: o movimento popular, o despertar dos oprimidos, a conscientização dos povos empobrecidos e a sua organização para lutar contra a pobreza; 2) a realidade cristã-ecclesial presente nesses movimentos em favor dos pobres e empenhada nessa práxis libertadoras (p. 17).

A TdL surgiu diretamente da necessidade do pobre, primeiramente na América Latina<sup>16</sup>. Há a necessidade de pôr em prática o que era comum em suas lutas diárias, mas, de forma organizada, com diálogo reflexivo acerca da garantia de direitos e de condições menos injustas de vida na sociedade. O pobre precisou se reinventar e, conseqüentemente, a Igreja também precisou se reestruturar para esse novo perfil reivindicatório do povo que a constitui enquanto instituição.

Acresce ainda o fato de que muitas igrejas traduziram os apelos do Concílio do Vaticano II (1962-1965), de abertura do mundo, para o contexto latino-americano, como abertura para o submundo de uma entrada no mundo dos pobres-oprimidos. Desse impulso surgiram figuras proféticas, nasceram as CEBs, as pastorais sociais e o engajamento direto de grupos cristãos em movimentos políticos de libertação especialmente vindos da Pastoral da Juventude Universitária... a Teologia da Libertação não caiu do céu nem foi inventada por algum teólogo inspirado, mas emergiu do bojo desse movimento maior mundial e latino-americano, por um lado político e por outro eclesial. Ela propôs pensar as práticas eclesiais e política em curso à luz Palavra da Revelação...A Teologia da Libertação partiu diretamente dos pobres materiais, das classes oprimidas, dos povos desprezados como os indígenas, dos afrodescendentes marginalizados das mulheres submetidas ao machismo, das religiões difamadas e outros portadores de estigmas sociais (L. BOFF, 2014, p. 14-15).

A importância da TdL para mobilizar e fundamentar a luta contra a desigualdade, tornou significativa a atuação de grupos, representantes da Igreja,

---

<sup>16</sup> A América Latina (AL) como um todo é um continente oprimido e crente. O Catolicismo penetrou no tecido de nossos povos moldou, em boa parte, a identidade continental. Atualmente, a AL ocupa mais e mais o centro de atenções da Igreja Universal. Primeiramente, porque é aqui que se desenham os contornos do futuro da Igreja universal, porquanto é neste continente que a Igreja possui sua maior reserva numérica. Dentro do pouco, mais da metade dos católicos viverão na AL. Os países europeus, com o declínio demográfico e sua parca criatividade religiosa (a teologia, a liturgia e a pastoral são quase meras reproduções das sínteses do passado), perdem mais a mais a relevância universal. Em seguida, porque é na AL que se lança os principais e novos desafios para a fé cristã: como articular o Evangelho com a libertação dos oprimidos? Como combinar amor cristão com a desenfreada luta de classes pela qual passamos? Como pode o Cristianismo ajudar a superar as relações de injustiças internacionais nas relações dissimétricas entre países ricos e países pobres? (L. BOFF, 1998, p. 63)

como o das Irmãs Beneditinas da Virgem Maria, fundante para a conscientização política em comunidades como a Planeta dos Macacos.

A atuação dos religiosos acontecia muitas vezes pela necessidade de contato como o povo pobre para seu próprio enriquecimento no processo espiritual e afirmação da certeza de dedicação à vida religiosa.

Portanto, quando falamos da “reeducação do Religioso pelo Povo”, Povo aí aparece, de um lado, como agente educador direto. Há na verdade ocasiões em que ele se mostra atuando mais ou menos diretamente sobre o comportamento e a vida do Religioso (uma fala, uma expectativa, uma crítica, uma exigência). Por outro lado, o Povo se apresenta também, e o mais das vezes, como agente educador indireto, melhor ainda, como mediador pedagógico. Através dele, o Religioso toma consciência dos apelos profundos do evangelho por uma Vida Religiosa mais autêntica (BOFF, 1982, p. 13).

Assim sendo, foi através de mobilizações da comunidade, com a organização de grupos de coordenadores na comunidade Planeta dos Macacos pelas religiosas da congregação com a participação de representantes dos moradores, que se estabeleceu a luta por direitos à moradia, sucessivamente, à liberdade de poder ir e vir. A luta foi intensa e constante, as ameaças de despejos sempre pairavam e ocorreram em vários momentos fez parte da realidade da vida dos moradores na comunidade. Como representa a foto abaixo, um dos momentos de mobilização dos moradores da Comunidade Planeta dos Macacos:

**Figura 3**

**Passeata no centro da cidade -1980**



**Fonte:** Morador da Comunidade

Essas mobilizações sempre foram um movimento natural no dia a dia da dinâmica de lutas da comunidade. Havia mobilização para educação até para uso de água potável, através de cartaz para campanha do uso de filtro, com discursos nos grupos formado para mobilizar a comunidade e serem multiplicadores para melhor alcance de todos que ali moravam (Anexo II).

## 2.2 Comunidades Eclesiais de Base: a Teologia da Libertação na práxis

As CEBs, segundo o documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1982), surgem de um “resultado da convergência de descobertas e conversões pastorais que implicam toda a Igreja - povo de Deus, pastores e fieis” (p. 7). De acordo ainda com o mesmo documento da CNBB, as CEBs nascem nutridas de ideias como: Igreja como Povo de Deus, Igreja como união de Deus com o humano e o papel do leigo na nova configuração da Igreja.

As CEBs pareciam ser o mecanismo para a Igreja aproximar-se do povo. Todavia, é possível perceber que, apesar dos novos rumos que a Igreja tomava após o Concílio Vaticano II, a práxis nas comunidades carentes, junto ao povo empobrecido, de forma tradicional, apenas no exercício espiritual como forma de aproximação com Deus, não era eficaz. A preocupação levou alguns membros da Igreja a objetivar, de forma menos convencional e mais alternativa possível, essa aproximação com o povo mais pobre. E desta forma evitar a *cosmização*<sup>17</sup>. Assim sendo, ficando um marco de aproximação com aqueles que nesse processo de aproximação com os empobrecidos foi, desta forma, que os religiosos, de fato, estiveram não apenas junto aos filhos mais carentes de Deus, mas próximos do próprio Deus. Realizando, assim, independente do tempo e do espaço, uma relação sagrada com seus “irmãos”.

O desejo de aproximar-se de Deus, parece que se fundia com o projeto de reestruturação na Igreja, mas os recursos que de dispunham eram poucos e não muito fortalecidos pela falta de consciência de como fazer essa “reestruturação” sem ferir os padrões clássicos e até mesmo tradicionais de uma Igreja que se estruturou

---

<sup>17</sup> Cosmização: conceito utilizado por Mircea Eliade para definição do depósito de posse seja de uma cruz ou poste sagrado como posse de um espaço (ELIADE, 2010, p. 35).

ao lado do poder. Poder repressor e dominante da classe explorada e subtraída de direitos para sua sobrevivência mínima.

Então, surgiu uma nova forma de Vida Religiosa (VR) dentro da Igreja para, de certa forma, consagrar toda a mudança que se inicia no estabelecimento de vínculos com as comunidades carentes.

Alguns religiosos, em sua maioria mulheres, passaram a confrontar a estrutura tradicional da Igreja e procurar novas formas de comunhão com o povo empobrecido e carente. Outrossim é crer que os meios mais empobrecidos parecem favorecer mais a imersão do evangelho (C. BOFF et al, 1982, p. 19).

A vida religiosa, fosse através das CEBs ou das Congregações Religiosas, estava sendo um marco nessa reestruturação. É a partir de uma realidade, de atuação das Irmãs Beneditinas na Comunidade do Planeta dos Macacos que serão desenvolvidos os próximos capítulos desta dissertação.

## CAPÍTULO II: A VIDA RELIGIOSA NAS COMUNIDADES

*O mistério do feminino não é um mistério aterrador, mas aconchegador e cheio de ternura. Trata-se, verdadeiramente, antes de um mistério do que de um problema. Os problemas têm soluções. Uma vez solucionados, eles acabam. O mistério não tem solução. Quanto mais penetramos nele, mais ele se abre como desafio para o entendimento.*  
(L. BOFF, 1996, p. 263-264)

As mulheres quase sempre estiveram no cenário religioso de nosso país; porém, é certo que se renovaram e encontraram em seu processo de construção de identidade da VR muitos percalços<sup>18</sup>.

Contudo, quando decidimos dissertar sobre a história de um grupo de irmãs e de postulantes ao noviciado, foi interessante perceber, ao longo da pesquisa, que a luta para se firmarem era muito maior do que aparentava, durante a convivência que tive mais próxima das religiosas nos movimentos de mobilização feito por elas na comunidade. Os passos dados por esse grupo religiosas, quebrando paradigmas, rompendo as convenções da Igreja, indo morar em uma comunidade, com o apoio de um outro religioso, muito devocional as causas humanas: estamos falando de Dom Helder Camara que esteve presente em muitos momentos de mobilização social na Comunidade Planeta dos Macacos junto com o grupo de religiosas. Um exemplo de dedicação ao povo carente e a causas humanitárias para tentar contribuir com um mundo melhor.

A VR escolhida pelas Irmãs Beneditinas da Virgem Maria fugia dos padrões referenciais estabelecidos para aquela época. É certo que muito já havia mudado quando nos referimos a VR após o Concílio Vaticano II. De acordo com João Batista Libanio (2001),

Poucas instituições sofreram tão profundas modificações como a vida religiosa nos anos depois do Concílio Vaticano II. Ela passou por um momento de ampla reestruturação. Houve personalização de suas estruturas. As experiências e relações pessoais, a autonomia, a

---

<sup>18</sup> Até o século XIX, a vida conventual feminina organizou-se com características bastante próprias. No Brasil, desenvolveram-se formas de vida monásticas tardia e rara. Ela se manifestou sob duas formas: a monástica, que se destina, principalmente, às mulheres brancas e ricas, e os recolhimentos, onde se seguia um tipo de vida religiosa menos formal, destinado às mulheres pobres, negras e mulatas... Superadas as primeiras dificuldades para sua adaptação e as resistências por parte de setores liberais da sociedade, as congregações religiosas femininas firmaram-se pela multiplicação de seus quadros e o desempenho de sua função social, como instituições de serviço público (GARCIA, 2006. p. 21).

liberdade, a valorização dos próprios desejos e aspirações, o respeito às individualidades, a vida afetiva e outros aspectos foram fortemente fomentados. Muitas congregações deixaram o hábito, trocando-o por uma veste mais simples que aproximasse os religiosos das pessoas (p. 33-34).

Nessa direção, podemos destacar exemplos no universo da Igreja que também serviram de modelo para atuação nas Pequenas Comunidades Religiosas Inseridas no Meio Popular (PCIs), como apresenta Maria Valéria Rezende (2002) em seu livro “A Vida Rompendo Muros: Carisma e Instituição”, que contém um panorama amplo e aprofundado sobre a Vida Religiosa Feminina (VRF). A autora exhibe os “modelos femininos alternativos de Vida Religiosa” (p. 23), como, por exemplo, as Beguines, grupo de mulheres que, na Europa medieval, foram reconhecidas como o “primeiro movimento social feminino na história cristã” (p. 24).

Todavia, iremos nos centrar na VRF do Brasil, nas décadas de 70 e 80, pois segue uma mudança perene e necessária no seio da Igreja, que se reestrutura a partir do Concílio Vaticano II, como já vimos anteriormente. Inicia-se todo um processo de mobilização para uma nova Igreja com a entrada e participação mais ativa dos leigos, todos aqueles que representam as minorias.

Porém, é preciso, antes de mergulhar na práxis da Vida Religiosa (VR), conhecer um pouco do contexto histórico dela para, a partir dessas ideias, podermos compreender como foi constituída a Vida Religiosa Feminina (VRF), suas possíveis implicações até a chegada do recorte temporal da pesquisa desta forma. Temos como enfoque a VRF das irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria na comunidade Planeta dos Macacos.

De acordo com Cleto Caliman (1989),

O número de religiosos e religiosas que se deslocam de seus conventos e casas tradicionais e partem para as periferias, para as margens, na cidade ou no campo. Eles deixam para trás uma forma tradicional de vida organizada e estável para assumir o cotidiano incerto do mundo dos pobres. Esse deslocamento para as periferias é vivido e interpretado como apelo de fidelidade à inspiração original da Vida Religiosa e ao Espírito. (p. 41)

A Vida Religiosa se lança em um desafio que parece ser o cerne de sua própria essência, ajudar os desvalidos, em campos e espaços ermos de quaisquer condições ou prevalência de luxo.

### *1. Enfoques históricos da Vida Religiosa Feminina no Brasil*

Os religiosos chegaram ao Brasil através do processo de cristandade, quando era colônia de Portugal. A Coroa vislumbrava um meio de facilitar o processo de posse do novo mundo – nosso país. Riolando Azzi (1983) propõe reflexões “sobre a própria atuação hodierna da Igreja na realidade brasileira” (p. 9).

Em relação ao período colonial e à implantação da Cristandade no Brasil, o autor expressa que:

O que vai caracterizar as atividades dos religiosos nesse período é a dependência do projeto colonial lusitano. É o rei quem dirige os destinos da Igreja do Brasil nos primeiros séculos, por força do padroado. O catolicismo é a religião oficial trazida para a colônia. O Brasil se constitui assim uma cristandade “dependente” de Portugal, embora seja necessário destacar também suas características próprias. A Igreja se estabelece no Brasil mediante a orientação da Coroa, através da Mesa da Consciência e Ordens (AZZI, 1983, p. 11-12).

Desse modo, pouco ou quase nenhuma influência a Igreja tinha sobre seu destino ao chegar nas Terras de Santa Cruz. A participação dos religiosos, que aqui chegaram nas missões, era restrita e as suas ações dependiam única e exclusivamente do respaldo da Coroa<sup>19</sup>.

Azzi (1983) ainda discorre sobre a renovação na VR a partir da crise instaurada entre 1962-1983. Contudo, é importante considerar, segundo ele, que houve o Concílio Vaticano II, que abriu a Igreja para novas perspectivas para um novo modelo da Igreja, “designado como Igreja-povo de Deus”<sup>20</sup> (p. 21). O autor ainda afirma que “o panorama da vida religiosa no Brasil é muito amplo” (p. 21),

---

<sup>19</sup> Até 1580, os jesuítas tiveram exclusividade na atividade religiosa do Brasil, como os missionários “oficiais” da Coroa (AZZI, 1983, p. 12). Como sugestão para ampliar melhor os estudos sobre a vida dos religiosos na cristandade colonial, o autor sugere considerar o ano de 1580, pois essa data é importante para assinalar a subdivisão, com a anexação da Coroa lusitana à Espanha.

<sup>20</sup> Esse modelo, elaborado na Europa, foi assumindo características próprias na América Latina, mediante a opção pelos pobres, recebendo também o apoio da hierarquia eclesiástica, através das assembleias de Medellín e Puebla (AZZI, 1983, p. 21).

seria necessária uma análise profunda e detalhada para poder definir melhor sobre o tema.

Azzi (1983) contribui ao nos ajudar com suas impressões sobre a importância da VR das congregações femininas, de acordo como ele, “assumiram uma posição de vanguarda no movimento de renovação pastoral” (p. 21) – proposto pelo Concílio Vaticano II e consolidado em Medellín e Puebla.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) devolveu à Igreja a consciência de que ela está no mundo e numa missão de serviço; por isso, a comunidade cristã não pode alhear-se ao trabalho, à técnica, e à construção da cidade dos homens. Medellín (1968) e Puebla (1979) abriram o Episcopado ao mundo da injustiça, do empobrecimento das grandes majorias, dos direitos humanos. Daí emergiu uma evangelização libertadora, corporificada na opção preferencial, não exclusiva, mas solidária, pelos pobres (L. BOFF, 1998, p. 51).

É como a vida das Irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, que atuaram na comunidade Planeta dos Macacos: elas optaram por uma mudança em seu modo de vida que, possivelmente, no início, não tinham ideia da significação que tinha e que pertenciam a um universo maior de mudanças que já se configurava em toda a VR pastoral.

Voltando um pouco para compreender melhor a construção desse processo de transformação da VR tradicional para as novas formas de relações estabelecidas junto ao povo, seguimos com um pouco mais da história da VR no Brasil.

Riolando Azzi e Maria Valéria V. Rezende (1983) afirmam que houve dois tipos de Vida Religiosa Feminina<sup>21</sup> (VRF) no Brasil colônia:

um oficial, canônico, estabelecido nos conventos e mosteiros, e reservado às mulheres brancas e ricas da classe senhorial portuguesa; outro bem mais informal e difuso, não reconhecido oficialmente, único acessível a mulatas, negras e mesmo a brancas pobres, vivido em recolhimentos, beatérios, nas casas de famílias. (p. 24)

---

<sup>21</sup> A falta de estudos aprofundados sobre as instituições religiosas destinadas à mulher no Brasil colônia é parte do descaso geral da historiografia brasileira para com o tema “mulher”. Salvo poucas exceções, a maioria das referências sobre conventos, monjas e outras formas de vida religiosa feminina, apresentam-se em textos de caráter moralista ou piedoso, ou simplesmente informativo, sem uma análise mais profunda de seu significado no tecido das relações sociais da colônia (AZZI; REZENDE, 1983, p. 24).

É perceptível o pouco poder, ou quase nenhum, que as mulheres tinham para definir sua vida, mesmo que fosse a opção de enclausuramento em um convento e mosteiro. Suas vidas estavam nas mãos daqueles que comandavam a colônia e, assim, decidiriam se sua escolha poderia ou não ser acatada. Até mesmo porque a Coroa tinha interesse em ampliar a população do Brasil e, para isso, precisava das mulheres brancas da corte portuguesa. A escolha pela vida no convento poderia causar perdas significativas na composição populacional da nação que estava configurando-se.

É preciso lembrar que a vida religiosa feminina, como as demais instituições religiosas da colônia e a própria hierarquia eclesiástica, estava submetida à instituição do Padroado lusitano, dele dependendo desde a sua fundação até a determinação de sua disciplina interna... A resistência da Coroa em permitir conventos no Brasil era motivada sobretudo pela necessidade de garantir a permanência, o crescimento e a hegemonia da minoria portuguesa nas terras conquistadas. (AZZI; REZENDE, 1983, p. 25).

Outra afirmação dos autores acima é que a Coroa negou ao Brasil, no período da colonização, o direito de ter suas monjas, o que levou centenas de moças – brancas – a saírem do nosso país para professarem nos conventos em Portugal, antes de ser fundado o primeiro em terras brasileiras.

No entanto, antes de o novo mosteiro se firmar em Olinda, por volta de 1576, já havia alguns espaços conhecidos como recolhimento, casas de recolhimento como de freiras, um desejo já expressado pelo Jesuíta Manuel da Nóbrega para recolhimento<sup>22</sup> das indígenas (AZZI; REZENDE, 1983, p. 30).

Nessa perspectiva, esses espaços de recolhimento poderiam ser entendidos como doutrinadores. Na tentativa de estabelecer um “lugar”, com os moldes conventuais ou não, faria de quem ali estivessem pessoas tementes a Deus

---

<sup>22</sup> A palavra recolhimento recobria diversos tipos de instituições para mulheres, embora o mesmo estabelecimento pudesse servir para mais de uma finalidade. Eis as principais: 1ª Recolhimento para as meninas: destinados, no projeto inicial jesuítico, à educação de meninas indígenas junto a matronas virtuosas; depois serviram a meninas lusas, órfãs, ou separadas por motivo da família, até a idade do casamento; 2ª Recolhimento para moças ou mulheres decaídas, rejeitadas pela sociedade, mas com desejo de regeneração. Eram conhecidas como madalenas; 3ª Recolhimento para mulheres desejosas de uma vida mais piedosa na oração e na penitência. Tinham um modo de vida análogo ao das Ordens Terceiras mais observantes. Não aspiravam à vida religiosa, por isso viviam sem hábito religioso, sem observância de clausura ou de regra. Muitas eram viúvas ou abandonadas pelos maridos; 4ª Recolhimentos de mulheres destinadas à vida monástica. Organizavam-se já nos moldes conventuais, com hábitos religioso, clausura e votos particulares, esperando serem reconhecidas posteriormente pela Coroa, o que raramente aconteceu (AZZI; REZENDE, 1983, p. 30-31).

e regeneradas para um novo modo de vida, mas aquele “modo de vida” era estabelecido a partir do ponto de vista daqueles que os comandavam e/ou coordenavam.

Uma segunda consequência da situação vigente na colônia foi a forma pouco estrita da vida conventual, coberta por uma certa cumplicidade por parte da sociedade local e da própria Igreja. Considerando-se que não era permitido às mulheres escolher livremente seu estado de vida, em geral, o que determina o ingresso nos mosteiros não era a autêntica vocação religiosa... É provável que a maioria das jovens aceitasse bastante bem essa imposição. De fato, não era tão diferente o estilo de vida que se oferece à mulher no convento daquele que a esperava no casamento (AZZI e REZENDE, 1983, p. 47).

Todavia, a garantia de espaços convencionais, como conventos e mosteiros, para atender a uma parcela da sociedade que se formava na colônia e que desejava ver suas filhas neles, só iniciam, de acordo com Azzi e Rezende (1983), por volta do século XVII, estabelecendo, no Brasil, a vida religiosa feminina de forma definitiva (p. 31).

Segundo Azzi e Rezende (1983), “A vida conventual, pelo contrário, libertava as moças da dominação masculina direta, pelo menos no âmbito da vida cotidiana” (p. 48). Sendo assim, ainda de acordo com os autores, é mais compreensível que se entenda que, naquela época, poucas escolhas as mulheres tinham para fazer em suas vidas: ou caminhavam para a castidade, enclausurando-se por altos muros de um convento, mosteiro ou espaços de recolhimento ou caminhava na direção de um casamento – determinado pela família e, muitas vezes, sem afeição nenhuma pelo pretendente, além do que poderia até levar à morte devido aos inúmeros partos que havia e às condições de uma época privada de tudo.

## *2. A chegada da Ordem Beneditina no Brasil*

De acordo com J. Jongmans (1983), a ordem dos monges Beneditos se instalou, no nosso país, por volta do século XVI, logo em seguida foram fundadas cinco abadias nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, João Pessoa, São Paulo e Olinda. Márcio Moreira Alves (1979) também registra a chegada dos Beneditinos à Bahia, destaca seus mosteiros de estruturas notáveis por tamanho e riquezas;

porém, o mais importante tinha sido o papel militar desempenhado pelos Beneditinos contra os corsários franceses, no Rio de Janeiro, e os holandeses, na Bahia.

Voltando a J. Jongmans (1983), ele apresenta registros da quase extinção da ordem dos beneditinos no Brasil, por volta de 1889; porém, com a proclamação da República, foi decretada a separação da Igreja e do Estado. Os poucos beneditinos que ainda existiam, pediram ajuda aos confrades de fora, mas tiveram que esperar alguns anos até serem atendidos, além de terem enfrentado conflitos para reorganizar a congregação.

José Oscar Beozzo (1983) afirmou que a Ordem Beneditina iniciou sua restauração, em 1895, através da Congregação de Beuron, na Alemanha, com monges vindo de lá e da Abadia de Maredsous, na Bélgica (p. 121).

Quanto às congregações femininas, é fato que demoraram muito para se firmarem aqui no Brasil. O mesmo autor, Beozzo (1983), ainda trata da questão do florescimento da VRF no Brasil, que se restringia a alguns conventos e casas de recolhimento.

Voltando ao nosso recorte temporal, e tema desta dissertação: a Congregação Beneditina da Virgem Maria, localizada no bairro do Cordeiro, no Recife, na qual as irmãs e as noviças que atuaram na Comunidade Planeta dos Macacos, durante o período do seu surgimento, foi notícia em uma publicação no blog – Deus lo Vult! – que registra a extinção delas em junho de 2008.

Irmã Zefinha, também faz esse registro do afastamento das irmãs e das noviças da Congregação Beneditinas da Virgem Maria. Ela coloca que foi preciso porque as irmãs que comandavam a congregação não aceitavam a escolha de elas trabalharem nas comunidades. Quando questionada se, mesmo com o apoio da Dom Helder, elas poderiam ter continuado, explica que houve diversas reuniões com o arcebispo, mas não houve acordo. Então, as religiosas optaram pelo desligamento e continuaram seu trabalho nas comunidades.

Em relação a esse ocorrido, especificamente, pouco foi possível apurar. Em contato por telefone, através do Colégio Maria Imaculada, localizado no Cordeiro e reconhecidamente sede administrativa da congregação, em conversa informal com uma das irmãs responsáveis, ela não apenas se negou a informar sobre o

documento oficial da extinção, bem como solicitou não tocarmos no assunto em nosso trabalho de pesquisa. Os motivos de tal solicitação não foram claros, mas a impressão deixada após essa conversa é a de que não reconhecem o motivo da extinção e se sentem ligadas à Arquidiocese.

Tampouco, o pequeno grupo de irmãs, juntamente com as postulantes ao noviciado, da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, não se abatera e deram continuidade aos trabalhos, até mesmo aos que realizavam na comunidade Planeta dos Macacos, onde até hoje estão presentes atuando e buscando agregar o povo.

A coragem em realizar trabalhos fora dos conventos ou mosteiros, mesmo com apoio ou não de toda a congregação, era muito mais pela nova configuração da Igreja que se firmava a favor dos oprimidos. O povo oprimido clamava pelas suas necessidades e urgências para uma vida digna. O Pe. Cleto Caliman (1989), explica que havia uma emergência do povo pobre em se encontrar com sua cidadania, e que nada acontecia isoladamente ou de forma autônoma, nem a VR, sua participação era fulcral em relação à Igreja e à sociedade... Emergências das classes populares. (p. 44)

O autor afirma ainda:

No contexto de uma sociedade injusta e desigual, marcada por contradições tão profundas, o mover-se dessa imensa maioria de empobrecidos, ou como alguém já classificou, os 'novos bárbaros', constitui fato novo indiscutivelmente promissor e irreversível (CALIMAN, 1989, p. 44).

Nessa perspectiva, o percurso que a VR toma para si como norte vai para além das palavras, é o 'verbo' que assume em nome de Deus. Colocam-se em prática os ensinamentos do amor ao próximo não apenas em teoria, mas, no cotidiano, junto aos pobres das comunidades, o que reformula a própria VR quando em inserções.

### *3. A transformação da Vida Religiosa Feminina*

Maria José F. Rosado Nunes (1984) caracteriza o processo de transformação da Vida Religiosa feminina em nosso país em dois momentos:

O primeiro, que se poderia chamar de etapa de adaptação modernizadora, acontece logo após o Vaticano II e tem como objetivo adequar a Vida Religiosa às novas realidades da sociedade moderna. O segundo momento tem-se o que um teólogo chama de “refundação coletiva da Vida Religiosa”. Trata-se de um processo que se pode denominar de inovação criativa, caracterizado pela alteração da justificativa que o grupo dá de sua razão de ser. Ainda que a referência fundamental da Vida Religiosa continue sendo uma experiência pessoal de relação com a divindade que leva a uma atitude de doação da vida, muda-se a justificativa mesma de ser freira. Já não se trata de ser religiosa para Deus, mas por causa de Deus, para os irmãos (ROSADO-NUNES, 1984, p. 125-126).

Toda mudança que começa a engrenar em um processo de transformação parte, a princípio, da realidade que se apresentava na sociedade, no período proposto para este estudo. Contudo, era um cenário mais do que conhecido por todos, pois, desde a colonização do nosso país, já era evidente a existência de população carente e explorada.

Rosado-Nunes (1985) traça um perfil do modelo da cristandade da Igreja Católica, no Brasil, desde a colonização, passando pelo império, até meados da queda de 60. Mesmo não sendo foco deste trabalho, vale ao menos conhecer, em poucas linhas, a partir das narrativas da autora, como ocorria o sutil falseamento para a “escolha” em atuar na vida religiosa no Brasil Colônia.

Podemos observar que o processo de colonização está agregado ao de exploração. Então, não poderia ser diferente no cenário religioso da época, mesmo que em mundo predominantemente feminino, como eram os conventos. Isso porque, apesar de os homens estarem na liderança, ali havia manipulação para que as mulheres – inseridas na vida religiosa – estivessem de alguma forma vivenciando o mesmo processo de exploração e/ou posse que ocorria concomitantemente em nosso país.

Além das determinações de sexo, atravessavam ainda a Vida Religiosa determinações de classe e de raça. Não era permitido a mulheres negras ou mulatas o ingresso nos conventos... vida religiosa não poderia reunir indiscriminadamente mulheres de origens sociais diferentes, sem contradizer o princípio da suposta superioridade da nobreza branca. Era, portanto, vedado o acesso de mulheres pobres, principalmente as de cor, ao mesmo ‘estado de perfeição’ que se oferecia às brancas fidalgas. Por isso, o direito de professar nos conventos coloniais era reservado exclusivamente às mulheres brancas de famílias ricas e de prestígios (ROSADO-NUNES, 1985, p. 28).

Os homens, ainda que não fossem maioria nos conventos, eram eles que manipulavam a chegada e determinavam quem entrava para a vida religiosa feminina. Prevalencia o interesse da Coroa Portuguesa, que tinha planos bem definidos para as mulheres brancas que aqui chegavam.

Rezende (2002) relata esses interesses dos colonos brancos que aqui se estabeleciam junto com a Coroa Portuguesa. O crescimento da população branca era o objetivo central da Coroa Portuguesa, então, a vida religiosa poderia atrapalhar os planos, uma vez que as senhorias brancas deveriam casar com os colonos que aqui habitavam, na época, para a expansão da população. Enquanto isso as mulheres pobres ou de cor só poderiam entrar nos conventos na condição de servas (p. 41-21).

Na verdade, essas formas de VRF, mais características das elites coloniais brancas, não tiveram realmente papel significativo na vida espiritual da colônia em geral e não parecem ter deixado rastros que pudessem influenciar ou inspirar as mulheres religiosas de épocas subsequentes. (REZENDE, 2002, p. 43)

A autora também registra a existência do primeiro convento - Santa Clara do Desterro<sup>23</sup> - no período colonial, em 1644, em Salvador/BA:

#### Figura 4

#### Convento de Santa Clara do Desterro



Fonte: Google Imagens - <http://taba.arq.br/portfolio/convento-do-desterro>

<sup>23</sup> Até o fim do século XVIII, foi o Convento do Desterro o que mais resistiu a todas as tentativas de reforma. Na sua carta pastoral escrita com intenções reformistas, em 1764, às freiras do Desterro, o arcebispo Dom Manuel de Santa Inês descreve com detalhes os abusos e irregularidades que encontrara naquele mosteiro. Refere-se também, na mesma carta, a observações semelhantes, acompanhadas de ordens para que se reformassem, feitas por seus antecessores e registradas nos próprios livros do convento (AZZI; REZENDE, 1983, p. 51).

#### *4. A práxis da vida Religiosa Feminina no Brasil*

A 'nova' Vida Religiosa que se configura atualmente enfrentou numerosos obstáculos para 'libertar-se' dos dogmas da Igreja e da ordenha do poder patriarcal no período da colônia<sup>24</sup>. De certo, para chegar ao compromisso menos doutrinário e mais social, na práxis, foi preciso experienciar muitos anos de enclausuramento até a revolução provocada pelo Concílio Vaticano II na Igreja.

O Concílio Vaticano II estabeleceu, para o 'novo' modo de vida religioso - independente do gênero, mas importante considerar, como já havíamos citado em Azzi (1983), são as congregações femininas que marcam significativamente esse processo -, mudanças significativas na forma de se relacionar com os leigos e de considerá-los enquanto parte integrante do fazer social, ainda que fossem pobres, excluídos e oprimidos.

Na Igreja todos são sujeitos da missão (LG 17). E a missão envolve também a evangelização do social e do político, como são causa de repetir o Magistério recente. Por isso, a secularidade, como relação cristã com o mundo, é fundamentalmente uma dimensão de toda a Igreja e não exclusiva dos chamados leigos (C. BOFF, 1994, p. 15)

Além do mais, tal postura tem como base a reflexão sociológica da TdL, que surgiu, também, a partir de todo o processo revolucionário iniciado a partir da década de 60.

Como assegura Rosado Nunes (1984), ao descrever que as atividades desenvolvidas pelas irmãs ou as postulantes ao noviciado eram as mais variadas possíveis, desde a trabalho em clube de mães, nas favelas, na pastoral trabalhadora, sociedade de amigos de bairros e entre outras que asseguravam um novo fazer para a Vida Religiosa. A necessidade de mudança era a grita da sociedade. Mudanças que começam a ter forma e alicerce nas Comunidades Eclesiais de Base. "As CEBs constituem-se, na verdade, ao mesmo tempo como expressão e lugar de realização dessa mudança substancial da Igreja" (ROSADO-NUNES, 1985, p. 123).

---

<sup>24</sup> Não faltaram as tentativas de reforma e disciplinar nos conventos da parte da Coroa e dos bispos. Uma série de cartas régias foi emitida a respeito da disciplina interna dos conventos femininos. As constituições primeiras do Arcebispo da Bahia, promulgadas pelo sínodo de 1707, contêm normas gerais sobre a vida religiosa feminina, baseadas no espírito de reforma tridentina, e sem a preocupação de adaptação às condições da colônia (AZZI; REZENDE, 1983, p. 52).

Rezende (2002), para explicar as características da vida religiosa conventual<sup>25</sup>, que ela considera “solo de onde brotam as PCIs” (p. 54), caracteriza como dominante por quem apenas vê os muros do convento, o entendimento de que a Vida Religiosa Feminina é paralisada no tempo, homogênea e isolada do resto da sociedade. Contudo, a autora rebate e assegura que pesquisas apontam para uma realidade bem diferente e, mais ainda, no que se refere ao século XX, berço de mudanças significativas e importantes no modo de vida religiosa feminina.

Os diferentes tipos de ação a que se dedicavam as freiras implicavam em contatos cotidianos não só com diferentes clientelas, mas também com as famílias e variados meios sociais dos quais provinham alunas, órfãos, anciãos e pacientes dos quais se ocupavam, com seus funcionários leigos e com as autoridades públicas que as supervisionavam, as reconheciam e, muitas vezes, as subsidiavam (REZENDE, 2002, p. 59).

Rosado-Nunes (1984) relaciona o compromisso do grupo de freiras e sua colaboração junto às classes populares: “o aprofundamento de sua consciência de classe; a organização do grupo enquanto classe trabalhadora; a sua mobilização” (p. 132-133). Ela ainda coloca que tudo isso só era possível por causa:

- do reconhecimento, pelos trabalhadores, de sua posição de classe dominada, em contraposição a uma outra classe, a dos dominantes;
- do desenvolvimento de sua organização, por constantes reuniões dos grupos que se reconhecem como dominados e planejam ações comuns, em vista da superação de sua condição subalterna;
- do crescimento da capacidade mobilizadora, pela realização de ações coletivas de tipos reivindicatório e mesmo de maior alcance político, conforme o grau de consciência do grupo e as possibilidades objetivas oferecidas pela situação concreta (ROSADO-NUNES, 1984, p. 133).

A ressignificação da vida religiosa feminina, a partir da aproximação com a população pobre, demonstra uma ação mais efetiva e humanitária, presente e inserida na vida daqueles que realmente precisavam delas.

---

<sup>25</sup> O que Rezende (2002) chama de Vida Religiosa Conventual, ela mesma explica que considera como referência Rosado Nunes (1985), que chama de Vida Religiosa Tradicional. Como as duas serão fontes deste trabalho, então, será importante considerar o conceito de cada autora, pois não interfere na compreensão do contexto.

#### 4.1 A resignificação da Vida Religiosa Feminina no Brasil

A dinâmica da Vida Religiosa Feminina começou a tomar novos ares a partir de toda mudança que o próprio tempo exigiu de pessoas e instituições. Com o tempo, é perceptível que novas mobilizações modificam o olhar e as ações das freiras dentro e fora dos conventos. Mudanças que ganham força no Brasil a partir do golpe de 64, e que se tornaram orientação após o Vaticano II, como já foi delineada anteriormente sua importância para relação Igreja-povo.

Tal mudança substancial pode ser delineada em termos da passagem do modelo de Cristandade, cuja quintessência é ter sua ação na sociedade mediada pelo Estado, para a constituição da Igreja que se caracteriza pela ação direta com as classes sociais. Nesse processo, no entanto o que permite caracterizar uma nova etapa na história da instituição, é que há uma dinâmica de ligação sempre mais forte com as classes populares não hegemônicas (ROSADO-NUNES, 1985, p. 115).

#### 4.2 Enfrentamentos com a Igreja tradicional

Rosado-Nunes (1984) discorre sobre a ruptura que a Vida Religiosa nos meios populares fez acionar com relação ao modelo de Igreja tradicional, pois “reinterpreta o projeto religioso a partir do conteúdo profético-crítico contido em seu estatuto fundante; vincula esse grupo de freiras, de maneira inédita, por seu discurso e o tipo de prática desenvolvida, às classes populares” (ROSADO-NUNES, 1984, p. 128).

O trabalho nas comunidades manifestava uma nova forma de manifestação de libertação, a qual não era apenas a de fora dos muros do convento, mas que permitia libertar-se do que estava para além dos dogmas que a Igreja exige. De acordo com L. Boff (1976):

A vida religiosa participou do destino da Igreja. Mantida sob controle da instituição hierárquica, pode viver seu sentido escatológico e questionador nos limites previamente traçados. A história do Brasil e da América Latina não pode ser escrita sem ser, ao mesmo tempo, a história da vida religiosa (p. 20).

É evidente que a Vida Religiosa Feminina passou por um universo de transformações e de percalços que ocasionaram muitas mudanças naquele modo de vida. Como assegura L. Boff (1976), se a evangelização não é apenas uma

doutrinação, mas, sim, basicamente uma ação, pode-se, então, entender que a VR vai para além da Igreja, é o caminhar para o povo e com o povo.

As crenças e práticas manifestam as condições precárias de vida de um povo que vive à margem da organização social. Eles preferem-se a necessidades psicossociais geradas na pressão de um ambiente hostil ao homem. São espelho das lutas, da defesa contra as ameaças e as incertezas da vida cotidiana (PLUMMEN, 1986, p. 50).

A necessidade de reconhecer o espaço de atuação como heterogêneo e passível de mudança social para a construção de uma cidadania mais digna, justa e libertadora.

O sistema engajou a vida religiosa no lenimento das chagas produzidas: dedicação ao pobre, ao analfabeto, ao deserdado no interior (L. BOFF, 1976, p. 20).

Tudo foi um primeiro passo para a libertação, L. Boff (1976) acentua como:

Libertação está em correlação oposta à dependência. É um processo de resgate da liberdade cativa, logrado dentro de um processo penoso, onde a nação vai se libertando das dependências opressoras e simultaneamente se libertando para um desenvolvimento independente e com características nacionais (p. 21).

Todo esse processo exigiu muito de cada indivíduo que nele resolveu se engajar e buscar dedicar uma vida de intenso desapego ou mesmo de servo de Deus, como assim Jesus apregoava. Jesus possivelmente tenha sido o melhor exemplo de Vida Religiosa Inserida nos meios populares, porque ele, Jesus de Nazaré, “não começou pregando uma doutrina sobre isso ou aquilo. Nem iniciou sua atividade evangelizadora anunciando a si mesmo. Encetou respondendo às esperanças do povo que ‘estava em ansiosa expectativa’” (L. BOFF, 1976, p. 27). Expectativa para uma libertação e agregação de um novo modelo de VR que foge às convenções eclesiais.

##### *5. Compreendendo a TdL “na libertação” da Vida Religiosa*

O objetivo aqui não é apenas a definição da libertação pela libertação, mas a responsabilidade em se libertar das amarras que levam a determinadas prisões e dependências. Uma questão que talvez vá além do poder da autonomia,

individualidade ou mesmo da autossuficiência. A libertação se inicia em processo lento e com data marcada. “Está em curso um processo de amadurecimento. Porém, nos últimos anos, no itinerário da teologia da libertação, não há apenas um fator temporal, mas também uma ampliação do espaço” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 13).

A partir da década de 70, em nosso território brasileiro, houve o início da inovação de novas formas de organizações sociais, são as pequenas comunidades. Representando boa parte da sociedade carente e privada de condições mínimas de sobrevivência, as pequenas comunidades começaram a abrigar não apenas o povo pobre, mas alguns representantes da Igreja que estavam ali como agregadores para a reflexão, organização e estímulo à população, daquele espaço geográfico que eles poderiam ter mais que um pedaço de terra para morar. O direito ao exercício da cidadania, naquele momento, representava uma ausência na vida dessas pessoas, que eram, em sua maioria, desconhecedoras de direitos sociais e políticos.

A Igreja tornou-se grande parceira nas mudanças do modo de vida de miséria, estabelecido em nosso país, lutando pela transformação no modo de vida do pobre. Não seremos hipócritas ao afirmar que a Igreja seria responsável por todo o processo de ajuste social que a sociedade brasileira precisa vivenciar. Afinal, é sabido que a Igreja esteve, durante muitos anos, do lado de quem mais oprimia o povo – o governo. Porém não se pode negar que ela – a Igreja – teve, sim, seu papel fulcral no movimento que levou muitos a se engajarem na luta e busca de conquistas que levam à libertação.

A Igreja é fundamentalmente a comunidade organizada dos fieis que no meio do mundo testemunha Jesus Cristo ressuscitado presente dentro da história como inaudita antecipação de sentido, de futuro e de total realização do homem e do cosmo incoativamente já agora dentro do processo histórico e definitivamente na plenitude dos tempos (L. BOFF, 1976, p. 62).

Tempo necessário que cada um tem para se observar e entender sua participação ativa e importante em todo processo de libertação, que se vai construindo a cada movimento de reflexão a que se leva os leigos, quando dentro da Igreja, para o encontro consigo próprios e, na comunidade, como seres ativos e contribuintes na modificação social e política.

Na comunidade Planeta dos Macacos, a ação da Igreja não apenas levava o povo ao processo de reflexão sobre sua condição como ser social ativo na sociedade, em tempos difíceis, como eram as décadas de 70 e 80; igualmente, fazia dele ator e protagonista de suas próprias mudanças. A presença das religiosas na comunidade fazia delas, no primeiro momento, mediadoras do processo de aprofundamento e aprendizado para a conquista e garantia dos direitos sociais. Elas também oportunizavam que os participantes leigos, aqueles que estavam mais próximos ao grupo de irmãs e que buscavam mais informações e demonstravam interesse por tudo que mobilizava a comunidade, tomassem a liderança e fossem replicadores para novas reflexões acerca da condição social dos seus pares no cotidiano da vida da comunidade.

Foram inúmeros os trabalhos desenvolvidos no período de assentamento do povo no local que hoje é a Comunidade Planeta dos Macacos. Como Exemplo temos o primeiro exemplar do jornal da comunidade (Anexo III), realizado com o objetivo de levar a informação a toda Planeta dos Macacos. Esse é mais um dos exemplos do trabalho realizado sob a coordenação da equipe de Irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria.

Destarte, elas conseguiam o alcance, para todos que ali moravam e buscavam, de maneira direta ou indiretamente, participar das ações convocadas pelos membros de coordenação da Associação Comunitária da Planeta do Macacos, organização sob a coordenação das irmãs que estavam de alguma forma sendo mobilizados para a luta.

### **Figura 5**

#### **Membros da Diretoria do Centro Comunitário**



Luiza, Maria das Neves, Severino, Eliane e Irmã Zefinha – 1991 (da esquerda para direita)

**Fonte:** Morador da Comunidade

O fruto mais significativo dos diálogos – e de outras atividades ligadas a eles – entre teólogos do Terceiro Mundo talvez tenha sido a ampliação de nossa compreensão do mundo pobre... Pouco a pouco aprendemos que é mais importante escutar o que os outros têm a dizer a partir de suas respectivas situações... A análise estrutural foi um ponto importante no marco da teologia da libertação... Principalmente se à análise estrutural acrescenta-se uma perspectiva histórica concreta que evidencia as responsabilidades pessoais (GUTIÉRREZ, 2000, p. 19-20).

Desse modo, não havia como não ocorrerem mobilizações e mudanças sociais na época, pois “a teologia da libertação requer para seu conhecimento das condições de vida do povo latino-americano” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 21).

Clodovis Boff e Leonardo Boff, definem o pobre defendido pela TdL:

O pobre a que nos referimos aqui é um coletivo, as classes populares que englobam muito mais que o proletariado estudado por Karl Marx (é um equívoco identificar o pobre da Teologia da Libertação com o proletariado, como muitos críticos fazem): são os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo – exército de reserva sempre à mão para substituir os empregados – são os peões e posseiros do campo, boias-frias como mão de obra sazonal. Todo esse bloco social e histórico dos oprimidos constitui o pobre como fenômeno social (C. BOFF; L. BOFF, 2010, p. 14-15).

É importante considerar que o pobre, neste novo milênio, já não parece representar as mesmas carências materiais do pobre de até pouco tempo, no século passado. Não queremos dizer com isso que não haja, no Brasil ou no mundo, situações de miserabilidade, isso é fato, mas é preciso, também, considerar que o mundo mudou, a roda da vida gira e que as pessoas podem e estão ainda em situação de risco social. Sejam expostas a preconceitos ainda estabelecidos culturalmente, vivendo em situações de flagelos, direitos subtraídos, identidades não reconhecidas.

Nada obstante, muitos pobres são beneficiados por programas de governos, que os fazem hoje privilegiados do ponto de vista social de anos atrás. Eles estão expostos em outras situações de carências como: políticas públicas mais justas, condições de igualdade para “disputas” de trabalhos ou mesmo determinados cargos em empregos, respeito pela etnia ou identidade sexual ou de gênero, uma série de situações que nos levam a configurar um novo perfil de pobre neste século XXI.

## *6. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) um exemplo de Vida Religiosa Inserida nas Pequenas Comunidades (PICs)*

É importante definir o que são Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como definir um dos movimentos, talvez o mais importante movimento, de mobilização da participação do povo – pobre e leigo – com a Igreja, em pequenas comunidades, nas áreas urbana ou rural, em diversas cidades do nosso país.

De acordo com Frei Betto (1985), “as comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos” (p. 16). É perceptível que a palavra “organizados” demonstra uma forma peculiar de relação, que se vai estabelecendo entre uma instituição e o povo leigo, mas criando vínculos que se fortalecem com a vivência na reflexão da vida diária e seu cotidiano para uma qualidade de vida estabelecida com a garantia de direitos. Desta forma os participantes percebem sua carência e força através do grupo coordenador de debates nas comunidades.

As CEBs se alimentaram das mudanças que o Concílio Vaticano II propôs para a Igreja. Mudanças que transformaram toda a estrutura e forma de aproximação com o povo leigo (CNBB, nº 25, 1982, p. 8).

Outras características das CEBs é seu florescimento ter ocorrido “entre as populações simples e pobres” (CNBB, nº 25, 1982, p. 18).

Em primeiro momento, foi, sobretudo, junto às populações dispersas pelo interior que as CEBs se firmaram. A ausência de um vigário residente levou mais rápido os leigos na comunidade dos irmãos. Padres e religiosos passaram, então, a assumir mais o papel de animadores de lideranças locais, deixando maior espaço para os leigos. Também nas periferias pobres das grandes cidades as CEBs passaram a florescer com intensidade (CNBB, nº 25, 1982, p. 18).

As CEBs foram espaços para a evangelização, isso é inegável, afinal elas representavam uma instituição religiosa, porém buscavam, através de uma aproximação com o evangelho, mobilizar o povo para o entendimento das injustiças sociais que se estabeleciam na sociedade. A necessidade de mudança era uma exigência, mesmo que silenciosa, mas necessária para que o povo tivesse seu espaço de atuação garantido.

As CEBs também foram alimentadas pela TdL, que nutria não só os movimentos de libertação dos povos, em toda a América Latina, por justiça social, mas até mesmo no Brasil. “O empenho das... CEBs na luta pela justiça na libertação integral do homem reflete uma análise mais precisa da realidade social vista como fruto de injustiça das estruturas e opressões dos pobres” (CNBB, nº 25, 1982, p. 22).

### *7. A Vida Religiosa e o compromisso com os pobres*

A VR busca, em sua “prática-ação”, demonstrar sempre para que, de fato, está direcionada em seu trabalho junto ao povo. A proposta de libertação e a articulação deles ocorrem, significativamente, quando seus representantes estão inseridos nas comunidades. Seus interesses demonstram, em sua dinâmica, escolhas para atenuar a vida daqueles mais desfavorecidos na sociedade. Isto é claro quando “o projeto da Vida Religiosa passa a ter então, como um de seus elementos definidores, a relação com os pobres” (NUNES, 1984, p. 128).

A relação que se foi estreitando com a chegada dos representantes da Igreja nas pequenas comunidades, onde iniciam um novo jeito de atuação junto aos pobres. Era a nova configuração da Igreja contribuindo com a sociedade e sua reestruturação diante das mudanças que se instauravam naquela época de mudanças sociais e geográficas no país.

Um dos aspectos que merece destaque especial nesse processo de compromisso da Igreja com uma sociedade participativa é o contingente numeroso de freiras que deixaram seus conventos e colégios, situados nos principais centros urbanos do país, a fim de deslocar-se para as regiões do interior do nordeste, norte e centro-oeste... Outro expressivo grupo de religiosas passou a atuar nas regiões periféricas das cidades metropolitanas. (AZZI, 2008, p. 155-156)

A atuação das mulheres, representantes da Igreja, nessa nova estrutura social das pequenas comunidades, realidade das áreas urbanas nas capitais do Brasil, fossem freiras ou postulantes ao noviciado, elas atuavam para a transformação da sociedade brasileira com sua contribuição “pedagógica” cidadã. Educando, orientando, coordenando e conduzindo a população, moradores das comunidades, para a conquista de direitos, pelo menos os básicos, para melhor sobrevivência e condições de vida adequada.

O objetivo principal desses deslocamentos era oferecer às populações, que viviam à margem do desenvolvimento social, instrumentos adequados para que pudessem, com suas próprias forças, lutar pelos seus direitos da cidadania... Muitas delas deixaram o conforto e relativo bem-estar de seus conventos e colégios. Passaram a viver em pequenas comunidades... Realizaram um verdadeiro processo educacional popular, transmitindo noções de higiene pessoal e habitacional, desenvolvendo a assistência maternal e infantil, oferecendo instrução profissional e letrada, criando hortas comunitárias, incentivando a promoção social e política da mulher, valorizando os direitos individuais e sociais (AZZI, 2008, p. 156).

O compromisso com os pobres se estabelecia com a convivência na comunidade e na vida diária de todos os envolvidos na luta pela garantia de seus direitos básicos.

Esse exemplo de vida foi uma realidade na Comunidade Planeta dos Macacos, vivida pelas irmãs da congregação Beneditinas da Virgem Maria – representada pelas irmãs Karla, Terezinha, Rita e as postulantes ao noviciado Zefinha e Margarida, junto com o apoio de Dom Helder Camara, Arcebispo de Olinda e Recife – uma referência que até hoje vive no seio da comunidade representado pelo cruzeiro, que é um dos símbolos de passagem e contribuição da estruturação da comunidade pela Igreja.

**Figura 6**

**Cruzeiro da Praça 4 de setembro**



**Fonte:** Morador da Comunidade

Esse é dos marcos deixados pela participação do grupo de religiosas na comunidade. Elas também estiveram na ação de mobilização de construção do Centro Comunitário, Escolinha Comunitária Dom Helder, Posto de Saúde e outros instrumentais que simbolizam a passagem delas pela comunidade.

De acordo com Newton Cabral (2008), Dom Helder sempre esteve nos movimentos de apoio ao povo pobre e carente, das diversas frentes das ações lideradas ou apoiadas pela Arquidiocese de Olinda e Recife, uma delas seria importante destacar em nosso trabalho, porque marca bem o nosso recorte temporal – décadas de 1970 e 1980 - pelas especificidades que apresenta na vivência com as comunidades:

*A Operação Esperança, lançada em julho de 1965, nasceu a, partir da necessidade de criar sinais de esperanças entre o povo desolado. Em momentos aflitivos, prestava assistência, todavia, com a preocupação de não criar dependência; os momentos de calamidades (como as cheias dos rios que banham o Recife) eram pedagogicamente usados para organizar o povo e ajudá-lo a ser sujeito na história, trabalhando a formação de um espírito associativo (p. 59).*

D. Helder sempre prestava grandes serviços de solidariedade e luta pela dignidade do povo oprimido. Ele não se contentava com trabalhos, junto ao povo, apenas catequizador ou mesmo assistencialismo; seu desejo sempre foi libertar o povo de suas agruras, de forma plena e concreta, para uma vida mais digna. Para isso, era necessário ensinar o caminho para a libertação e não apenas quebrar as correntes, o povo teria que reaprender a ser cidadão.

A pesquisa continua com uma abordagem de análise de conteúdos através dos documentos, fotos e reportagens cedidos, através do processo de estudo e pesquisa do tema proposto, por moradores da comunidade. Acervo que serve como registro histórico e documental de todo o processo de existência da comunidade e do trabalho desenvolvido, pela Igreja, na consolidação da posse da terra para os moradores da Planeta dos Macacos.

### CAPÍTULO III: O DOM DE SER CAPAZ DE DEDICAR A VIDA POR UM IRMÃO

*Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que D. Helder foi antes de tudo um místico. Antes de ser padre ou bispo, antes de ser o guia da Igreja no Brasil, antes de ser o defensor dos pobres, antes de ser o promotor da justiça e dos direitos humanos contra toda opressão, ele foi um místico, e tudo isso foram apenas circunstâncias em que teve que viver a sua mística (COMBLIN, Joseph, 2002, p. 29).*

#### 1. Identidade do lócus da pesquisa

A comunidade Planeta dos Macacos é descrita por Helena Salem (1981), “como bairro-favela na periferia do Recife, que começava a ser ‘invadido’ pelas vítimas da última cheia do rio Capibaribe” (p. 172) Como moradora, posso dizer de uma experiência sentida à flor da pele, com um pouco mais de dez anos de idade. Em setembro de 1980, passei a morar nesta comunidade, que ainda estava se encontrando com sua própria identidade.

Durante as pesquisas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho, foi possível ouvir os relatos orais de irmã Zefinha<sup>26</sup> e D. Moça<sup>27</sup> - percebemos sua nostalgia nas palavras ao reviver a história de construção de uma comunidade que como elas mesma afirmaram: “era sempre lembrada pela organização”.

A comunidade Planeta dos Macacos, segundo relata Irmã Zefinha - apesar de não estar logo no primeiro ano da constituição dela -, quando a Irmã Carla teve a inspiração – segundo contava a própria irmã Carla para o grupo de religiosas postulantes ao noviciado, diz Zefinha -, procurou D. Helder para poder ajudar as 10 famílias que habitaram aqui bem no início da constituição da comunidade – essas eram as primeiras famílias que aqui chegaram. A irmã Carla, ainda segundo irmã Zefinha, veio observar, conhecer a comunidade e soube da invasão que estava iniciando. A irmã Carla procurou D. Helder para conseguir seu apoio e dar início ao trabalho junto ao povo. D. Helder foi um soldado na luta contra a desigualdade a

<sup>26</sup> Ainda a chamo de “irmã”, não por ela ter feito os votos, mas por ter sido mais uma postulante ao noviciado e integrante do grupo de religiosas da Congregação Beneditinas da Virgem Maria que atuaram na comunidade e sempre foi apresentada a todos como “irmã”. Ela ainda mora na comunidade até a presente data com os pais.

<sup>27</sup> Moradora da comunidade desde o início da construção das primeiras casas. Atualmente, continua morando na Planeta dos Macacos, assim como alguns dos seus sete filhos, também deu seu relato em participação no grupo focal.

injustiça do povo pobre. Ele “tinha clareza de que... não seria com atitudes de assistencialismo, aceitas e vividas pelo modelo eclesial anterior, que a Igreja e outras instituições poderiam influir na conquista de situações de dignidade para os pobres” (CABRAL, 2008, p. 61)

A presença de D. Helder, seu apoio às ações desenvolvidas na comunidade pelo grupo de religiosas, com sua presença – conforme tenho na lembrança e narrada por irmã Zefinha e D. Moça – foi a concretização da existência de um novo modelo de relação Igreja-povo. Mesmo assim, podemos entender que não foi fácil estabelecer uma integração e comunhão dos planos propostos pelas religiosas para os moradores da comunidade naquele momento inicial.

D. Moça acrescenta que no começo foi bastante difícil, a proposta era para “*fundar uma salinha para começar umas aulas*”. Isso porque, de acordo com ela, não havia escolas suficientes próximas no bairro para atender ao número de crianças da comunidade, naquela época só existia apenas a Escola M. Dom Bosco<sup>28</sup>.

D. Helder ajudou também financeiramente, segundo D. Moça, na construção da sala, que se foi transformando no primeiro centro comunitário da comunidade. Irmã Zefinha acrescenta que o objetivo daquele espaço era reunir a comunidade. A preocupação das religiosas, primeiramente, para sala financiada por D. Helder, era reunir a comunidade, logo depois colocar em prática a organização dos grupos – de jovens e coordenadores<sup>29</sup>. Ela ressalva que não havia a preocupação para criar conselho de moradores, porque, na época, eles ainda nem sabiam o que era isso. Naquele momento, as irmãs nem casa na comunidade tinham ainda, moravam na rua principal – Rua Estrada do Curado – pagando aluguel.

As irmãs começam a se agregarem na comunidade, quando o grupo jovem resolve fazer uma casa para elas. A casa que, atualmente, a irmã Zefinha mora junto com seus pais. As religiosas passam a integrar-se à realidade da invasão

---

<sup>28</sup> É uma das maiores escolas da educação básica no bairro da rede municipal do Recife, na época era a mais próxima porque todas as outras eram muito distantes. Atualmente, seu atendimento é direcionado aos anos finais do ensino fundamental em tempo integral.

<sup>29</sup> D. Moça registra em sua narrativa o nome de alguns participantes da comunidade: Genaro, José de Suzana, Compadre Nivaldo, Seu Israel, ainda havia outros menos presentes.

e passam a ser mais um morador entre tantos que as buscam para ter um terreno e poder integrarem a todos. Essa era mais uma das atividades que se foi organizando através da intervenção das irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria. Elas organizavam a invasão localizando as famílias e abrindo as ruas para que, no futuro, eles pudessem ter um espaço estruturado.

Tanto irmã Zefinha, como D. Moça disseram que a invasão da comunidade Planeta do Macacos não se organizou desordenadamente. As famílias procuravam as irmãs para elas poderem definir um espaço para a construção das casas, bem como o grupo de coordenadores – também estimulados e organizados por elas – faziam um papel de mediadores e multiplicadores junto aos moradores da comunidade, compartilhando a proposta idealizada pelas religiosas.

O trabalho das religiosas não se restringia à comunidade Planeta dos Macacos, elas atuaram, e era um desejo delas, segundo irmã Zefinha, atuarem em outras comunidades. O planejamento era atuar no início das comunidades, organizar o povo, conscientizar e poder estruturar até com instrumentais como escolas, ambulatórios, centros comunitários, entre outros, para que os próprios moradores, pudessem seguir o caminho com os próprios pés. O amadurecimento da consciência da condição como cidadão era fulcral para que elas encontrassem resultados do trabalho que ali se propuseram.

A Planeta dos Macacos, com pouco mais de cinco anos de existência, ainda vivia dias de perseguições e lutas para as conquistas sociais do povo que ali habitava. Em meio ao processo da anistia que vivia o nosso país, no trânsito de um regime político ditatorial e a abertura para início da construção de um governo democrático, a comunidade não poderia dizer que sua identidade jaz nesse processo de encontro, tão nova em sua existência, precisava, então, galgar conquistas para a sustentação dos alicerces de seus barracos.

O povo que ali morava ainda vivia no conflito de sua própria identidade. Salem (1981) descreve que a comunidade Planeta dos Macacos tem “uma história como muitas outras”, tudo começa pelo nome tirado de um programa de televisão e, como a maioria das favelas que surgiram após a tragédia da vazante do Rio Capibaribe (Anexo I), em julho de 1975, um aglomerado de favelas surgiu na periferia da cidade do Recife. Salem (1981) ainda relata como tudo aconteceu:

Gente que veio do campo (expulsa pelas grandes empresas capitalistas) que antes viva em casa alugada como D. Moça, ou vítimas das enchentes avassaladoras do Capibaribe, que habitavam os mocambos (favelas) à margem do rio e viram suas casas serem tragadas pelas águas. Muitos desses bairros – Brasília Teimosa, Vietnã, Ilha dos Ratos, Sagui, Totó, Ponte Preta, etc. (todos como nomes bastante sugestivos) – à época da ‘invasão’ pelo povo pobre eram terrenos abandonados, aos quais ninguém dava importância (p. 173).

São perceptíveis as mudanças geográficas que ocorreram naquela época e como aconteceu a expansão da capital pernambucana, por volta da década 70, na citação acima. Após uma tragédia, a grande cheia de 1975, os limites da cidade se expandiram e foram desenhados novos bairros com novas características e, portanto, revelando as peculiaridades daquele povo que os habitava.

Contudo, nem tudo pareciam flores. Segundo Salem (1981), com “o crescimento da cidade do Recife, o alargamento de seu perímetro urbano, iniciou-se a cobiça por essas áreas” (p. 173). A autora ainda demonstra pouca surpresa ao afirmar que “como sempre acontece, surgiram proprietários bem situados (econômica e politicamente) a reivindicar sua posse” (p. 173). Ela assume um tom, com um pouco, de indignação, ao constatar que os novos posseiros chegam “com a polícia, é evidente, garantindo fielmente suas investidas” (p. 173). Onde antes era apenas terrenos baldios, sem donos, começaram a surgir proprietários e reivindicar a retirada do povo que estava ali por necessidade. As ordens de despejos eram inúmeras (Anexo IV) como comprova algumas dos documentos anexos neste trabalho.

Outro momento perturbador na vida dos moradores foi quando a CEASA resolveu, em 1976, também exigir a retirada dos casebres que ocupavam parte de um terreno do qual ela se intitulava proprietária (Anexo V).

. Salem (1981) reconhece que

É nesse momento que a Igreja de Olinda e Recife passa a desempenhar um papel fundamental. Grupos de freiras (de quatro, três, até uma) deslocam-se para as favelas, constituindo as pequenas comunidades de religiosas... Fazem um trabalho de Irmã Zefinha, ou seja: organizar o povo, apoiar sua resistência à expulsão, a sua luta (p. 174).

A importância da chegada das irmãs e das postulantes ao noviciado, representantes da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, foi fulcral para todo o processo de desenvolvimento e estabilidade alcançado pela comunidade até os dias atuais. Mesmo que a história delas não se tenha alicerçado para permanecer vivas na memória das novas gerações da comunidade, elas puderam ajudar a construir um espaço onde todos ainda dividem seu espaço coletivo com os instrumentais que elas ajudaram a construir como o centro comunitário, posto de saúde e a escolinha (Anexo VI e XIII).

Salem (1981) registra, após quatro anos de existência da comunidade, que ela apresentava sinais de uma vida comunitária desenvolvida. Outrossim afirma que a religião era vista por moradores - aqui representados por D. Moça e Irmã Zefinha na imagem abaixo - e “para a comunidade de base da Planeta dos Macacos como inteiramente ligada às lutas de suas vidas.” (p. 175).

**Figura 7**  
**Irmã Zefinha e D. Moça**



**DECORAÇÃO DA CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO PARA FESTA DE ANIVERSÁRIO DA COMUNIDADE PLANETA DOS MACACOS (1987-10-x)**

**Fonte:** Morador da Comunidade

O fruto melhor da opção pelos pobres é a opção que os pobres foram lentamente fazendo pela Igreja. Mais e mais fica claro que a Igreja se constitui numa aliada confiável das lutas populares. Os movimentos populares contam com a participação atuante de grupos cristãos que

formam sua consciência crítica e os motivos de seu engajamento no seio das Comunidades Eclesiais de Base (L. BOFF, 1998, p. 77).

Na imagem, percebemos como era forte a influência da religião católica para a comunidade. É inegável que a presença atuante desses representantes da Igreja, nas comunidades, através dos movimentos populares, conseguia estabelecer vínculos e motivar a participação do leigo como referência até para alguns representantes do cerne da Igreja.

O leigo já não é leigo no sentido da clássica distribuição social do trabalho religioso (bispo-padre-leigo), mas um membro da Comunidade Eclesial que assume sua responsabilidade no tocante à vida interna da comunidade e ao compromisso de transformação da sociedade. Essa Igreja popular, teologicamente, representa uma expressão histórica, latino-americana, do conceito bíblico 'povo de Deus' (L. BOFF, 1998, P. 78).

Observando a foto com mais detalhes, é possível perceber que a pertença à religião católica parecia ser uma influência forte para todos que faziam parte ou integrava o grupo coordenado pelas irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria. Durante a realização do grupo focal, a irmã Zefinha, quando questionada como era o diálogo, naquela época, junto com outros religiosos pertencentes a outras religiões, ela descreve:

*Não tinha diferença não. Todo mundo entrava no mesmo barco. Até porque, até porque na época, era menas, não sei nem dizer... menas igrejas, a única igreja evangélica que surgiu aqui no Planeta foi a Assembleia de Deus. E eles eram muito, muito unidos a gente, né. Quer dizer: Tava todo mundo sentido a mesma necessidade, então não tinha como fugir, não tinha. Porque é como se diz: eu preciso de tu, então vou ficar com tu. Agora quando não precisar eu saiu!*

Parece que não havia conflitos ideológicos religiosos – teológicos, melhor dizer -, a “convivência e os acordos” entre os grupos de representações religiosas, focavam na necessidade da continuidade e a busca pela permanência no espaço conquistado. Eles estabeleciam relações, aparentemente, harmoniosa, apesar de observarmos que tudo circundava na base da fé cristã e, especificamente, na Igreja católica.

É difícil fugir do diálogo, neste estudo, com as ciências da religião, mas confessamos não ser fácil a forte inclinação, até mesmo devido ao processo de

construção de uma comunidade pautada com a contribuição de uma Igreja forte na influência social.

Resgato aqui o termo do “caráter *sui generis* da religião” proposto por Eliade (apud CRUZ, 2013, p. 40), para compreensão da forma de construção relacionada e estabelecida pelas Igrejas que se configuravam na comunidade em seu processo de constituição junto ao povo. Fica mais transparente que os respeitos aos espaços coletivos e o espaço de pertence de cada um, também era uma prática exercida por todos.

A Igreja conseguiu dar sua parcela de contribuição através, talvez, do grande movimento de libertação. L. Boff (1998) nos apresenta a “II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada em Medellín (1968), e informou três grandes opções da Igreja: pelos pobres, por sua libertação integral e pelas Comunidades Eclesiais de Base (p. 79) Escolhas que definiu, pelos menos parte dos representantes da Igreja, identificar a necessidade de mudanças na VR e a aproximação com o povo em suas bases.

## 2. A Igreja nas bases

A presença da Igreja nas bases<sup>30</sup> e junto aos leigos tornou-se uma prática quase que comum nas décadas de 70-80. Vale ressaltar o fortalecimento desse novo modo de ser da Igreja – rompendo os muros dos conventos e o altar das igrejas -, muito tem a ver com a importância dos representantes da Igreja junto ao povo, orientando, coordenando trabalhos e motivando para busca de conquistas sociais, muitas delas subtraídas pelo golpe militar.

Ralph Della Cava (1986) apresenta um panorama da atuação da Igreja:

---

<sup>30</sup> É importante entender aqui bases dentro do contexto proposto pelas Comunidade Eclesiais de Base, que L. Boff (1986) nos ajuda a esclarecer em quatro sentidos: 1) Base é sinônimo de fundamento, princípio, do que é essencial... 2) Base é o que se encontra na posição oposta à cúpula da Igreja e da sociedade. Supõe-se uma organização piramidal na qual existe uma cúpula de direção e condução de uma larga base; não necessariamente a relação entre base e cúpula é de dominação e opressão; pode muito bem ser de participação e representação... 3) Base pode designar um processo pedagógico: as sugestões e decisões particularmente aquelas que afetam a todos devem, o mais possível, ser discutidas e amadurecidas a partir de baixo, da base, atingindo todos os estratos eclesiais e sociais... 4) Base, finalmente, é sinônimo de pequeno grupo ou comunidade onde as pessoas partilham a fé da vida e se ajudam mutuamente na rede de relações... quando nos referimos à comunidade. É a significação antropológica de base (p. 96-97).

Pode-se compreender melhor a interação da Igreja com a sociedade brasileira, desde o golpe militar de 1964 até a posse do governo da Nova República em 1985, dividindo-se o período em quatro momentos históricos distintos. O primeiro se estende do golpe de 1964 até a ascensão, em 1968-1969, dos militares da 'linha dura' simultaneamente ao comando superior das Forças Armadas e à Presidência da República... Uma 'guerra civil' abre, em 1968-1969, o segundo período. Uma campanha pelos direitos civis, lançada em 1973 por várias denominações cristãs (à exceção dos pentecostais), marca seu final... Ao aproximar-se o final deste segundo período, a Igreja brasileira como um todo viu-se galvanizada na liderança de uma campanha mundial contra a tortura no Brasil. Nem mesmo as reiteradas tentativas do regime para rotular o clero como 'subversivo' e encorajar grupos católicos ultraconservadores a denunciar irresponsavelmente os padres e bispos como comunistas poderiam impedir que a CNBB forjasse uma frente unida... Enquanto a Igreja conduzia a oposição ao regime, os líderes militares... Propunham uma devolução 'gradual e lenta' do poder político à sociedade civil. No início chamada de 'distensão', esta política não especificava nem um cronograma, nem um programa. Seu anúncio, no final de 1973 e início de 1974, abre o terceiro período que, para os nossos propósitos, se pode dizer concluído em 1978, quando operários da indústria automobilística, contando com a simpatia de alguns setores das classes média e alta, desencadearam as primeiras greves que ocorreram no país em uma década, assinalando a profundidade do descontentamento a que a sociedade em seu conjunto havia sido levada e, ao mesmo tempo, a fragilidade potencial do governo militar... No período seguinte, que se considera, para os nossos propósitos, como o período final, as questões anteriores forçosamente vieram a ocupar o primeiro plano. Novas questões surgiram. Mas, no que se refere aos acontecimentos 1978 até o presente momento (março de 1985), não há lugar para uma descrição fácil. Talvez 'abertura' seja o termo crucial para se entender esse momento histórico (CAVA, 1986, p. 14-25).

No período do marco da interação da Igreja com a "sociedade leiga", foi necessária uma transformação política que ocasionou uma devastação na sociedade brasileira para mobilizar diversas instituições contra os abusos dos direitos humanos.

Fora dado o primeiro passo coletivo no sentido de negar legitimidade ao regime. Mais ainda, na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja Católica já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar (CAVA, 1986, p.17).

Os passos dados pela Igreja em direção oposta ao regime político imposto naquela época proporcionaram muita animosidade entre alguns

representantes e o governo. Exemplo dessa relação estremecida era de D. Helder, “a voz que mais se desejava ficasse calada” (CABRAL, 2008, p. 69). Contudo,

impedindo de falar no país, restava-lhe a opção, em alguns casos com maior poder de ressonância, de falar no exterior... Alcançando repercussões além da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Helder em si mesmo simbolizava uma encarnação mais visível e contundente da nova eclesiologia emanada do Concílio Vaticano II; eclesiologia que, em sua recepção, ia sendo traduzida em atitudes concretas de práticas pastorais (CABRAL, 2008, p. 69).

A Igreja católica, de acordo com CAVA (1986), tinha um poder de estar presente em quase todo território nacional. Levava comunicação e informação, ao mesmo tempo que formava opinião, para uma representação significativa da sociedade brasileira.

No caso da Igreja católica, excetuando-se os próprios militares, nenhuma instituição dispunha, como ela, de uma rede de quadros espalhados por toda a nação. De um sistema de comunicação (ainda que somente de porta em porta) que funcionasse apesar da censura e, ao contrário dos militares, de uma organização em escala mundial com a qual pudesse contar em termos de apoio e na qual pudesse confiar para dispor de uma ‘audiência’ internacional (CAVA, 1986, p. 17-18).

A popularidade da Igreja parece ter assumido outros altares, fora das estruturas do muro e concreto que antes pareciam ser os únicos espaços que representavam a religiosidade.

A Igreja superou a postura meramente desenvolvimentista e progressista, carregada de euforia, mas que, na verdade, apenas beneficiava as classes privilegiadas. Quanto mais se inseria no povo, mais entendia que deveria falar em libertação operada pelo próprio povo...A palavra libertação está prenhe de constelação ética e política: denuncia a opressão vigente e urge um processo de quebra de grilhões. Quando se fala de libertação, importa ter sempre claro de que a libertação se trata. Em primeiro plano, trata-se da libertação social dos oprimidos: isto implica a superação histórica do sistema capitalista, principal produtor de opressão, na direção de uma sociedade mais participada, com estruturas que gestem mais justiça para todos (BOFF, 1998, p. 81).

A Igreja, acreditamos, já estava aberta para a disposição ao diálogo, como já foi sinalizado aqui nesta pesquisa, em vários momentos, mesmo que de forma discreta e por pequenos grupos representativos desta instituição.

O trabalho nas comunidades, aqui entendido como um trabalho nas bases, supõe uma relação pedagógica assertiva quando exercitar a efetivação democrática da (co)responsabilidade de todos os atores sociais envolvidos nas tarefas sócias impostas pelo contexto comunitário.

Sim, porque o processo educativo tem como objetivo essencial a autonomia do educando. Autonomia como autodeterminação ou autodireção, e não propriamente como independência absoluta, pois os seres humanos vivem necessariamente em situação de dependência mútua devido ao caráter social de sua natureza. Isso significa que o agente, como figura educativa, está fadado a desaparecer, até se tornar de todo dispensável. Pois importa que o povo chegue a 'caminhar com as próprias pernas', livre de qualquer tutela (C. BOFF, 2015, p. 29).

Os passos para libertação de um povo devem ser entendidos, como um processo de maturação, assim como ocorre no desenvolvimento do ser humano individual. A primeira fase de dependência, com descobertas e fortalecimento das forças chaves para efetivação das primeiras conquistas de autonomias, como: andar e pedir as realizações das necessidades básicas. Com o passar do tempo, o processo de libertação dos indivíduos parentais vai-se efetivando e distanciando o indivíduo de sua dependência, mas vai-lhe proporcionando maiores conquistas e valorização das novas descobertas. Quando, finalmente, ocorre o rompimento do “cordão umbilical” - simbologia do novo nascer em vida – passa a caminhar com suas próprias pernas.

Na construção da relação do movimento nas comunidades para a conquista da autonomia do povo não é tão diferente. Cada passo vai-se iniciando com uma jornada: primeiro ao desconhecido, mas aos poucos se desvelando o conhecimento da importância da autonomia e de responsabilização por ela no contexto social no qual se está inserido. Aqui consideramos a comunidade como o contexto importante e central para melhor localização do indivíduo que está sendo reconduzido ao encontro de sua própria identidade.

C. Boff (2015) propõe algumas etapas para o crescimento da comunidade que, concomitantemente, oportunizará o crescimento individual de seus participantes.

Pode-se-ia dizer que a caminhada do povo rumo à sua autonomia passa por três fases:

- 1) Inicialmente, o agente começa trabalhando *para* o povo. É como se carregasse.
- 2) Depois, o agente trabalha como o povo. É como se *amparasse*, para que tente caminhar com as próprias pernas.
- 3) Finalmente, o agente trabalha *como* o povo. É como se o povo já pudesse andar por própria conta.

Nesse ponto preciso, o agente não sai do cenário; muda apenas o papel. Ele continua parte viva da caminhada, mas sem mais a função do início, pois esta já foi incorporada pelo povo ou por gente do povo. É nesse sentido que o educador desaparece: desaparece como educador, não naturalmente como pessoa (p. 31).

O autor acima ainda prolonga discernindo sobre todo o processo que se torna fundante na relação das mobilizações nas comunidades.

Evidentemente, para que tal processo de autonomização aconteça, é preciso que o próprio agente faça o caminho inverso: o de sua identificação e educação progressiva a partir do povo. Na verdade, o processo pedagógico é duplo: consiste no *encontro recíproco* do agente como o povo, de seu saber com o saber do povo. E isso acontece em *contexto de reciprocidade*, diálogo e partilha vital. É só no intercâmbio de saberes que o processo educativo se desenvolve, tanto do lado do agente como do lado do povo (C. BOFF, 2015, p. 31-32).

Na comunidade Planeta dos Macacos, o primeiro passo para libertação foram as diversas lutas, incentivadas e apoiadas pelas religiosas e parceiros que elas agregavam ao trabalho na localidade. Em seus relatos, irmã Zefinha, destaca o apoio da Comissão da Justiça e Paz<sup>31</sup> da Arquidiocese de Olinda e Recife, na época sob o direcionamento de D. Helder Camara.

Enfrentamentos que, por diversos momentos foram mobilizados e motivaram os representantes da comunidade, com o apoio tanto da Comissão de Justiça e Paz como o da sociedade civil e de representantes da política local (Anexo VIII). A representação do discurso feito pelo Deputado Luciano Siqueira, na assembleia legislativa, era a demonstração dos diversos apoios recebidos de forças externas, que se organizavam em protesto contra as ameaças de despejos ou enfatizando a luta da comunidade.

---

<sup>31</sup> A Comissão da Justiça e Paz tem o objetivo de promover os direitos humanos na doutrina católica e estava sem atuar há 28 anos. Criada na década de 1960 por Dom Helder Camara, a Comissão de Justiça e Paz foi refundada nesta quinta-feira (25/05/2017) pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido. Com o objetivo de promover os direitos humanos na doutrina, a comissão estava sem atuar na arquidiocese desde 1989, quando Dom José Cardoso Sobrinho, a destituiu (Sistema Jornal do Commercio, 2017).

Naquele momento, a comunidade precisou enfrentar, durante a construção de seu alicerce, ameaças de despejos (Anexo IV e V) que vinham de todos os lados, mesmo daqueles que se diziam donos do terreno, como COHAB e a CEASA, que também se apresentavam como proprietários de uma área do terreno onde se localiza a comunidade. Nas reportagens, postas nos anexos as ameaças eram constantes e as tentativas de poder reverter o quadro sempre contou com a ação das religiosas e das equipes coordenadas por elas, compostas pelos moradores, como já constatamos através de reportagens (Anexos IV, V e IX), fotos (Anexo X) e registros orais.

Uma das reportagens (Anexo VII) apresenta a Irmã Carla<sup>32</sup>, uma liderança no grupo da Congregação das Irmãs Beneditinas da Virgem Maria, na luta pelo direito de igualdade e reconhecimento da posse da terra para as famílias.

Famílias que sempre procuravam as religiosas para garantia de um terreno para a construção de uma nova casa, uma vez que das suas, por diversos motivos, foram despejadas de seu local de origem e encontravam, aqui na comunidade, com o apoio das religiosas, a possibilidade de conseguir um novo lar.

Era do conhecimento do povo que elas organizavam os terrenos e conseguiam abrir espaços para novos moradores negociando com os moradores mais antigos. A procura pelas irmãs era o processo mais rápido de acolhimento e a certeza de encontrar a tranquilidade para o encontro com a nova casa, que, naquele momento, passaria a ser mais um integrante da comunidade para a luta e o encontro com sua identidade cidadã.

O segundo passo foi a conquista e o reconhecimento da necessidade de o povo permanecer em um espaço que pertencia, até então a ninguém, pois eram terras sem produtividade ou qualquer perspectiva de serem aproveitadas para construção de qualquer benefício na utilização pública. Porém, não demorou muito: logo apareceu um órgão público dizendo-se dono, no período do surgimento das primeiras famílias que chegavam para construção de barracos para suas novas moradias.

---

<sup>32</sup> Tentamos em vários momentos conversar com a Irmã Carla, mas devido sua dinâmica vida, envolvida em trabalhos sociais e compromissos familiares, não foi possível um encontro.

A conquista da posse da terra sempre foi a grande glória que todos aguardaram durante muito tempo, mas é em 1997 que as terras foram compradas pela prefeitura do município da nossa capital (Anexo VIII). Porém, ainda não há um reconhecimento – documental – particular para cada morador, a escritura apresenta a compra e venda do terreno, mas não o repasse para os moradores da comunidade.

D. Moça, por ser moradora desde o início, por ter participado ativamente de todo o processo de inserção da Igreja na comunidade e dos movimentos para conquista dessa posse, relata, com certa tristeza, a não efetivação do repasse legal da terra para as famílias.

Na mão da gente, a gente não tem nada. A gente gostaria era de ter o papelzinho da gente... porque eles vieram uma vez mediram por aí e tal...era o que a gente gostaria ter... o papelzinho da gente comprovano o lotizinho da gente... mesmo que a gente fosse pagar alguma coisa pra prefeitura, não sei pra quem.... tudo bem, mas isso nunca aconteceu... quarenta e dois anos vai fazer agora...sabe... e a gente gostaria de ter!

A luta para conquista e pela posse da terra sempre foi um dos maiores objetivos de toda a comunidade. Apesar da consciência de como se constitui a Planeta dos Macacos, todos também têm a consciência de que começaram a fazer uma história e constituir uma nova identidade a partir do momento que ali chegaram.

Outrossim, a contribuição da Igreja na organização e na consolidação para existência da comunidade Planeta dos Macacos foi fulcral para todas as conquistas e organização do povo naquela época, o que garantiu a constituição dos instrumentais que consolidou com o básico, para aquele momento, a vida dos moradores da comunidade. O Planeta dos Macacos é apenas uma entre tantas comunidades em que a Igreja Popular esteve presente. Essa relação entre a Igreja Popular e as comunidades oportunizou uma experiência singular tanto para os leigos como para os religiosos. Para C. Boff (2015), “envolveu sobre tudo as congregações religiosas no sentido de deixarem, em parte, as ‘grandes obras’ e irem morar preferencialmente nos bairros pobres para aí trabalharem com o povo” (p. 35).

### 3. O dom da Igreja Popular presente, de corpo e alma, nas comunidades

C. Boff (2015) nos fala que a inserção da Igreja ou por seus representantes “não pode ser idealizada como uma panaceia do trabalho popular” (p. 38). Visa à construção de alianças que possam ser estabelecidas entre o agente – entendemos como exemplo as religiosas na comunidade Planeta dos Macacos – e o povo. Laços que foram construídos em favor do povo e para o povo ter uma educação libertadora para construção de seu próprio caminhar.

O dom de saber construir laços sem estabelecer dependências talvez seja uma das maiores e mais difíceis tarefas no trabalho com o indivíduo e mais ainda quando se trata da coletividade. Segundo irmã Zefinha, um dos objetivos das religiosas na comunidade era motivar o trabalho coletivo, orientar os primeiros passos e permitir que o próprio povo construísse sua vida. Ela fala que a irmã Carla sempre orientava o grupo de religiosas para que a liderança partisse sempre do povo.

O grupo de religiosas teve muita dificuldade para exercitar o trabalho que se propuseram a fazer nas comunidades. Isso porque a Planeta dos Macacos não foi a única, nem a primeira onde elas atuaram. A irmã Zefinha relata a atuação das religiosas, que dividiram o grupo para inserção em outras comunidades como: Vietnã nos Torrões, Vila do Milagres, no Ibura e no município de Itapissuma, através da paróquia local.

Era um trabalho que, a partir da narrativa do irmã Zefinha, faz-nos compreender a presença das CEBs fundamentada na TdL. L. Boff (1986) nos ajuda a fundamentar nossa ideia ao afirmar que

as comunidades eclesiais de base são muito mais que um instrumento de evangelização nos meios populares a partir da paróquia. Elas significam o modo próprio de ser Igreja no meio do povo, que o Espírito suscitou nos últimos trinta anos na América Latina, particularmente no Brasil (p. 91).

Enquanto que para compreender melhor a conexão entre a CEBs e a TdL, o autor, acima citado, esclarece que “são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo” (L. BOFF,

1986, p. 105) Para ele, a CEB representa a prática da libertação e a TdL, a teoria da prática para libertação.

E todo esse processo de inserção e permanência, por parte das religiosas, quer na comunidade Planeta dos Macacos quer em qualquer outra localidade, elas puderam contar com o apoio de Dom Helder Camara. Os registros de sua presença na comunidade mostram como ele esteve próximo do povo da comunidade em vários momentos, com sua presença física, de forma ativa e marcante, que tanto contribuía para o fortalecimento e encorajamento do povo para enfrentar as dificuldades e ameaças iminentes que faziam parte do cotidiano da comunidade, naquele momento de enfrentamento para permanência naquele espaço que todos – de alguma forma – sabiam que pertencia aqueles que precisavam e não podiam intimidar-se com as forças contrárias que se opuseram. O fato é que o povo conseguiu se estabelecer e está até hoje, na comunidade estabelecidas e vive nela.

Ao lembrar-me de Dom Helder Camara na comunidade Planeta dos Macacos, sempre me vem a imagem de um homem “enorme” e sereno. Lembranças de uma infância que ainda tentava entender a movimentação em torno de uma figura que, pouco tempo depois, com a maturidade, entendi sua importância e significado para todos da comunidade. Sua presença eminente na comunidade, em eventos importantes para marcar seu apoio e, porque não dizer, sua bênção para os moradores católicos, como mostra o registro de um convite para uma missa celebrada por ele (Anexo XII) e outro registro fotográfico abaixo.

### **Figura 8**

#### **Encontro com Dom Helder Câmara**



**ENCONTRO NA CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LOCALIZADA NA PRAÇA DA  
COMUNIDADE PLANETA DOS MACACOS (1983-05-28)**

**Fonte:** Morador da Comunidade

O respeito e a admiração que todos tinham por ele não era à toa. D. Helder, segundo Salem (1981), era “um grande animador de todo o trabalho desenvolvido...pela Arquidiocese de Olinda e Recife” (p. 177). A autora ainda assegura que “não há qualquer dúvida, o que existe hoje [em 1981] em matéria de povo organizado, lutando pela posse da terra ou pelos direitos humanos básicos na capital pernambucana, foi promovido sobretudo pela Igreja de D. Helder ” (p. 177).

Possivelmente, D. Helder tenha sido um dos representantes mais conhecidos da Igreja mundial que mais exerceu, na prática, as orientações do Concílio Vaticano II, e sempre esteve engajado e atuando no meio do povo.

Muito querido pelo povo pobre, o arcebispo procura estar pessoalmente presente em todos os momentos importantes da vida da comunidade de base – como no dia que os moradores de Brasília Teimosa reuniram os representantes das demais CEBs da periferia em um colégio no Recife para exibir uma série de slides sobre a sua luta. D. Helder, gripado e com uma febre de 40, fez questão de lá comparecer, assistir até o fim a projeção e dizer emocionado aos participantes: “Se algum dia, na hora da briga, vocês precisarem do bispo, podem chamá-lo, porque o bispo vai lá prá frente com vocês, no meio de vocês. Podem Chamar o bispo que ele vai!” (SALEM, 1981, p. 177).

Dom Helder Camara não era soldado de fugir à luta. Ele, sempre com sua calma e serenidade, virava um Golias ao defender o povo das injustiças sociais. A criança que o admirava e o via como Golias permaneceu com esse olhar mesmo depois ter redimensionado o seu tamanho em termos de estrutura física, mas não deixou de ver quão grande era aquele homem para o povo empobrecido.

E seu apoio foi o alicerce para fortalecer a ação das Irmãs Beneditinas da Virgem Maria na comunidade Planeta dos Macacos, desenvolvendo um trabalho que deu base para construção de muitos instrumentais que se tornaram referência na comunidade, como a Escola Comunitária, que foi destaque em reportagem pela revista Nova Escola (Anexo XIII). Como já havíamos registrado, esse instrumental foi um dos primeiros a serem idealizados pelas religiosas para dar início ao processo de consolidação da comunidade e, possivelmente, preparar o povo para a construção de sua identidade através da educação.

O grupo de religiosas teve uma atuação importante na participação e administração da escola comunitária<sup>33</sup>. Desenvolvendo um trabalho que agregava educação e mobilização dos moradores, espaço que servia como local para reuniões de equipes de mobilizações para as proposições apontadas pelas necessidades na comunidade.

Parece que a educação popular deve ser cada vez mais um processo de organização popular para enfrentar necessidades comuns, refletir sobre elas e tentar uma resposta. Esse processo de organização não precisa necessariamente passar pelos meios consagrados pelos intelectuais ou pelos teóricos em educação popular. Há um gingado popular que escapa à nossa lógica, e é preciso crer na sua força e criatividade (GEBARA, 1992, p. 22).

Para L. Boff (1998) “a comunidade é o espaço no qual os pobres se reúnem, meditam a Palavra, ajuízam a vida e se ajudam mutuamente e se articulam com os demais movimentos populares” (p. 82) Ele ainda expressa que o fato mais importante no cerne da Igreja foi o surgimento das comunidades eclesiais de base. Para o autor, é o passo para a primeira libertação, fato de suma importância política.

Diversas formas de mostrar o “dom” de ser capaz de trabalhar com o povo e para o povo, ficou evidente em toda a trajetória mostrada pelo trabalho das religiosas na comunidade Planeta dos Macacos, apesar de elas terem outros cenários de atuação. Foi neste espaço que reunimos o maior número de documentos sobre sua presença e/ou da Igreja na ação do trabalho comunitário. Destacamos mais alguns eventos deste “dom” de estar presente mesmo quando a ação foi apenas uma idealização, que virou fruto do trabalho das religiosas na comunidade como: eleição e posse dos coordenadores (Anexo XIV) mostra como, através de cartazes simples, as religiosas tentavam alcançar a todos da comunidade com a divulgação do trabalho que vinham realizando com organização do povo. Outro registro é a reportagem no Jornal do Bairro sobre os 10 anos de luta da

---

<sup>33</sup> As escolas da comunidade nasceram – há 20 anos – não apenas da necessidade da população pobre assumir a educação de suas crianças mas como uma etapa do processo de organização desses setores sociais por seus direitos – um movimento que teve origem no trabalho desenvolvido pela Arquidiocese de Olinda e do Recife, através da formação de grupos populares em torno das comunidades eclesiais de base. As escolas começam a surgir, isoladamente, no início dos anos 70e, em 1980, agruparam-se no Movimento das Escolas Comunitárias. Depois, em 1986, o movimento transformou-se na Associação dos Educadores de Escolas Comunitárias, que coordena atualmente a atividade dessas escolas. Elas seguem a linha da educação libertadora, influenciada pela Teologia da Libertação da Igreja Católica e baseada na pedagogia de Paulo Freire adaptada para as crianças (TIGRE, Adriana. NOVA ESCOLA, ano IV, nº 35 – Nov/1989, p. 32).

comunidade (Anexo XV), apontando as atividades e, mais uma vez, a organização da comunidade para todo o bairro onde ela é localizada e os adjacentes. Mais atividades propositivas do trabalho delas foi a campanha de prevenção contra a cárie (Anexo XVI), as reuniões (Anexo XVII A, B e C), e o curso bíblico (Anexo XVIII).

#### *4. O Deserto Fértil das Pequenas Comunidades para mudança na relação da Igreja com os Leigos*

As comunidades se organizaram e se estruturaram com o apoio de instituições solidárias às carências e dificuldades encontradas no momento de sua formação para se tornarem comunidades independentes e fortalecidas. Hoje, algumas delas se tornaram até nome de bairros na capital pernambucana.

No Recife, no período de surgimento das comunidades, talvez o maior apoio tenha sido primeiramente da Igreja, representado pelos grupos religiosos que atuaram no início do surgimento das comunidades, como o caso da Congregação Irmãs Beneditinas da Virgem Maria. Como relata Salem (1981), através das palavras de D. Moça: “A Igreja chegou aqui logo depois da gente... Elas nos deu muita força, ajudou a gente a se organizar. Não sei como teria sido sem ela” (p. 172). A autora ainda revela:

Primeiro, as freiras que lá trabalhavam moravam numa casa na estrada, próximo dali. Depois, mudaram-se para o próprio bairro, e passaram a viver o dia-a-dia da população, num barraco como o de todo o mundo. “No início”, revela Irmã Zefinha, uma jovem ainda no noviciado, “era tão difícil. O povo brigava por quase tudo, por qualquer coisa um se voltava contra o outro – por exemplo, o lixo despejado perto do vizinho, etc. -, enfim, ninguém queria saber de se unir, se organizar para lutar por seus direitos, mas aos poucos a situação foi mudando”. D. Moça, muito combativa, prontamente acrescenta: “Acho que o trabalho de unir o povo é o mais difícil!” (p. 173)

Percebemos, através da autora, muito no início, a participação da Igreja foi fundante na organização social da Comunidade Planeta dos Macacos, participação representada pelo grupo de freiras e noviças que escolheram dedicar parte de sua história de vida na construção da história de vida do povo empobrecido.

Retomando a ideia de Igreja Popular, que de acordo com L. Boff (1986) dever ser entendida

dentro de um fenômeno muito mais amplo que é o seguinte: o seio das massas populares, sem consciência, sem um projeto definido e sem uma prática social de participação ou de transformação, começam a surgir comunidades e vários tipos de associação (sindicatos, grupos de camponeses, associação de bairros, clubes de mães, centro de defesa dos direitos humanos, grupo de reflexão/ação). A grande maioria é pobre e simultaneamente cristã; da massa de fregueses de uma paróquia ou de uma capela, sob a influência de distintos fatores (um líder carismático, uma religiosa que faz pastoral popular, um pároco preocupado com situação da pobreza dos seus fiéis) começam a emergir círculos bíblicos, grupos de evangelização e de comunidades eclesiais de base (p. 65).

A realidade social impõe a necessidade de mudanças urgentes que mobilizam toda a sociedade. Seguindo ainda a ideia do autor acima citado, toda essa mobilização vai produzir o fenômeno que ele define como “Igreja-Povo de Deus”, com a inserção atuante de representantes das personalidades eclesiais: “cardeal, bispos – como Dom Helder -, sacerdotes, teólogos e religiosos – como as irmãs da Congregação Beneditina da Virgem Maria – que apoiam, inserem-se e caminham junto com a vasta rede de comunidades eclesiais de base” (p. 66)

A carência do povo não se restringia à moradia ou à terra para plantar, era necessário um trabalho de conscientização e de desenvolvimento maturacional para entender seus direitos e garantia deles. A expressão de uma vida mais igualitária para todos era, possivelmente, a forma de vida mais próxima da justiça que o povo desejava.

A Igreja Popular começa a vislumbrar a conquista dessa forma de vida para o povo, de maneira que eles pudessem libertar-se de amarras sociais que talvez nem percebessem. Seria necessário um trabalho para além do alimento do corpo – pão - e da alma – fé. Pois é fato que estar a serviço de classes dominantes e conviver em privações das condições básicas de sobrevivência passavam a ser uma forma “natural” de vida. Contra esse contexto, alguns representantes da Igreja passam a ter,

a compreensão da missão da VR como profética, que implicava na denúncia da injustiça social, no serviço à conscientização, organização e mobilização do povo para transformar sua realidade, enfim, em uma constante análise da realidade social, econômica e

política e num engajamento das religiosas, pelo menos enquanto inspiradoras, fornecedoras de um sentido religioso, na retaguarda dos Movimentos sociais Populares, vai ser um tema central na vida das PCIs nos anos 80. O envolvimento com os Movimentos Populares vai tomando cada vez mais lugar em sua vida, na medida em que ganham espaço e visibilidade na sociedade brasileira em geral e na Igreja Católica em particular, fenômeno já muito estudado por vários autores (REZENDE, 2002, p. 137).

A presença da Igreja, através das irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, atendia, de alguma forma, às lacunas deixadas pela falta de informação. O modelo de Igreja Popular se faz presente: de acordo com L. Boff (1983), é um modelo construído com a participação de todos, principalmente com a presença forte do povo (p. 66).

Um aprendizado adquirido pelas religiosas – atuantes na comunidade Planeta dos Macacos – colocaram em prática ao organizar o povo em equipes e direcionar a cada uma delas um objetivo dentro do desenvolvimento da comunidade. Os jovens eram os mais presentes e atuantes, o que fica claro no relato da irmã Zefinha. A reportagem (Anexo XV), mostra a participação atuante dos jovens e da Igreja na organização do povo e no incentivo para que eles compreendessem a importância de se manterem juntos e organizados na luta pelos ideais que deveriam atender a todos com igualdade.

L. Boff (1986), nos ajuda a fundamentar a Igreja que esteve presente na comunidade Planeta dos Macacos, cenário de atuação dos representantes da Igreja – as irmãs da Congregação Beneditinas da Virgem Maria e as postulantes ao noviciado – em uma época de atuação forte das mudanças no modo de ser da VR e, principalmente, da VRF no contexto eclesial da Igreja católica. O autor nos revela que ao observar,

o tipo de relacionamento entre os participantes, gente de base, padres, religiosos, teólogos, cientistas sociais e bispos percebia-se a verdade daquilo de que tanto se fala nas CEBs e no documento da CNBB sobre comunidades eclesiais de base: emerge aqui o novo modo ser Igreja. A história conhece vários modos de ser Igreja... Somos herdeiros de dois grandes paradigmas: aquele da Igreja-comunhão que vigorou mais ou menos até o primeiro milênio e aquele da Igreja-sociedade que persiste desde então até os nossos dias (p. 95).

A dialética estabelecida pelo povo, com o povo e para o povo, comprova a importância de se estabelecerem laços que podem libertar ao invés de prender.

A comunidade Planeta dos Macacos, atualmente, sobrevive, certo que não mais com a organização sociopolítica que foi colocado em prática quando no início de sua existência, mas continua, foi e sempre será um modelo de organização comunitária – e porque não dizer – referência de uma prática de Comunidade Eclesial de Base posta em exercício por um grupo de religiosas, que romperam até com uma congregação com que tinham vínculo, para colocar em prática um novo modelo de VR.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi dissertar sobre a Vida Religiosa Feminina (VRF) das religiosas da Congregação Beneditinas da Virgem Maria, cujo cenário de atuação, para a realização do trabalho comunitário, foi a comunidade Planeta dos Macacos.

No início desta pesquisa, foi possível discorrer sobre a VR no Brasil e o cenário político do recorte entre as décadas entre 70-80, período em que nosso país vivia sob o sistema político do regime militar.

Antes, traçamos um panorama da Igreja no Brasil através de Hoornaert (1979), que apresenta concepções acerca da ação da Igreja que ajudam a perceber mudanças ocorridas no período da colônia. Enquanto que Hugo Fragoso (1985) nos apresenta o governo imperial, a receptividade da continuidade da vinda da presença de sacerdotes europeus para o Brasil e como era estimulada.

Através da narrativa de Riolando Azzi (1979), passamos do Império para a República. Ele apresenta como a Igreja tinha suas amarras e dependia do Estado para dar andamento ao projeto de sacralização da sociedade brasileira, tendo como elementos de atuação a família e a educação. Já Márcio Moreira Alves (1979) nos situa em uma república moderna e discorre sobre a relação Igreja-Estado, que parece não ter ficado tão distante, em sua prática, com o período da colonização.

Período de colonização marcado pela influência e importância que tiveram os diversos grupos étnico-religiosos na constituição da sociedade brasileira. No entanto, Azzi (1979) nos alerta que foi a Igreja Católica a única a ter espaço e influência sobre o povo brasileiro e conviver a mesma relação de poder junto ao estado.

Contudo, é também a Igreja que, de acordo com Couto (1998), colocava-se opositora ao regime militar e que contribuiu com sua voz interna e externa no país para divulgar e buscar apoio de outros governos para mudar a realidade brasileira.

A Igreja, pouco antes desse período, começa a pôr em prática as mudanças no que se refere ao modo de vida religiosa, em praticar com grande participação das religiosas, com sua inserção em pequenas comunidades. Saindo

do muro dos mosteiros e conventos para atuar junto aos empobrecidos dentro da filosofia das comunidades eclesiais de base.

Mais precisamente, é a partir da década de 60 que se inicia, no cerne da Igreja, uma crise estrutural e, concomitantemente acontece o Concílio Vaticano II (ALVES, 1979; L. BOFF, 1998; CABRAL, 2008), que orienta para as mudanças da Igreja e, principalmente, aproximar-se cada vez mais do povo. É difícil falar do Vaticano II sem mencionar Medellín e Puebla, dois outros acontecimentos de extrema importância para as mudanças significativas que passam a ocorrer na época, com a aproximação da Igreja e povo.

Todo esse processo tem como pano de fundo teórico a TdL, que serve de amparo para subsidiar os estudos na época sobre a Igreja e sua atuação nas comunidades, bem como o exercício da prática efetiva em sua vivência junto ao leigo. Ao mesmo tempo que discorreremos sobre o contexto histórico do cenário sociopolítico e do sistema da época em que se debruçavam as religiosas para embasar seu trabalho nas comunidades, com destaque na comunidade Planeta dos Macacos.

Atuação das irmãs e postulantes ao noviciado ligadas à Congregação Beneditinas da Virgem Maria, no início de sua chegada à comunidade Planeta dos Macacos, registra uma trajetória de enfrentamento de problemas sociais enfrentados pelo povo da comunidade. Gutiérrez (2000) descreve o povo como dominado e explorado, raça desprezada e culturalmente marginalizada, além da discriminação contra mulher. De modo geral, toda e qualquer discriminação contra as minorias foi o marco da característica do povo que era alvo da teologia da libertação.

Gutiérrez (2000) ainda retrata toda a carência das condições em que vivia o povo empobrecido, falta de teto e de alimento, sem atendimento às necessidades de saúde e educação a que tinham direito, além da exploração no trabalho ou vivendo de subempregos ou mesmo dentro da estatística de desemprego, sem contar com a privação de se expressar fosse no campo religioso, político e em qualquer área. Tudo era podado para não se mostrar como ser reflexivo.

No entanto, é nesse contexto inóspito que a Igreja começa a modificar suas ideias e demonstra as primeiras tendências para as mudanças na relação

Igreja-povo. Exemplo disso são as religiosas da Congregação Beneditinas da Virgem Maria que rompe até com sua congregação por acreditarem em um trabalho diferente do que era posto pelo convento, por acreditar que estar nas comunidades poderia ser bem mais útil em seu papel na representação da VR.

No desenvolvimento do trabalho, segue a pesquisa aprofundando VR, em particular a VRF, um exercício coeso com a TdL.

Nesse ínterim, tivemos Rezende (2002) como fonte, para o desenvolvimento da pesquisa sobre a inserção de grupos religiosos inseridos no meio de pequenas comunidades populares, que exhibe os modelos femininos alternativos da VR desde a Europa medieval até a atualidade. Faz-nos perceber como era forte a presença da mulher desde o início de sua atuação da VR.

Todavia, é centrado na VRF no Brasil, especificamente nas décadas de 70 e 80, que discorremos sobre todas as mudanças ocorridas nesse período, no cerne da Igreja. Um processo teórico que se transforma em prática na mobilização da nova Igreja para o leigo, mais ativa e participativa com a entrada deles nas atividades propostas pelos representantes revolucionários da instituição.

Assim como as religiosas, que atuaram na comunidade Planeta dos Macacos, objeto de nossa pesquisa, tiveram que romper com sua congregação de onde eram originadas, muitos religiosos viveram o impasse de romper com a tradicionalidade no modo de VR da Igreja, alguns até com problemas de perseguição.

O interesse pelo pobre visava a uma busca de uma prática-ação junto a eles, para possibilitar um trabalho de orientação e dinâmica de reflexão sobre o contexto em que eles estavam inseridos e as oportunidades que havia para transformação de sua realidade. Tal relação ganhou laços estreitos entre os representantes da Igreja, que chegaram às comunidades populares.

Entre a nossa pesquisa a ideia de “Igreja Popular”, trazida de L. Boff (1986; 1998), que apresenta a ideia “do ‘povo’ está aí presente”. Assim, como o conceito de Igreja Pedagoga, como grande formadora na participação ativa e popular. Além de ter a Teologia da Libertação como fundamentação para toda práxis da Igreja em seu exercício nas Comunidades Eclesiais de Base.

É na terceira parte deste trabalho que apresentamos com mais detalhes a comunidade Planeta dos Macacos, suas peculiaridades e características, além da trajetória das religiosas e alguns de seus trabalhos representado através de fotos e registros documentais, um trabalho que ficou marcado pelo compromisso com os pobres que começaram a habitar a comunidade e constituir a identidade da Planeta dos Macacos.

Salem (1981) descreve a comunidade Planeta dos Macacos “como bairro-favela na periferia do Recife, que começava a ser ‘invadido’ pelas vítimas da última cheia do rio Capibaribe”. A pesquisa da autora sobre a comunidade foi realizada na década de 1980 e apresenta as mesmas entrevistadas – irmã Zefinha e D. Moça - que tivemos o privilégio de ter como enriquecedoras das narrativas sobre a comunidade e a trajetória das religiosas.

Nesse mesmo trecho da pesquisa, destaca-se a importante participação, apoio e influência da presença de D. Helder Camara na trajetória das religiosas na comunidade Planeta dos Macacos. Dom Helder foi um dos maiores incentivadores delas para o trabalho não apenas na Planeta dos Macacos, mas em outras comunidades como Vietnã, Vila dos Milagres – no município de Recife – e em Igarassu, com atuação junto ao povo e para o povo.

Os relatos orais, utilizados na pesquisa, através do grupo focal, foram parte importante para percebermos como foi marcante a presença da Igreja para que a comunidade pudesse alicerçar-se e estar, até a data de hoje, com muitos dos instrumentais que as religiosas conseguiram conquistar através da mobilização do povo. Elas organizaram equipes cujos objetivos específicos eram as necessidades que as comunidades tinham e de que precisavam. Através de um trabalho coletivo, o povo foi mobilizado para atuação e enfrentamento das dificuldades.

Aprendemos com o tempo, que qualquer caminho a ser seguido, o aprendizado irá acontecer. A importância de bons guias e a orientação certa nos faz errar com menos frequência, além de aprender com os próprios erros e ter mais glórias para compartilhar. Na jornada de uma comunidade – como exemplo temos a Planeta dos Macacos -, que encontrou em um terreno abandonado o espaço para se constituir no fortalecimento de um povo que se uniu com objetivos comuns, ainda

precisa se libertar de muitas amarras sociais para construção de sua identidade, constituída na resistência, luta, persistência e na cidadania de cada morador dela.

Outrossim, são as impressões que ficam para refletir sobre a atuação da Igreja nas décadas estudadas – período do nosso recorte temporal – e a atualidade. É perceptível que pouco ficou da Igreja Popular e Pedagógica. Menos ainda na memória da nova geração a Igreja que contribuiu para as mudanças sociais no Brasil e, voltando à comunidade Planeta dos Macacos, menos ainda das religiosas.

Percebemos que os representantes da Igreja atuais, começam a respirar novos ares com a presença do Papa Francisco, que traz em seus discursos a ressurreição da Igreja Popular proposta pelo Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla. Revivem novos tempos depois de um grande período do jejum da Igreja Pedagógica.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.

ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. **O que é Igreja**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Petrópolis: Vozes, 1979. Tomo 2/3-2: terceira época: 1930-1964.

\_\_\_\_\_, Riolando; (Org). **A vida religiosa no Brasil: Enfoques históricos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

\_\_\_\_\_, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida – SP. Editora Santuário, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 2016.

BAUER, Martin W. GASKELL, George (ED). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático**. Editora Vozes. Petrópolis, 2002.

BEOZZO, José Oscar. **Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930** in *A vida religiosa no Brasil: Enfoques históricos*. AZZI, Riolando; (Org). São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** 2ª edição. São. Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BÍBLIA. **Velho Testamento e Novo Testamento**. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Edição Revisada e Corrigida. Co-Edição (JUERP) Imprensa Bíblica Brasileira: King's Cross Publicações. 4ª Ed.

BOFF, Clodovis (Frei). FREITAS, Maria Carmelita de (Ir), PALACIO, Carlos (Pe.) **Formação para a Vida Religiosa hoje**. Conferencia dos Religiosos do Brasil (CRB) Rio de Janeiro, 1982.

BOFF, Clodovis. **A Dimensão de Laicidade da Vida Religiosa**. Conferencia dos Religiosos do Brasil (CRB) Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_, Clodovis. **Como trabalhar com o povo e com os excluídos**. Petrópolis: Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. BOFF, Clodovis **Da Libertação: O teólogo das libertações sócio-históricas**. Petrópolis: Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo. **A vida religiosa e a igreja no progresso da libertação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_, Leonardo. **E a Igreja se fez povo: Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo.** São Paulo. Ed. Círculo do Livro, 1986.

\_\_\_\_\_, Leonardo. **O Rosto materno de Deus: Ensaio interdisciplinar sobre o feminino e suas formas religiosas.** 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_, Leonardo. **O Caminho da Igreja com os Oprimidos: Do Vale de Lágrimas à Terra Prometida.** São Paulo. Ed. Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação.** 7ª ed. – Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2014.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade, **Onde está o povo, aí está a Igreja?** história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.

CALIMAN, Cleto. **Vida Religiosa Inserida nos Meios Populares.** Uma nova forma de seguimento de Cristo hoje. In *Inserção: Novo modo de ser da Vida Religiosa*. FREITAS, Irmã Maria Carmelita de (FI). BOFF, Frei Clodovis (OSM). Pe. CALIMAN, Cleto (SDB). Publicações Conferência dos religiosos do Brasil (CRB). Rio de Janeiro, 1989.

CAMARA, Helder. **Um olhar sobre a cidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

CAVA, Ralph Della et al. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985).** Orgs. Paulo Krischeke e Scott Mainwaring. Porto Alegre: L & PM: CEDEC, 1986.

CEHILA. **A mulher pobre na história da Igreja Latino-Americana.** São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

CNBB, Documentos da. Nº 25. **Comunidade Eclesiais de Base na Igreja do Brasil.** 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente (Brasília, DF, 23 a 26 de novembro de 1982). São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

COMBLIN, Pe. Joseph. **Espiritualidade de Dom Helder** in RECIFE, Prefeitura. Secretaria de Educação. Dom Helder, peregrino da utopia: Caminhos da Educação e da Política. Org. Anotônio Montenegro, Edla Soares e Alcides Tedesco. Recife: A Prefeitura. Ed. Universitária da UFPE, 2002.

COMISSÃO da Justiça e Paz. Fonte: Sistema Rádio Jornal do Commercio: <http://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2017/05/25/arquidiocese-de-recife-e-olinda-refunda-comissao-da-justica-e-paz-54041> /Acessado em 03/08/2017 as 13h26.

CONVENTO Nossa Senhora do Desterro. Fonte: GOOGLE Imagens: <http://taba.arq.br/portfolio/convento-do-desterro/> Acessado em 2017-05-06 às 20h25.

CRUZ, Eduardo R. **Estatuto epistemológico da Ciência da Religião** in *Compêndio de Ciência da Religião* / João Décio Passos, Frank Usarsk, (organizadores). São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões.** Tradução: Rogério Fernandes. 3ª ed. São Paulo. Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

EXTINÇÃO da Congregação, Fonte: [www.deuslovult.org/2008/06/26/congregacao-extinta-pelo-vaticano/](http://www.deuslovult.org/2008/06/26/congregacao-extinta-pelo-vaticano/) Acessado em 2017-03-30 às 10h35

FRAGOSO, Hugo. **A igreja na formação do Estado liberal (1840-1875)**. HAUCK, João Fagundes *et al.* História da Igreja no Brasil: segundo época XIX, tomo II/2. 3. ed. Petrópolis: Paulinas e Vozes, 1985: 77-111; 182-216.

GARCIA, Martina Maria Eudisia González. **Recomposição da Vida religiosa**: Estudo das relações entre indivíduo e comunidade em congregação femininas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

GEBARA, Ivone. **Vida Religiosa: da teologia patriarcal à teologia feminista**: um desafio para o futuro. São Paulo. Ed. Paulinas, 1992.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**: Perspectivas. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1979. Tomo 2.

JONGMANS, J. **A reforma da ordem beneditina no Brasil (1890-1910)** in A vida religiosa no Brasil: Enfoques históricos. AZZI, Riolando; (Org). São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Ed. Vozes. Petrópolis, 1979.

LIBANIO, João Batista. **Cenários da Igreja**. 3ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2001.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Presença da Igreja no Brasil**: História e Problemas 1500-1968. São Paulo. Ed. Giro, 1977.

MENDONÇA, Antonio Gouvea. **A cientificidade das Ciências da Religião** in A(s) Ciências(s) da Religião no Brasil / Organização Faustino Teixeira. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

REGIDOR, José Ramos. **Vinte e cinco anos de Teologia da Libertação**. In A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas. BOFF, Clodovis et al. São Paulo: Editora Ática, 1996.

ROSADO-NUNES, Maria José F.. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

ROSADO-NUNES, Maria José F.. **As religiosas e o compromisso com os pobres do Brasil** in A mulher pobre na história da igreja Latino-Americano. Maria Luiza Marcílio (org). CEHILA. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

PLUMMEN, Humberto. **Os pobres proclamam a sua fé** In Religião Popular e Vida Religiosa Inserida: II Encontro das Pequenas Comunidades do Nordeste II. MOHN, Frei Walfredo O.F.M. (org). Petrópolis: Editora Vozes, 1986

REZENDE, Maria Valéria. **A vida religiosa feminina no Brasil Colonial** In A vida religiosa no Brasil: Enfoques históricos. AZZI, Riolando; (Org). São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

\_\_\_\_\_, Maria Valéria. **A vida rompendo muros**: Carisma e Instituição. As pequenas Comunidades Religiosas femininas inseridas no meio popular no Nordeste. Paraíba: João Pessoa. Editora Manufatura, 2002.

SALEM, Helena. **A Igreja do Oprimidos**. Coord. Helena Salem. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.

TIGRE, Adriana. **Uma rede voltada para a organização popular**. Revista Nova Escola, ano IV. nº 35. Nov/1989. 32 – 34p.

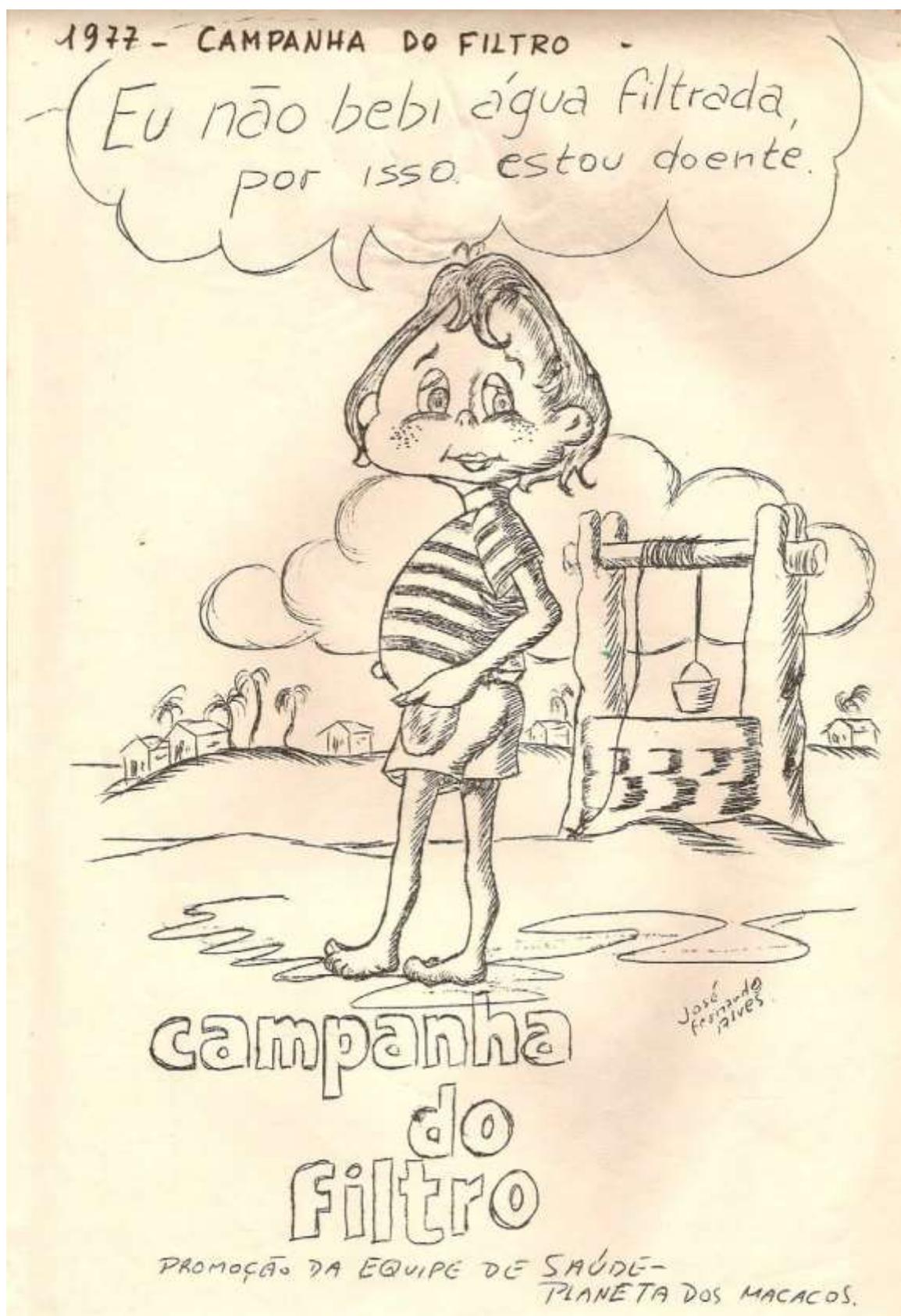
VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Entre a cruz e a foice: D. Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia**. Campinas, SP: [s.n.], 2007.

\_\_\_\_\_, Mairon Escorsi, **O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)**. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

ANEXO I  
CAPA DO JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO NA ÉPOCA DA VAZANTE DO RIO CAPIBARIBE



ANEXO II  
CARTAZ PARA EDUCAÇÃO DA ÁGUA POTÁVEL



ANEXO III  
EXEMPLAR DA 1ª EDIÇÃO DO JORNAL DA COMUNIDADE

# ATENÇÃO

O NOSSO JORNAL AINDA NÃO TEM TÍTULO.  
COLABORE CONOSCO SUGERINDO UM  
NOME PARA O MESMO.

---

INFORMATIVO DO CCPM JULHO/AGOSTO
ANO I Nº 0

## ESTE É O NOSSO CENTRO COMUNITÁRIO :

**REFORÇO DA CAPACIDADE ORGANIZATIVA**

- REPENSAR O PAPEL DO CCPM
- REORGANIZAR A DIREÇÃO
- ATUALIZAR A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CCPM
- ORGANIZAR A BIBLIOTECA E UM PLANO DE FORMAÇÃO DA EQUIPE.

**CENTRO COMUNITÁRIO PLANETA DOS MACACOS**

POSTO DE SAÚDE	ESCOLA	TRABALHO PRODUTIVO-EDUCATIVO COM ADOLESCENTES.
<ul style="list-style-type: none"> <li>- DEFINIR PRIORIDADES E INICIAR GRUPOS EDUCATIVOS</li> <li>- ENTROSAR TODA EQUIPE DE SAÚDE</li> <li>- ESCOLHER TEMAS PARA A FORMAÇÃO DA EQUIPE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- APERFEIÇOAR AS ATIVIDADES DO PRÉ-ESCOLAR</li> <li>- CONCRETIZAR A PROPOSTA DA BIBLIOTECA NA COMUNIDADE</li> <li>- EXPERIÊNCIA PILOTO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EQUIPAR MELHOR A SORVETERIA</li> <li>- AMPLIAR A PARTE EDUCATIVA COM JOGOS.</li> <li>- CRIAR OUTRAS ATIVIDADES PRODUTIVAS.</li> </ul>

**FAZER CRESCER A COMUNICAÇÃO COM OS MORADORES DO BAIRRO**

## ANEXO IV

## REPORTAGEM SOBRE AMEAÇA DE AÇÃO DE DESPEJO

109/76

## A complementação imprescindível

A reportagem que este DIÁRIO divulgou recentemente, desnudando o drama dos conjuntos habitacionais do BNH, desvela um dos ângulos mais sérios da conjuntura do País, exigindo por isso mesmo, maior atenção do Poder Público em urgentes e sérias providências corretivas. Tem-se a impressão de que tudo transcorre em clima de irresponsabilidade, tornando inúteis e até contra-producentes o esforço do Governo Central em favor das camadas mais necessitadas da comunidade. Enfrentando um mundo de dificuldades, sabidas e proclamadas, o Governo nacional tomou a peito atacar o ângulo, severíssimo, da casa própria e da habitação condizente com as exigências da dignidade da pessoa humana invertendo-se fortunas na construção de residências para o povo, notadamente o operariado e a pequena classe média atribuindo à política habitacional a tônicas da prioridade preferencial, orientação por todos os títulos louvável e que somente por si evidencia a preocupação pelo HUMANO, uma das notas fundamentais da Revolução de março de 1964.

O que se tem visto, porém, é que alcançada, parcialmente, esta primeira etapa — e sabe Deus à custa de quantos o tamanho sacrifício, o imenso parque residencial do BNH vem sendo largado à própria sorte, deixando a dolorosa indagação sobre se isto é um Estado de verdade, em que funciona eficazmente um dos elementos essenciais das nações politicamente organizadas — um Governo que não seja mera simbolização exterior.

Então, é de concluir haja alguma coisa de podre neste "reino da Dinamarca", fazendo-se mister se voltar para este ângulo a atenção

aneadora do poder estatal, que, forte, — e tanto mais forte enquanto o cerca a consagração comunitária — não pode, sem trair à própria função, cruzar os braços diante deste quadro sombrio; uma vergonha e um desafio à administração, sabida e compreendida, imbuida das melhores intenções e propósitos.

Escrevendo aos irmãos de Lisboa, nos meados do século XVI, o Jesuíta Blasquez punha em relevo um dos dramas da Colônia de então, proclamando o mal que atingia a conquista cabralina; do Reino o Monarca dava ordens que, aqui, os vice-reis não cumpriam. A história se repete. Do Centro, Getúlio modelo de gerente, do comandante preocupado com a sorte do País, se esfaífa, se exaure em esforços, sente, na carne, as tragédias da coletividade, apela para todos se unam em "frente única" para ajudar o Governo a mudar a face da Nação, mas, lá fora, os escalões dos vários planos, se omitem, fallam, desvirtuam a linha do comando supremo e o resultado é isto que a reportagem do DIÁRIO denuncia em cores vivas.

É imperioso se faça alguma coisa para consertar tantos desmandos, tanto destemor da justiça de Deus e dos homens. Espalhando dinheiro para o programa habitacional, precisa, o BNH sair da sua modorra, fiscalizando a aplicação das verbas destinadas à construção de seus conjuntos habitacionais, castigando os vendilhões do templo, iracundo uma política de ação mais objetiva e realista, um de cujos pontos de partida há de ser aquele de que não basta acenar com a promessa de providências para o maior número, fazendo-se preciso ir além, COMPLETANDO o programa de ajuda aos necessitados, protegendo o povo e zelando pelos dinheiros públicos que, vindos do povo, constituem coisa sagrada.

Recife, quarta-feira, setembro 15, 1976

## Ação de despejo ameaça o "Planeta dos Macacos"

Os moradores que ocuparam irregularmente terreno da Cohab no Curado e construíram a favela "Planeta dos Macacos" estão ameaçados agora de despejo. A cooperativa habitacional sustou a construção das casas de madeira e demoliu as outras ainda desocupadas. Os remanescentes estão procurando chegar a um acordo para aquisição dos terrenos.

Eles confiam na "inteligência dos diretores da Cohab, capazes de criar novos padrões de acordo com a realidade". Reconhecem sua situação irregular e querem adquirir os terrenos de algum modo. "A lei foi feita para o bem do homem e não para esmagá-lo. Deve haver uma forma de adaptar a lei visando esta nova situação", pensam alguns.

### "PLANETA" É DA COHAB

A favela "Planeta dos Macacos" fica nas proximidades do cemitério Parque das Flores, em terreno de 63 mil m<sup>2</sup>. Pertence à Cohab e

poucos dias surgiram casas de madeira, rapidamente. Um vigia que tomava conta do terreno e que permitiu a invasão está, segundo se informa, sendo processado pela Cohab, acusado de vender o que não era seu. Entretanto sabe-se que muitos outros venderam também os terrenos.

### ABAIXO ASSINADO

Os moradores do "Planeta dos Macacos" estão fazendo um abaixo assinado dirigido ao governador Moura Cavalcanti, ao secretário Joaquim Francisco e ao presidente da Cohab, Inácio Pereira, apelando para uma solução dos seus problemas, que se resumem em ter onde morar.

Argumentam que já encontraram onde, mas precisam regularizar a situação, porque as casas estão construídas, faltando apenas os serviços de saneamento, eletricidade e luz elétrica. Até o momento, a Cohab ainda não se pronun-

ANEXO V  
 ORDEM DE DESPEJO DA CEASA

**A CEASA TAMBÉM DESPEJA. 1976.**  
 de discos para aquele município

# Ceasa também despeja

Surge mais um novo problema social de consequências imprevisíveis: a direção da Ceasa, aparentemente sem nenhum amparo legal, determinou, ontem, a destruição de 58 casebres construídos em terreno pertencente à empresa, no Curado.

As famílias prejudicadas reuniram-se para tomar providências, pois, além de terem seus mocambos destruídos, terão que sair da área. Como medida inicial, resolveram enviar um abaixo-assinado com 80 assinaturas, para o presidente Geisel, o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli e ao governador Moura Cavalcanti.

Este novo despejo, idêntico ao que ocorreu na Ilha Joaneiro, demonstra mais uma vez, segundo dados do Plano de Desenvolvimento Local Integrado da RMP, elaborado pela Fidem, que "agrava-se, a cada dia, a falta de habitação para populações marginalizadas de qualquer progresso urbano e social". Recente levantamento efetuado pela Fidem constatou a existência de 154 núcleos habitacionais subnormais na Região Metropolitana do Recife.

No abaixo-assinado, as famílias lamentam, que "sem levar em conta a pobreza extrema dos requerentes e dos inoquentes que os acompanham, o senhor oficial diretor da Ceasa, determinou a destruição dos barracos dos requerentes e a expulsão destas da área, jogando-os nos limites extremos do desespero humano.

03. Sem levar em conta a pobreza extrema dos requerentes, e dos inocentes que os acompanham, o Senhor Oficial Diretor da CEASA, determinou a destruição dos barracos dos requerentes e a expulsão destas da área, jogando-os nos limites extremos do desespero humano.

04. Sem dúvida, que o procedimento do Senhor Oficial Diretor da CEASA afronta o art. 1º da Declaração dos Direitos Humanos "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns dos outros com espírito de fraternidade". Além de ferir os artigos 132 e 135 do Código Penal.

05. Embora desesarrada, mas certos de sua condição de filhos de Deus, e de brasileiros, merecedores, portanto, do reconhecimento e do respeito dos seus direitos elementares de homens, por parte da Nação, é que vêm requerer a VV.Excelsa, que se dirme de determinar a imediata satisfação das medidas arbitrárias e desumanas, praticadas contra o patrimônio e as pessoas dos requerentes, por parte do Senhor Oficial Diretor da CEASA até que seja feita reparação humana e própria para as circunstâncias de moradia dos requerentes".

cial diretor da Ceasa, determinou a destruição dos barracos dos requerentes e consequente expulsão da área, jogando-os nos limites extremos do desespero humano".

**O ABAIXO ASSINADO**

Eis, na íntegra, o abaixo-assinado que será remetido às autoridades:"

"Os abaixo-assinados, todos brasileiros, maiores, vêm à presença de VV.Excelsas denunciar as arbitrariedades de que estão sendo vítimas por parte do Senhor Oficial Diretor da CEASA e requer a VV. Excelsas o seguinte:

01. Os requerentes, por não terem condições de adquirir casa própria, ou sequer pagar aluguel de um quarto de mocambo, vem rolando de lá em léu, de um lugar para outro, na cidade do Recife, até que encontraram uma área de terreno baldio, entre o terreno de propriedade da 10a. Brigada de Infantaria Motorizada, e o terreno de propriedade da CEASA, no Curado.

02. Foram, assim, levantados pelos requerentes, cerca de cinquenta e oito (58) barracos, de material o mais diverso, para abrigo dos requerentes e dos seus dependentes, todos comprovadamente em estado de extrema

ANEXO VI  
CONSTRUÇÃO POSTO DE SAÚDE E CENTRO COMUNITÁRIO EM 1985



→ CONSTRUÍDO O  
POSTO DE SAÚDE



→ CONSTRUÍDO O  
CENTRO COMUNITÁRIO

1985



CENTRO COMUNITÁRIO - 1985

Fonte: Morador da Comunidade

ANEXO VII

REPORTAGEM DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO QUE COFIRMA A PRESENÇA DAS RELIGIOSAS NA LUTA PELA POSSE DA TERRA



DIÁRIO DE PERNAMBUCO - 1977

1977 DIÁRIO DE PERNAMBUCO LOCAL



Os moradores reivindicam autorização do BNH para loteamento e venda da área que foi invadida

## Favelados não têm acesso a Geisel

A coordenação da Comunidade do Planeta dos Macacos tentou, em vão, entregar memorial dos moradores ao presidente Ernesto Geisel na concentração pública, cobrando resposta, em abstrato assinada que lhe dirigiram em 2 de junho de 1977, reivindicando autorização ao BNH para loteamento e venda da área que invadiram.

A regularização das terras do Planeta dos Macacos tem sido a principal luta dos habitantes da favela, que não encontram meios de obtê-la, principalmente devido à indefinição sobre a propriedade da faixa, que pode ser do BNH, da Conab ou do Inamp. "É uma falta de respeito para conosco a impressão das respostas dadas pelos diretores dos órgãos governamentais", lamenta a irmã Carlá Pimentel, acrescentando: "Se vamos a um, dizem que o dono é o outro, e assim por diante."

**INCOERÊNCIA**

— Não podemos viver nessa situação eterna, sabendo que a qualquer momento podem dar uma ordem de despejo. Os moradores querem pagar o seu sítio, mas precisam saber com certeza a quem se dirigir e dessa maneira não é possível", salienta a Irteira.

Na mesma visita, do presidente da República uma autoridade governamental assegurou que não há problema na margem do Capibaribe, a maioria acabou no Recife e que as necessidades moradoras foram para morar. "É uma incoerência", sustenta a irmã Carlá

pensamento, é impossível que espalham pessoas para outras morarem no local. Qual a diferença entre Edfiaba, que mora aqui, e outro morador? O acesso? Deje qual for a classe social, todos são iguais e têm os mesmos direitos.

"As 600 famílias que vivem no Planeta dos Macacos não desistem nenhuma, querem comprar o seu pedaço de terra, de acordo com a força de trabalho de cada um, de maneira a pagar um do comércio fazer de mesmo pedindo em outras partes para se situarem no local", salientou, citando trecho do documento que não conseguiram entregar a Geisel.

**INÍCIO**

O Planeta dos Macacos existe desde setembro de 1974, quando as primeiras famílias invadiram a área, no bairro do Corado. Na época não havia projeto de construção da Cobah, que apresentava o local a moradores de cerca de 200 casas irregulares, produzidas que provocou a morte de uma pessoa e outras feridas em várias outras.

Com tempo para tudo ir se agravando não desistiram, pensando de qualquer forma, e hoje a favela tem escola, ambulatório, casa de oração e um barbeado de água, construído "pela comunidade para a comunidade", mas sem qualquer estrutura elétrica e água encanada.

Diversos comitês lutam à Cobah, quatro abstrato assinadas foram feitas, mas os moradores insistem na entrega de memorial autorizando a instalação de

... famílias despejadas de outras áreas, procurando para implorar motivação, entre elas várias espumas justificativas das margens do rio. Isto significa que os moradores desapareceram do local, mas a situação é de fato insuportável.

Embora a religiosa Talva entrou em Irteira Alves, morador da favela, de um endereço da Avenida Central, sem direito a identificação e com a esposa grávida, pedindo para ficar no "Planeta". As irmãs Teresinha, Rita e Margarida, que coabitam com Carlá, informaram que este é um problema recorrente, mas que fazer? Elas não possuem terra para doar.

**DIREITO INERENTE**

— Se o homem não produzisse o chão, teria mais a terra e do homem, ele tem direito ao seu pedacinho, isto se encontra na Carta dos Direitos Humanos — diz a irmã Carlá. — Tratado de

... não pode se dirigir para o estabelecimento, mas algumas se mudaram para a Irteira, mas afirmam que os pedidos continuam a ser feitos para o Planeta dos Macacos com autorização do BNH. Entretanto, diretores do Banco Nacional de Habitação dizem que a situação ainda não se vê com uma melhoria e não se assume a responsabilidade.

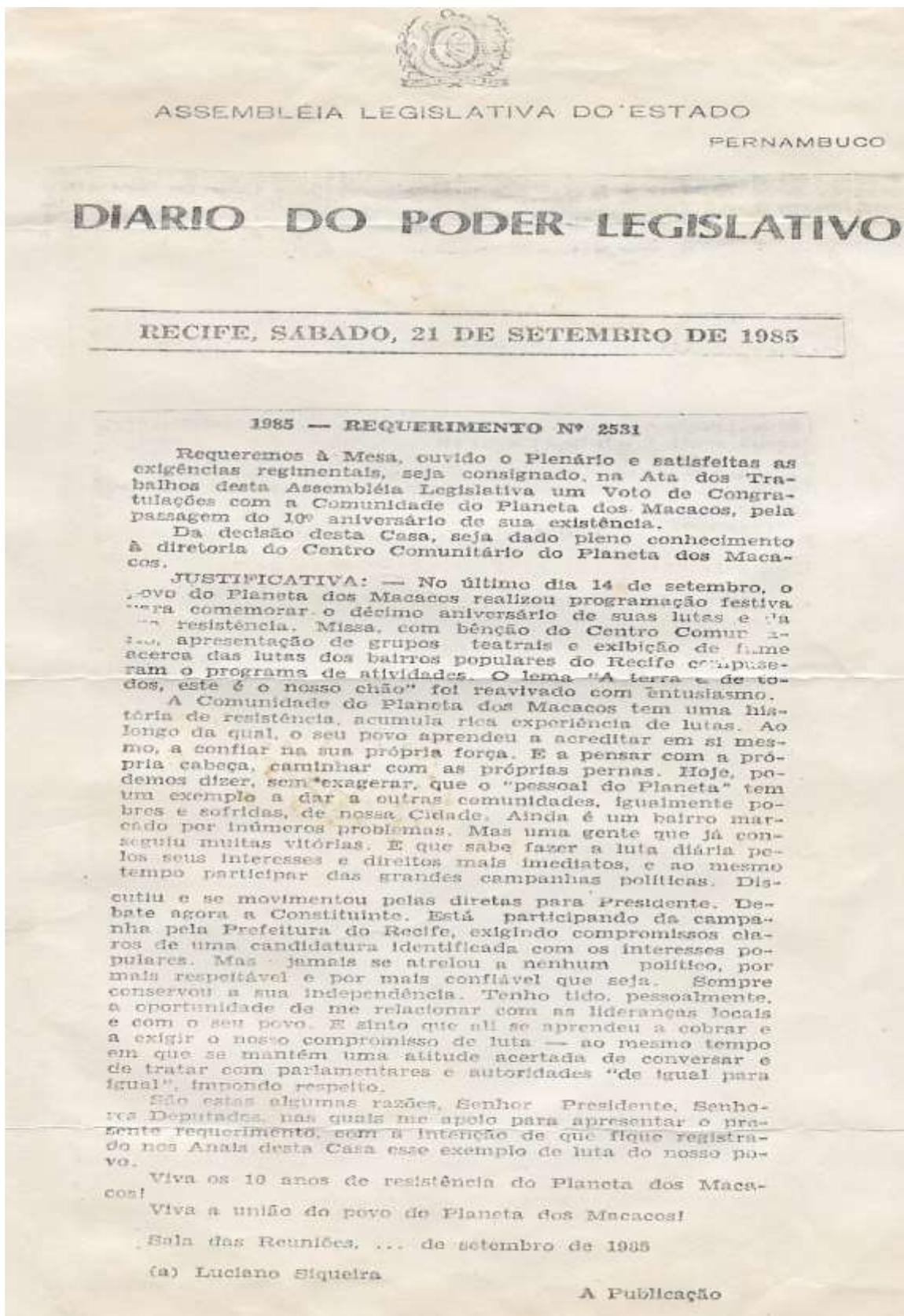
Em relação ao documento enviado ao presidente em 1977, em outubro do ano passando uma assistência social do BNH avisou que deveria responder favorável de Brasília: "Isto ocorreu foi imediatamente ao Inamp, mas, além de não ser bem recebido, não conseguiu informações corretas", afirmou a irmã Carlá Pimentel.

"Aqui se faz um trabalho comunitário muito bom. Será que isso não tem valor, não é uma grande coisa? Indaga ela as autoridades, em nome da população do Planeta dos Macacos, apelando por uma medida justa e humanitária dos governantes.

Fonte: Morador da Comunidade

## ANEXO VIII

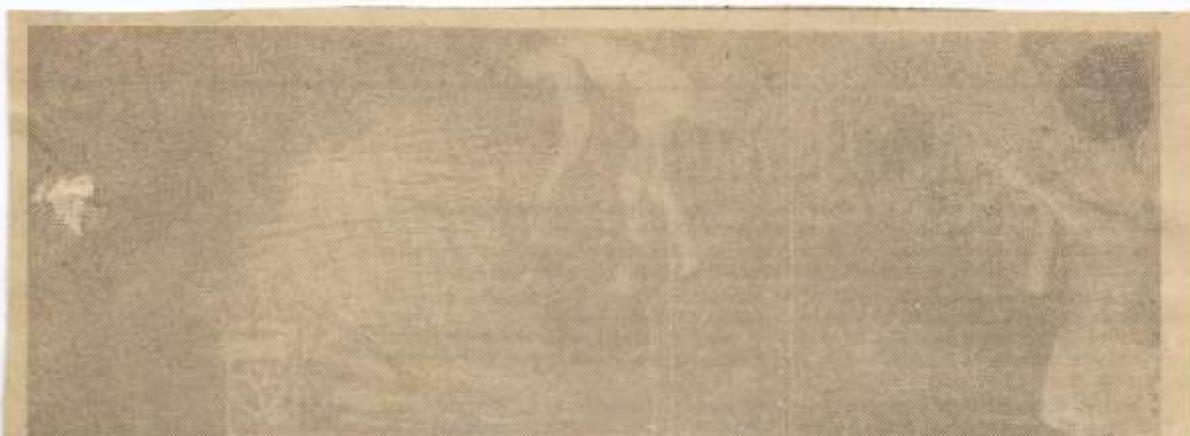
## HOMENAGEM DOS 10 ANOS DE LUTA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



**ANEXO IX**  
**REPORTAGEM SOBRE A CONSTUIÇÃO DO PLANETA E A REALIDADE LOCAL DOIS ANOS APÓS AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS CHEGAREM NA COMUNIDADE**

JORNAL DO COMMERCIO

1978



A água é poluída. Tanto da cacimba quanto dos rios

## O PLANETA DOS MACACOS

Ninguém sabe, nem mesmo os moradores e aqueles que ainda chegam à procura de um terreno "sem dono" para morar, ninguém conhece a origem desse aglomerado humano que cresce assustadoramente sob protestos e constantes ameaças das autoridades locais, "Planeta dos Macacos".

Moradores confessam que não existe uma origem, e nem mesmo sabem porque agora, mesmo já tendo um número considerável de casebres, aquilo se chama de Planeta dos Macacos. Os mais antigos contam que a polícia nas suas sucessivas investidas no começo, agredia o povo com palavras grosseiras e a que marcou mesmo foi o "planeta dos macacos".

Depois, criou-se um conselho dos moradores para reivindicarem seus direitos de assistência prestadas por órgãos como a Cetepe, Composa e Prefeitura Municipal. Conseguiram luz em alguns locais. Outros, porém, permaneceram no escuro. Só a água encanada não foi possível. Por isso ser-

vem-se de cacimba "contaminadas", segundo uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde: elas ficam-se próximas a fossas e de acordo com os códigos de higiene e saúde tem que haver, no mínimo, 12 metros de distância entre elas.

Como Brasília Teimosa, Coque, Terra de Ninguém, O Planeta dos Macacos também começou há dois anos o movimento pela posse de terra. Segundo eles, a área pertence a União, resta apenas o prefeito Gustavo Krause solicitar do Governo Federal a transferência de poder para o município, e daí entregá-lo ao povo. Cartas, comissões, telefonemas. Foi o que fizeram os moradores durante esses dois últimos anos. Contudo, não obtiveram resposta. Agora as luzes partem para algo mais concreto: fazem atualmente a coleta de todas as casas para depois elaborarem um documento e enviarem ao prefeito. Três mil famílias atualmente vivem no Planeta dos Macacos.

Recentemente realizaram uma

feira de roupas usadas, na comunidade, para levantar um ambulatório. Contudo, falta material para o seu funcionamento (como meias, medicamentos e clínicos). O mais, eles mesmos se encarregam de fazer. Por exemplo: existe uma escola de alfabetização. Dias passados a Fundação Guararapes mostrou-se interessada em colocar uma escola, pediu a comunidade que fizesse um levantamento de analfabetos. Foi feito e até agora não obtiveram resposta. Ai as jovens que estão nos últimos anos do primeiro grau estudam sem nenhuma remuneração. Tam o suficiente apenas para a compra de passes escolares.

Ônibus não tem, praticamente. Há apenas dois micro-coletores que fazem a linha Ceasa-Cabriri aquela área. A população noroeste. Assim mesmo não foram colocados propositalmente para comalmente desde ladeiras para tomar um ônibus na BR-101 ou no Curado 1.

**ANEXO X**  
**REUNIÃO COM MORADORES E MÉDICOS QUE TRABALHAVAM**  
**VOLUNTARIAMENTE NA COMUNIDADE**

REUNIÃO NA COMUNIDADE - 14/AGOSTO/1984



**Fonte:** Morador da Comunidade

## ANEXO XI

## ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO TERRENO DA COMUNIDADE

República Federativa do Brasil

Estado de Pernambuco  
Recife

**Cartório COSTA LIMA**  
(ANTIGA FRANCA MARINHO)

Bel. Álvaro Gonçalves da Costa Lima  
4.º TABELIAO

Bel. Josaphat Vieira de Albuquerque — José Bonifácio Falcão  
Maria Margarida da Costa Lima Cavendish Moreira  
SUBSTITUTOS

José Orlando Magalhães de Siqueira  
Edson Carlos e Silva Alves  
ESCREVENTES AUTORIZADOS

Rua Diário de Pernambuco, 28 — Edf. Bitury — Loja 1  
FONES: 224-5225 — 224-2271

Escritura de COMPRA E VENDA

Outorgante(s) INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS

Outorgado(s) MUNICIPIO DO RECIFE

Livro 757 Folhas 127/130v Data 17/novembro/1997

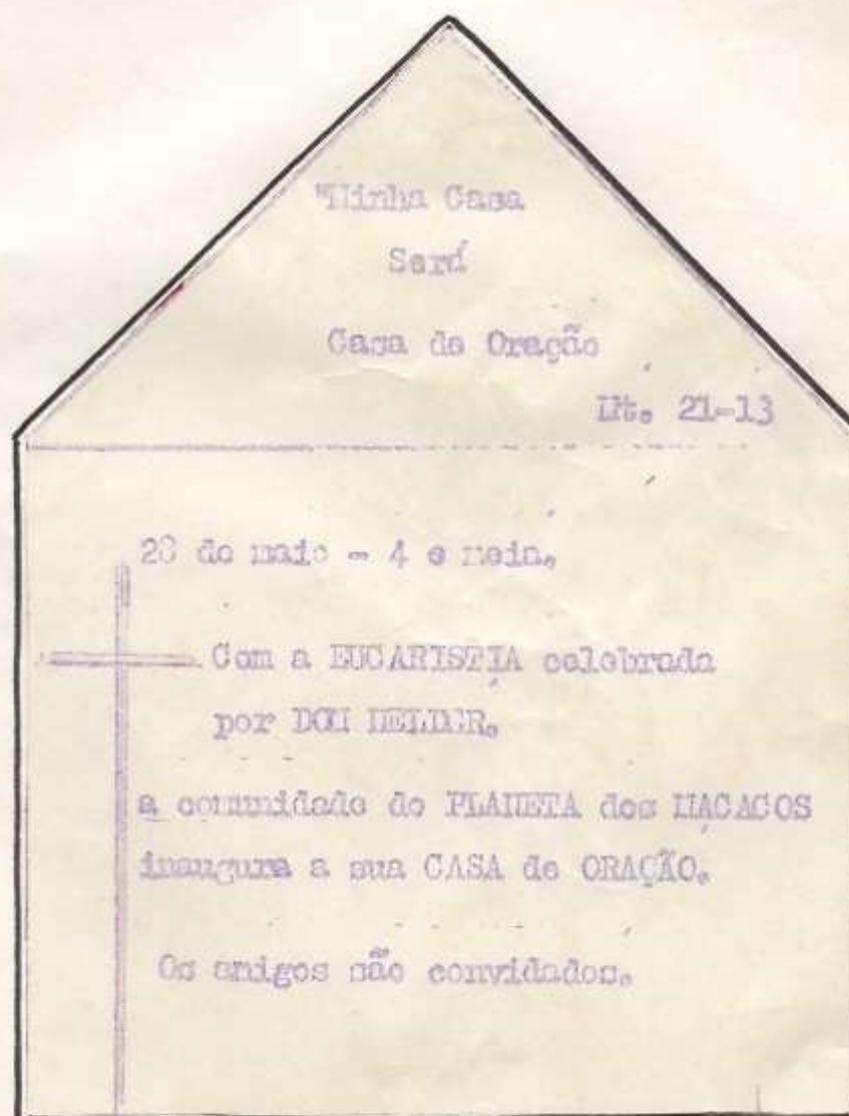
ESCRITURA LAVRADA EM 1997-11-17

Fonte: Morador da Comunidade

## ANEXO XII

## CONVITE PARA MISSA REALIZADA POR DOM HELDER

"Minha casa será casa de oração".  
Mt. 21, 13



Fonte: Morador da Comunidade

## ANEXO XIII

## REPORTAGEM SOBRE A ESCOLA COMUNITÁRIA ADMINISTRADA PELAS IRMÃS BENEDITINAS DA VIRGEM MARIA



...coletivamente pela população, como o Centro de Comunicação, em Planeta dos Macacos



Um ensino próximo à realidade das crianças, orientado por professores da comunidade

tura do povo. "Quando realizamos atividades de animação, como a encenação do bumba-meu-boi, todos participam, desde os alunos até a merendeira, porque é uma manifestação cultural que faz parte da vida dessas pessoas", conta a professora Neiva Sampaio, coordenadora da Associação dos Educadores das Escolas Comunitárias.

Um dos pontos que diferenciam essa experiência da desenvolvida nas escolas oficiais é exatamente a origem dos professores: "Ao contrário do que acontece com as professoras da rede, que tentam trabalhar em cima da realidade de seus alunos, mas não têm a mesma bagagem de vida, nós pertencemos à mesma classe social dos nossos alunos, enfrentamos os mesmos problemas", acentua Elizângela Teodósio, da Escola Centro de Comunicação, na comunidade Planeta dos Macacos.

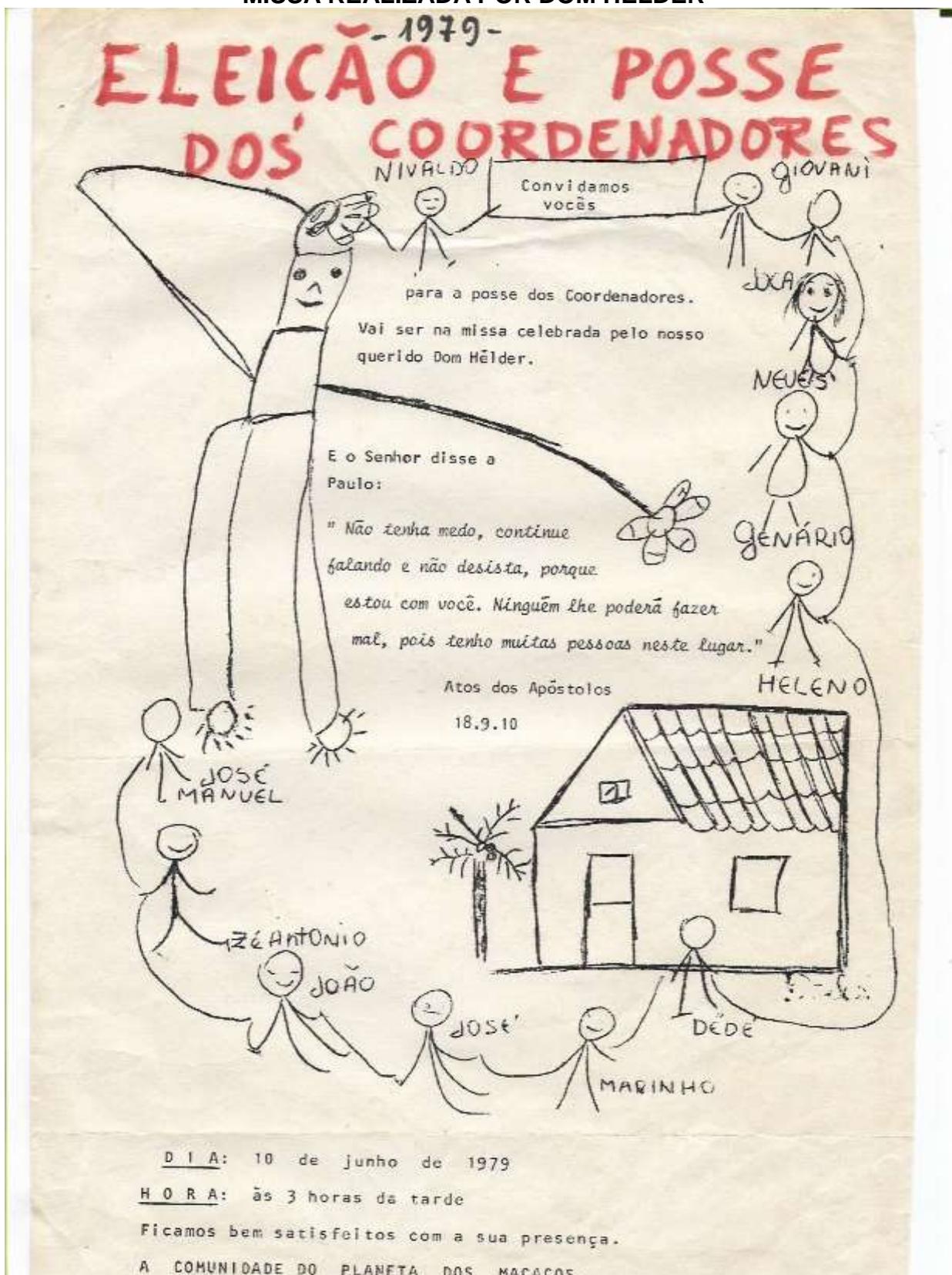
**Educação integrada** — As escolas comunitárias têm, em média, duas salas de aula com 25 alunos cada e cerca de quatro professores por escola, nos períodos da manhã e tarde, e, em algumas, também à noite. Há ainda turmas de educação integrada que reúnem várias séries. São destinadas a alunos fora da faixa etária atingida que, segundo as professoras, muitas vezes não conseguiram acompanhar os cursos da rede oficial de ensino.

Os alunos são, na maioria, filhos de domésticas e trabalhadores do setor informal. Segundo as professoras, já alfabetizados, eles têm condições de ingressar na 2.ª série da rede pública — ocasião em que pode surgir um entrave de ordem burocrática: "Algumas vezes os diretores de escolas públicas exigem a comprovação da escolarização da criança em documento e nós não temos como fornecê-lo, pois nosso histórico escolar não é válido para a rede oficial", explica a professora Neiva Sampaio.

As escolas invariavelmente se localizam em antigos terrenos alagadiços, aterrados e ocupados pelas populações empurradas dos centros urbanos para a periferia. Elas representam, portanto, um dos bens adquiridos coletivamente pela população, assim como a água, a luz e a própria moradia. Muitas funcionam em pré-

## ANEXO XIV

CONVITE PARA POSSE DE COORDENADORES COM  
MISSA REALIZADA POR DOM HELDER



Fonte: Morador da Comunidade

## ANEXO XV

## REPORTAGEM NO JORNAL DO BAIRRO SOBRE OS 13 ANOS DE EXISTÊNCIA DA COMUNIDADE E REGISTRO DA PRESENÇA DA IGREJA

Em alguns momentos dizem que era da COHAB e depois afirmavam ser do INPS, BNH, IAPAS, mas nunca davam certeza.

O resultado deste processo foi o confronto entre os moradores e a polícia no dia 4 de setembro de 76. Várias casas foram derrubadas e vários moradores saíram prejudicados. Houve até quem não suportando a agressão morreu de parada cardíaca. Neste local existe hoje uma praça de nome 4 de setembro, uma marco na luta do Planeta.

### ORGANIZAÇÃO VISANDO O FUTURO

Depois do dia 4 de setembro, os moradores começaram a organizar a ocupação, de modo que as ruas ficassem livres para facilitar uma futura urbanização.

Com a ajuda da igreja foi criado um grupo de jovens que passou a orientar na organização das ruas e na ajuda da construção de novas habitações. As pessoas começaram a melhorar um pouco as casas, substituindo o papelão por madeira.

O processo de organização fez surgir a necessidade de um local para reuniões. Em mutirão, foi construído um salão que servia para reuniões, missa e a escola comunitária.

Em 77, o salão foi ampliado e di-

vidido em pequenas salas para funcionamento de um ambulatório com médicos voluntários. A preocupação com a saúde aumentou o nível de organização e levou a comunidade a organizar campanhas para uso de filtro e água fervida. Nesse mesmo ano foram organizados Grupos de Saúde, Escola, Salão de Arte (produção de crochê, corte e costura, bordado) e em grupos de jovens.

A primeira eleição para coordenadores dos grupos foi em 79. Foram escolhidos os moradores por rua e cada um tinha uma cor característica para facilitar a votação das pessoas que não sabiam ler.

Os novos coordenadores continuaram lutando pela melhoria da comunidade e pela posse da terra. Os serviços aos moradores aumentaram e a área já contava com escola comunitária, ambulatório médico, merenda para as crianças (recolhida junto aos moradores).

### COMEMORAÇÃO DOS DEZ ANOS DE LUTA

Em 1985, o Planeta comemorou os dez anos de existência com luta e eleição dos novos coordenadores. Realizaram uma festa e convidaram a imprensa e autoridades para conhecerem a situação da área, até

então sem luz, sem urbanização e sob ameaça de expulsão.

A repercussão da festa foi positiva e o grupo de saúde conseguiu aprovação de um projeto que financiou o funcionamento do ambulatório, o salário dos médicos e o treinamento de pessoas da comunidade (para realização de curativos e cuidar dos pequenos casos).

Com a ajuda da arquidiocese, que vem apoiando desde o início, foi construído o Centro Comunitário e realizadas melhorias na escola e no salão.

### POSSE DA TERRA, MAIS UMA CONQUISTA

Só em 87 foi que o Planeta conseguiu a posse da terra. Através da Prefeitura da Cidade do Recife, o IAPAS fez a doação da terra aos moradores. Entretanto, os títulos de posse ainda não foram entregues e a comunidade se articula para cobrar da Prefeitura.

### O PLANETA HOJE - UMA COMUNIDADE DESENVOLVIDA

O Planeta dos Macacos não tem associação de moradores, sua forma de organização é através dos

*Praça 4 de Setembro, hoje*

grupos que deram origem às lutas. A diretoria do Centro Comunitário é apenas para fins burocráticos.

A área está dividida em três setores: Centro - área da Praça Sul - setor próximo à Vila dos Bancários; Norte - setor próximo ao Planeta II (nova invasão ao lado do Planeta).

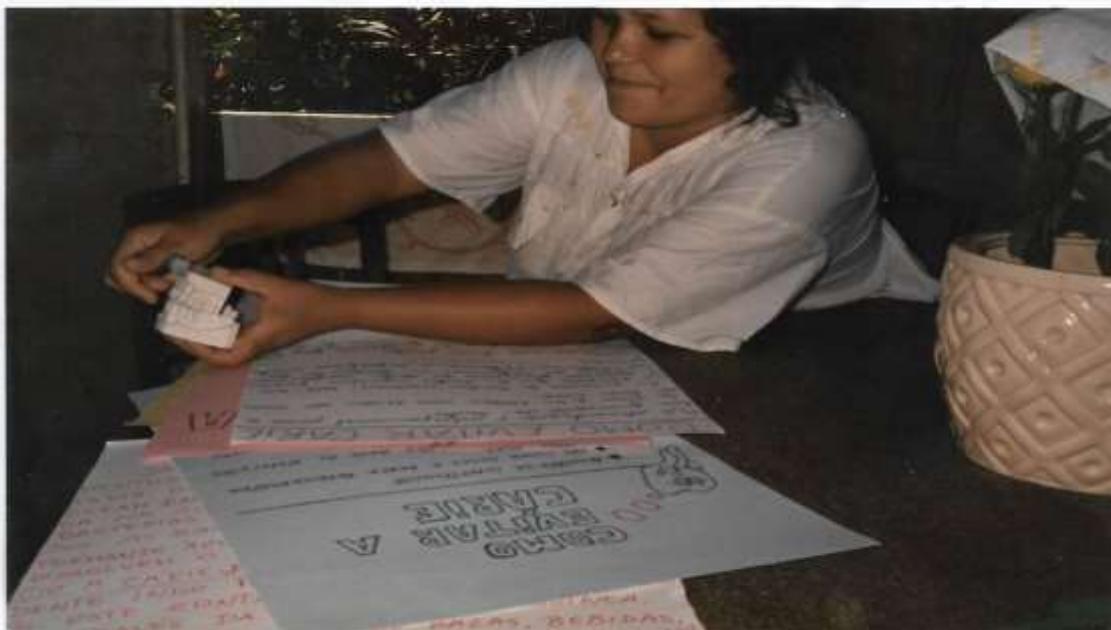
A comunidade tem serviço de saúde, com ambulatório médico e odontológico, prevenção do câncer de colo, curativos e exames de laboratório. A escola comunitária atende a crianças e adultos e as professoras são funcionárias da Prefeitura do Recife. Os adolescentes formam um grupo de cooperativa de picolé e recebem orientação dos adultos.

Através da assessoria do SOS-CORPO as mulheres discutam seus problemas e formaram Grupo de Gestantes. Existe ainda um grupo que faz reunião por rua para agilizar a luta pela urbanização em toda a área e construção de muro de armo. (Apenas a entrada até a praça está urbanizada).

A comunidade recebe apoio da Prefeitura da Cidade do Recife, da LBA, de uma entidade alemã e da Fundação SESP que está realizando obras de saneamento e construção de banheiros nas casas.

ANEXO XVI  
REGISTRO DA CAMPANHA DE PREVENÇÃO CONTRA A CÁRIE

CAMPANHA DE PREVENÇÃO  
CONTRA CÁRIE  
1987



Fonte: Morador da Comunidade

ANEXO XVII - A  
REGISTRO DE REUNIÃO

Reunião dia 20/02/87

A Fundação JESP terminará de colocar lavadores, pias e banheiros em 661 casas, no mês de março. Tem planos de reformar o ambulatório dentário esse ano e fazer o muro do Centro Comunitário.

Ficou certo que a lagoa e toda a canalização ficarão por conta do Estado. Formaram comissão para ir ao quartel pedir permissão para fazer a lagoa no terreno do quartel. Haverá uma reunião todas as primeiras terças-feiras de cada mês com as pessoas da comunidade, às 14,30 hs (2 horas da tarde)

O estatuto foi renovado com as mesmas pessoas, por 2 anos. Estavam presentes em média 48 pessoas.

Formaram comissões para ir ao quartel, prefeitura;

ANEXO XVII - B  
REGISTRO DE REUNIÃO

Comissão para o quartel

Gracia Barbosa  
 maria Quiza da Silva  
 miriam da Silva  
 maria do Carmo da Silva  
 maria Ferreira  
 Argentina Souza Silva

Comissão para a Prefeitura (29 feira) 27/02

maria Deolinda da Conceição  
 Tereza Digna de Arruda  
 maria Lourenço de Souza  
 maria Josefa da Silva  
 Deyna maria dos Santos  
 Lindacy maria de Souza  
 Josefa maria da Silva  
 Genilda Queiroz

Comissão. posse da terra

miriam da Silva  
 Sonete de Oliveira maia  
 maria Lourenço de Souza  
 Terezinha  
 Cláudia Francisca da Silva

ANEXO XVII – C  
REGISTRO DE REUNIÃO



DESENHOS FEITOS PELOS GRUPOS

1989

Fonte: Morador da Comunidade

ANEXO XVIII  
REGISTRO DE CURSO BÍBLICO OFERECIDO AOS MORADORES DA  
COMUNIDADE PLANETA DOS MACACOS

Cursinho Bíblico



1990

Fonte: Morador da Comunidade